

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
UNISANTOS**

DENISE ALVES DE SOUZA FERREIRA

**A UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS QUE PARTICIPAM DE
MOVIMENTOS SOCIAIS E COLETIVOS: DIMENSÕES, LIMITES E
POSSIBILIDADES.**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

SANTOS/SP

2019

DENISE ALVES DE SOUZA FERREIRA

**A UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS QUE PARTICIPAM DE
MOVIMENTOS SOCIAIS E COLETIVOS: DIMENSÕES, LIMITES E
POSSIBILIDADES.**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação stricto sensu em Educação da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof^a Dr^a Ivanise Monfredini.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Formação.

SANTOS/SP

2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Ivanise Monfredini
Orientadora (UNISANTOS)

Prof^ª Dr^ª Rosa Maria Ferreiro Pinto
(UNISANTA)

Prof^ª Dr^ª Maria de Fátima Bardosa Abdalla
(UNISANTOS)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho; ao meu esposo Manoel, cúmplice das minhas loucuras.
A minha filha Maria Eugênia; por toda a articulação e escrita desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Gratidão Deus por cuidar de mim.

Agradeço às pessoas especiais presentes em minha vida e que cotidianamente me fazem crer, crescer, ter esperança e fé na vida. Fazem-me acreditar que olhares, pensamentos e ações podem ser transformadores e mover o mundo. Agradeço especialmente:

A minha orientadora Ivanise Monfredini, por ter acreditado em mim, e pelo carinho e firmeza com que conduziu a orientação; por toda orientação;

Aos professores: Saul, Bete, Cida, Barreira, Moises, pelo respeito e sugestões;

A professora Fátima Abdalla, por fazer parte da minha banca e trajetória;

A professora Rosa Maria Ferreiro Pinto, por fazer parte da minha vivência acadêmica e banca; Aos funcionários da Unisantos recepeção, secretaria, biblioteca, e em especial Débora que sempre faz a diferença.

Aos Colegas de mestrado: João, Lucas, Renata, Gilson, Sonia, Alex, Théo, por toda articulações e discussões;

Aos colegas de grupo de pesquisa: Liliane, Solange, Renato, Maria, Cláudia, Renato, Rita, Theo, gratidão por toda ajuda;

Aos amigos: Maria, Gilson, Rita, e Bruna, por toda força possível;

A minha filha amada, o meu muito obrigado pelo seu enorme carinho, ao meu esposo agradeço pelo amor e apoio durante este momento da minha vida.

A minha família, pelo apoio e compreensão sempre, com carinho especial à minha sobrinha e afilhada Juliana por toda paciência e conselhos.

A todos os sujeitos pela disponibilidade e presença na universidade e sociedade.

Enfim, a todos e todas que contribuíram direta e indiretamente para a conclusão desta etapa.

Gratidão!

Mudam-se os tempos, as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

(Luís de Camões)

RESUMO

O presente estudo pretendeu uma aproximação sobre a formação de universitários e ex-universitários que participam de coletivos e movimentos sociais. Para desvelar as dimensões, limites e possibilidades de formação desses sujeitos nesse espaço democrático de direito, foi necessário um estudo do ensino superior no Brasil e dos movimentos sociais e coletivos, suas mudanças e os conflitos sociais das classes desfavorecidas. Para compreender o processo de formação nesse universo contraditório capitalista globalizado e o ensino superior como mercadoria, entrevistamos alunos e ex-alunos de Universidades (públicas e privadas) da região da baixada santista. Em cada capítulo, articulamos o material empírico às contribuições teóricas de autores como, Paolo Nosella (2016), Lalo Watanabe Minto (2006), Maria da Glória Gohn (1997), Hannah Arent (1996), entre outros. Em tese a universidade é detentora do conhecimento e da articulação que permeia a construção de outros sujeitos. Para tanto, buscou-se uma bibliografia específica sobre movimentos sociais e o ensino superior, procurando compreender os registros sobre a práxis e como as políticas públicas tem seu papel fundamental na garantia de direitos. Analisamos os conteúdos obtidos com base na obra da autora Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (2005) “Análise de Conteúdo”, de maneira clara e objetiva. Muitos discentes de militância, coletivos e movimentos sociais, ingressaram na Universidade pública ou privada, por conta do Prouni ou Fies, para obter uma formação profissional ou até mesmo resgatar os estudos e assim ocupar um futuro que resulta em mudanças. A metodologia empregada é a Pesquisa Bibliográfica, enriquecida com entrevistas para entender melhor a formação e a ação política dos sujeitos envolvidos. Como resultados, é possível afirmar que, a universidade tem a possibilidade de fortalecer identidade ou desconstituí-las. Acredita-se que essa formação contribui para a construção de sujeitos críticos seja em universidade (pública ou privada) que possa oferecer um ensino superior justo e igualitário.

Palavras-Chaves: Sujeitos, Formação, Movimentos Sociais, Universidade, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present study aimed to approach the formation of university students and former university students who participate in social groups and movements. In order to unveil the dimensions, limits and possibilities of training these subjects in this democratic space of law, it was necessary to study higher education in Brazil and social and collective movements, their changes and the social conflicts of disadvantaged classes. In order to understand the process of formation in this globalized capitalist contradictory universe and higher education as a commodity, we interviewed students and alumni from Universities (public and private) in the region of the lower Santos. In each chapter, we articulate the empirical material to the theoretical contributions of authors such as, Paolo Norsella, Lalo Watanabe Minto, Maria da Glória Gonh, Hannah Arendt, among others. In theory, the university holds the knowledge and articulation that permeates the construction of other subjects. For this, a specific bibliography on social movements and higher education was searched, trying to understand the records about the praxis and how public policies have their fundamental role in guaranteeing rights. We analyze the contents obtained based on the work of the author Maria Laura Puglisi Barbosa Franco "Content Analysis in a clear and objective way". Many students of militancy, collectives and social movements, have joined the public or private university, on account of Prouni or Fies, to obtain a professional formation or even to rescue the studies and thus occupy a future that results in changes. The methodology used is Bibliographic Research, enriched with interviews to better understand the training and political action of the subjects involved. As results, it is possible to affirm that, the university has the possibility to strengthen identity or to deconstitute them. We believe that this formation contributes to the construction of a university (public or private) that has assumed a counter-hegemonic position and that can offer a higher education that leads society to a more just and egalitarian education.

Keywords: Subjects, Training, Social Movements, University, Public Policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bibliografia encontrada no primeiro levantamento	17
Quadro 2 - Estudo correlato 1	19
Quadro 3 - Estudo correlato 2	20
Quadro 4 - Estudo correlato 3	21
Quadro 5 - Estudo correlato 4	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EAD	Ensino à Distância
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IES	Instituição de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNE	Plano Nacional de Educação
ProUni	Programa Universidade para todos
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ENSINO SUPERIOR	29
1.1 Caracterização do Ensino Superior	29
1.2 As Políticas e a Expansão do Ensino Superior no Brasil.....	36
1.3 Mercantilização do Ensino Superior	51
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E COLETIVOS NO BRASIL.....	55
2.1 O Conceito de movimento social e um breve histórico.....	58
2.2 Alianças e autonomia no processo de ação política dos movimentos sociais.....	79
3 A FORMAÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS QUE PARTICIPAM DE MOVIMENTOS SOCIAIS.....	89
3.1 O perfil dos sujeitos de Movimentos Sociais e Coletivos.	90
3.2 Análises: Eixo 1 - Os sujeitos e suas relações com o movimento social	92
3.2.1 Categoria 1 – Caminho ao movimento social.....	92
3.2.2 Categoria 2: Experiência no Movimento Social e concepção de ser sujeito	97
3.3 Análises iniciais: Eixo 2 – Universidade e Movimentos Sociais	102
3.3.1 Categoria 1 – Articulação com outros movimentos/coletivos durante a realização do curso superior e atividades promovidas pela Universidade que propiciaram formação	102
3.3.2 Categoria 2 - Universidade como lugar de negação ou limitação à formação.	105
3.3.3 Subcategoria: Relação professor/aluno como promotora da formação.	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
APÊNDICE	118

INTRODUÇÃO

Eu quero desaprender para aprender de novo. Raspar as tintas com que me pintaram. Desencaixotar emoções, recuperar sentidos.

(Rubem Alves)

A dissertação de Mestrado, intitulada: *A Universidade na Formação dos Sujeitos que participam de Movimentos Sociais e Coletivos: dimensões, limites e possibilidades*, têm por objetivo identificar como e se a universidade contribui para essa formação dos sujeitos que participam desses movimentos sociais.

A educação sempre foi uma concepção distante em minha família, era como um sonho difícil de realizar, poucos puderam dar-se ao luxo de matricular-se em uma universidade e estudar, de fato. Naquela época, não existiam programas educacionais, o que impedia a grande parcela populacional de concluir, até mesmo, o ensino médio.

Nasci durante o período ditatorial. Período de pouca ação, isto é, período em que as bases democráticas foram extirpadas sob o falso argumento de manter a ordem e o progresso. O resultado disso foi simples: reais oportunidades nunca apareceram. Procurei emprego muito cedo (tal como a grande maioria dos brasileiros). Trabalhar, sempre foi importante, estudar era apenas uma possibilidade em nossa família.

O tempo passou, e em 2012 foi possível perseguir o sonho que ficou distante. Após o vestibular, adquiri a Bolsa Demanda Social¹, patrocinada pela Igreja Católica e passei a frequentar o Curso de Serviço Social na Universidade Católica de Santos, mais conhecida como UNISANTOS. Redescobrir o sentido de quão edificante pode ser a Educação na vida dos sujeitos.

Após conclusão do curso, em 2016, ingressei o grupo de pesquisas Políticas Públicas em Educação: *Trabalho e Formação na Universidade Católica de Santos*, de maneira que fosse interessante dar continuidade aos estudos. A participação nesse grupo permitiu ingressar no Mestrado em Educação da mesma Universidade. O ingresso deu-se em 2017. Além do

¹ Em larga medida, o objetivo dessa bolsa é corrigir distorções sociais e econômicas. Segundo se percebe, o foco é simples, qual seja aumentar as possibilidades de ingresso no ensino superior, ou seja, sujeitos com renda familiar reduzida – e de qualquer idade – podem voltar a sonhar com a possibilidade do ensino superior. Em certa medida, isso garante o ingresso no curso superior desejado, de acordo com o site da UNISANTOS (<https://portal.unisantos.br/bolsas/demanda-social.php>).

mais, também participei da *Cátedra Paulo Freire*, cuja finalidade era, na ocasião, a formação dos sujeitos.

Por isso o nosso grande interesse na temática apresentada. Desse modo, passamos a refletir sobre o positivo impacto de programas dessa natureza e como os Movimentos Sociais e Coletivos podem contribuir para a vida e na transformação dos sujeitos. A Universidade, segundo entendemos, tem impacto ímpar nesse processo de aprimoramento sociocultural.

Este trabalho se justifica, porque, ao analisar o perfil e a trajetória dos sujeitos envolvidos em movimentos sociais, procurou-se identificar quais seriam as contribuições da Universidade na formação desses sujeitos. Também, as questões aqui desenvolvidas têm a ver com minha participação da autora no Grupo de Pesquisa “Trabalho e Formação” e a “Cátedra de Paulo Freire”, em que vivenciam movimentos sociais e coletivos. O que precisará é reforçá-lo, especialmente, na análise e interpretação dos dados.

Nessa caminhada, foi possível conhecer diversos sujeitos de movimentos sociais e coletivos, vinculados a diversas lutas para construção de uma sociedade mais justa e humanitária. Segundo Gohn (2012), sujeitos referem-se ao caráter protagonista e ativista de indivíduos e grupos sociais. Compreender que a articulação e a participação nos movimentos sociais à universidade (pública ou privada), pode potencializar a formação de sujeitos políticos, pois os espaços formais mostram-se fechados e limitados e, por outro lado, a universidade pode oferecer espaço de diálogos junto da sociedade, e assim contribuir para construção de outros sujeitos.

Portanto, no atual cenário das forças sociais que definem o rumo da universidade, é uma experiência que traz sentido emblemático de uma trajetória diferenciada que pode estar se iniciando para a universidade pública brasileira: receptividade a outras camadas da população excluída. De acordo com Chauí (2001), a universidade, por estar inserida no meio social, exprime as mesmas determinações que há na sociedade. Com isso, as relações de força estão presentes, mas o ideal que predomina hoje nessas instituições é o neoliberalismo. Enfim, iremos debater o conhecimento e saberes dessa formação.

Superadas as questões iniciais e definidos os procedimentos metodológicos em relação à pesquisa, o primeiro passo foi realizar um levantamento bibliográfico, considerando o período entre os anos de 1990 a 2016, na plataforma *Scielo*, no banco de teses e dissertações da CAPES e no banco de dados das universidades que possuem pós-graduação *stricto sensu*

em educação, no qual encontramos diversos estudos com uma aproximação parcial do conteúdo a ser abordado.

A abordagem desta dissertação de mestrado seguiu por um caminho, qual seja, apontar as bases teóricas necessárias para formar um entendimento acerca da temática em estudo. Essa opção metodológica visa compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, percorre crenças, valores, atitudes e hábitos particulares dos sujeitos da pesquisa. Trata-se de temática complexa e preocupamo-nos com o nível da realidade que não pode ser quantificado. Segundo Minayo (1996, p. 22), “(...) a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e das relações humanas, num lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

O desenvolvimento da pesquisa neste projeto trata de utilizar uma grande gama de materiais bibliográficos. Além do mais, outros procedimentos de estudo foram observados, no sentido de ampliar o campo de pesquisa e refletir sobre a formação dos atores possibilitando conhecimento e articulações que permeiam esse processo.

Os entrevistados que representam a totalidade pretendida do campo de pesquisa se constituem por discentes de Universidades (sendo uma pública e quatro privadas), escolhidos aleatoriamente, de ambos os gêneros, cujas informações foram colhidas por meio de entrevistas.

Foi necessário analisar a questão da expansão do ensino superior público pelo uso de poucos recursos públicos e pela opção política de ampliação pelo setor privado.

A construção desta pesquisa tem como objetivo averiguar e refletir sobre a formação dos sujeitos de Movimentos Sociais e Coletivos se a Universidade contribui para essa mesma formação. A pesquisa foi motivada também por atuarmos na área de serviço social, o que nos permitiu desenvolver uma visão mais humana sobre a temática.

Nesse sentido, propõe-se a identificar e esclarecer os movimentos sociais no Brasil com a globalização na década de 1990, em especial a influência da crise de acumulação, da contrarreforma do Estado e efetivação das políticas neoliberais. Apontadas às devidas interlocuções, é fundamental e necessário entendermos o fenômeno dos novos movimentos sociais, destacando as diferenças em relação aos movimentos sociais tradicionalmente concebidos. Propõe-se também a identificar como, e se, a universidade contribuiu para a formação dos sujeitos que participam desses movimentos.

Dessa forma, um dos objetivos deste estudo é entender a formação de sujeitos na Universidade;

Como objetivos específicos destacam-se: a) identificar sobre a evolução histórica e conceitual dos movimentos sociais desde a década de 1990 no Brasil; b) analisar a universidade como local de formação dos sujeitos; e c) entrevistar, registrar e analisar as experiências de universitários e ex-universitários que participam de coletivos e movimentos sociais.

A abordagem metodológica – a) pesquisa se configura em uma abordagem qualitativa, realizada por meio de um levantamento bibliográfico; b) entrevistas com sujeitos selecionados a partir de roda de conversas; c) análises de conteúdos.

A primeira aproximação do tema foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico, que de acordo com Galvão (2010, p. 1), nos permite:

[...] potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência.

De acordo com a autora, a partir de trabalhos realizados, permitimo-nos compreender a real necessidade de se pesquisar sobre o assunto. Dessa forma, potencializamos nossas descobertas e valorizamos o que já foi construído.

É importante selecionar adequadamente as obras que embasam o estudo. Para isso utilizamos três obras escolhidas após a análise da bibliografia encontrada no levantamento: a) MONFREDINI, Ivanise. A Universidade como espaço de formação de sujeitos [e-book] / Ivanise Monfredini (Organizadora). – Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2016; b) NOSELLA, Paolo. A escola de Gramsci / Paolo Nosella. – 5. ed. ampl. – São Paulo : Cortez, 2016; e c) MINTO, Lalo Watanabe. As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão / Lalo Watanabe Minto. – Campinas, SP : Autores Associados, 2006. – (Coleção educação contemporânea).

A seguir indicamos a bibliografia encontrada nesse primeiro levantamento bibliográfico e em seguida uma breve análise das mesmas:

Quadro 1 - Bibliografia encontrada no primeiro levantamento

Título	Autor(a)	Dissertação, Tese, Artigo	Ano	Local
Cursos Universitários para jovens trabalhadores e militantes: uma análise com base na crítica de Thompson à oposição entre educação e experiência.	VENDRAMINI, Célia Regina.	Artigo	2014	Google-Acadêmico.
A Extensão Universitária no Brasil e as Possibilidades de Formação de Sujeitos.	MONFREDINI, Ivanise.	Artigo	2015	Google-Acadêmico
As Possibilidades de Formação de Sujeitos na Universidade.	MONFREDINI, Ivanise.	Artigo	2016	Universidade Católica de Santos
Cefuria – Militância e Paixão: Um Estudo sobre a Processualidade do Sujeito Político em Contexto de Formação.	TRIGO, Rosa Amalia Espejo.	Tese	2016	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Formação na Universidade: Possibilidades a partir de (Con)vivências na Extensão.	ZIRGER, Juliana	Tese	2013	Universidade Federal do Rio Grande do sul
Igualdade e Equidade: qual é a medida da Justiça Social	AZEVEDO, Mário Luiz Neves de.	Artigo	2015	Revista Internacional de Educação Superior
Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil.	MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araújo e MARTINS, Tânia Barbosa.	Artigo	2015	Revista Brasileira de Educação.
As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão.	MINTO, Lalo Watanabe.	Livro	2006	Campinas (SP)
Escola cidadã: uma abordagem pedagógica sobre os movimentos sociais e a construção da cidadania.	MIRANDA, Camila Maximiano; CASTILHO, Neuza Aparecida Novais e CARDOSO, Vanessa Cristina Carvalho.	Artigo	2009	Revista da Católica
A escola de Gramsci.	NOSELLA, Paolo.	Livro	2016	São Paulo, SP.
A mercantilização do ensino superior.	OLIVEIRA, Murilo	Artigo	2014	Revista <i>Colloquium</i>

Continua

Continuação

	Delanhesi; e TAKADA, Mário Yudi.			<i>Humanarum.</i>
Movimentos sociais no Século XXI: antigos e novos atores sociais.	GOHN, Maria da Glória.	Livro	2003	Petrópolis (RJ)
Direito e Democracia: entre a facticidade e a validade, vol. I e II.	HABERMAS, Jürgen	Livro	1997	Rio de Janeiro (RJ).
Movimentos sociais e democracia participativa.	HAMEL, Márcio Renam.	Artigo	2009	Revista Espaço Acadêmico
A internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais.	HAMEL, Márcio Renam.	Artigo	2009	Revista Espaço Acadêmico
Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet.	MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; e NOGUEIRA, Erika Cristina Dias.	Artigo	2012	Revista Comunicação Midiática
A participação dos movimentos sociais na construção das políticas sociais.	RODRIGUES, Cibele Maria Lima.	Artigo	2011	Revista Eletrônica Ciências Sociais
Vade Mecum Saraiva	CURIA, Luiz Roberto; CÉSPEDES, Livia; e NICOLETTI, Juliana.	Livro	2017	São Paulo (SP).
Educação e política no pensamento de István Mészáros.	CHEROBINI, Demétrio.	Livro	2010	Florianópolis (SC).
Teoria da autodeterminação: uma análise da motivação dos estudantes do curso de Ciências Contábeis.	LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José; e CARMO, Carlos Roberto Souza.	Artigo	2013	Revista Contabilidade e Finanças.
A universidade como espaço de formação dos sujeitos [e-book].	MONFREDINI, Ivanise.	Livro	2016	Unisantos Santos (SP).
Desconstrução da universidade pública: conexões possíveis no espaço – tempos do currículo acadêmico.	SANTOS, Patrícia Elaine Pereira dos; GABRIEL, Carmen Teresa.	Artigo	2014	Revista Didática e Prática do ensino superior na relação com a sociedade.
O sujeito da educação superior: subjetividade e cultura.	SOUZA, Karina Molon de.	Artigo	2009	Revista Psicologia em Estudo

Fonte: Elaborado pela autora

Nessa investigação inicial foram mapeados títulos de artigos, dissertações e teses com assuntos relacionados à temática, nas áreas de “Educação de Pessoas Jovens e Adultas”, “Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos” e “Educação de Jovens Militantes”, ensino superior e universidade.

A partir do levantamento bibliográfico inicial, selecionamos alguns estudos correlatos que nos foram importantes na elaboração desta pesquisa, considerando os temas que orientam esse estudo.

Quadro 2 - Estudo correlato 1

Autor	Célia Regina Vendramini.
Ano	2014
Título	Cursos universitários para jovens trabalhadores e militantes: Uma análise com base na crítica de Thompson à oposição entre educação e experiência
Objetivos/ Objeto de estudo	Propõe-se a analisar experiências de cursos universitários direcionados a jovens trabalhadores e militantes de movimentos sociais do campo, especialmente de iniciativa do Movimento dos Sem-Terra, em parceria com universidades públicas brasileiras com base crítica na obra de E. P. Thompson.
Conclusões/ Resultados	O ingresso numa universidade pública e gratuita, como espaço privilegiado de acesso ao conhecimento, à cultura, à universalidade; as relações e trocas com outros estudantes, com professores e pesquisadores, com moradores da cidade e, portanto, com diferentes pensamentos, ideias e formas de vida; a formação e o fortalecimento de jovens lideranças e profissionais engajados com as lutas e movimentos sociais de classe.

Fonte: Realizado pela autora

A autora Célia Regina Vendramini (2014) aponta em sua pesquisa sobre movimentos sociais, Universidade e trabalhadores a importância do espaço universitário para os jovens que atuam como militantes e encontram-se à mercê de conflitos, lutas e tensões. Para tal entendimento, segundo Vendramini (2014, p. 20)

O espaço universitário com a presença dos jovens trabalhadores e militantes é palco de tensão, conflito e luta. Não é estático, está sujeito ao processo

histórico, à ação humana e é marcado pela luta de classes. Especialmente num contexto em que a ciência, a técnica e a tecnologia são cruciais e determinantes na produção e na formação profissional. Elas tornaram-se uma condição para a inserção no trabalho, diferente do contexto de vida dos artesãos, tecelões e trabalhadores rurais que dependiam de sua experiência e de suas habilidades manuais.

Vendramini se sustenta na obra de E.P.Thompson ao discorrer sobre as relações entre universidade e movimento social e como essas trocas de conhecimentos se criam e se difundem para os dois lados envolvidos.

Quadro 3 - Estudo correlato 2

Autor	Ivanise Monfredini
Ano	2015
Título	A extensão universitária no Brasil e as possibilidades de formação de sujeitos
Objetivos/ Objeto de estudo	Tratam da formação de sujeitos mediadas pela arte, pela formação de professores, na extensão, na pesquisa e na relação com os movimentos sociais. É um ensaio sobre as possibilidades e os limites para a formação de sujeitos, tendo como foco a extensão universitária.
Conclusões/ Resultados	Conclui-se afirmando que existe a possibilidade de Formação de Sujeitos, a qual, no entanto, realiza-se de modo contraditório.

Fonte: Realizado pela autora

No artigo “As Possibilidades de Formação de Sujeitos na Universidade” de Monfredini (2016, p. 14), a autora afirma que a “formação integral na Universidade pode contribuir para que se desenvolva e se amplie a condição humana”.

Monfredini (2015) expõe a crise estrutural da universidade, as ofertas de serviços de ensino e o processo de formação num contexto de mercantilização do ensino superior. De acordo com a autora, a mercantilização afeta a universidade pública e privada em relação à formação dos sujeitos, tornando a educação um comércio, o que afeta os processos formativos do seu interior.

Isso significa dizer, que a relação da universidade com o conhecimento “extramuros” universitário, pode possibilitar a formação dos sujeitos.

Quadro 4 - Estudo correlato 3

Autor	Rosa Amalia Espejo Trigo.
Ano	2007
Título	Cefuria – Militância e Paixão: Um Estudo sobre a Processualidade do Sujeito Político em Contexto de Formação.
Objetivos/ Objeto de estudo	Pesquisar como pessoas envolvidas historicamente em ações coletivas (Cefuria) significam suas práticas a partir das condições atuais.
Conclusões/ Resultados	As necessidades motivam as pessoas, por espaços coletivos que além de políticos, sejam comunitários e solidários e de vida para os mais despossuídos da sociedade.

Fonte: Realizado pela autora

Para Trigo Rosa (2007), por exemplo, a questão histórico-social torna-se importante para compreensão de trajetórias na Universidade, que muitas vezes são conflituosas. Por isso a importância da questão histórica e sua relação com a trajetória, que se torna a razão pela qual o conhecimento da questão e experiências passadas é essencial para a compreensão dos rumos tomados no presente.

Quadro 5 - Estudo correlato 4

Autor	Juliana Zirger
Ano	2013
Título	Formação Política na Universidade: Possibilidades a partir de (Con)vivências na Extensão
Objetivos/ Objeto de estudo	Analisar as experiências vivenciadas pelos estudantes no contexto do Programa Convivências – em relação ao PNE e suas contribuições na formação na Universidade.
Conclusões/ Resultados	Tais desencontros não estão presentes apenas nas concepções dos estudantes, mas também nas definições e finalidades das extensões nos planos, políticos e documentos legais que a embasam.

Fonte: Realizado pela autora

Segundo interpretamos, em Zirger (2013) a Universidade deve contribuir para a formação dos sujeitos, empoderando-os de maneira humana e política, tendo uma maior preocupação quanto a sua formação social.

Assim, a intertextualidade entre as pesquisas escolhidas colaboram para outra análise sobre a trajetória dos sujeitos participantes de movimentos sociais e coletivos, suas formações e possibilidades dentro da Universidade.

Para desvelar as dimensões, limites e possibilidades dos atores (alunos) nesse espaço democrático de direito, será necessário um estudo com intenção de aproximação dos Movimentos Sociais e suas mudanças nos conflitos sociais para compreender o processo de formação nesse universo contraditório capitalista globalizado, Chauí (2011).

O capitalismo globalizado carrega uma falsa crença de ser totalmente positivo. Seu conceito de velocidade de informação faz com que as pessoas não enxerguem seus vários aspectos negativos. As pessoas sentem-se mais próximas umas das outras, não importando a distância física entre elas; o fluxo de capital e de informação é maior; e as trocas comerciais ficaram mais rápidas e intensas. Há um conceito de que as fronteiras se reduziram e, em alguns casos, são inexistentes. Contudo, esses conceitos que a globalização traz, geram muitos fatores desfavoráveis para a sociedade, Chauí (2011).

De acordo com a filósofa, o ensino superior no Brasil ainda reproduz o modelo de universidade da ditadura militar, havendo forte crescimento de redes de universidades privadas. De acordo com Chauí (2011, p. 2) a universidade tem "autonomia" para "captar recursos" de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas.

Nessa situação, a universidade termina por ser entendida como local de transmissão de conhecimento e não de sua criação. Segundo, Chauí (2011, p. 7):

Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas.

Nesse contexto, o capitalismo globalizado pode ocorrer sem a democracia, prova disso sua presença em ditaduras e regimes totalitários, implantados algumas vezes, inclusive, para salvar relações e interesses entre empresas e empresários interessados na manutenção de negócios lucrativos. Tudo isso afeta as relações humanas, assim como os movimentos sociais.

Em seus escritos sobre a Universidade, Marilena Chauí (2001), analisa as transformações que as estruturas universitárias brasileiras sofreram durante o modelo de administração implantado no país, em 1990. Com uma perspectiva histórica, a autora mostra como o processo de sucateamento do ensino superior brasileiro começou há mais de trinta

anos, quando os militares transformaram a universidade em meio de ascensão social e prestígio para os filhos da classe média, culminando com a identidade entre as propostas da última gestão do Ministério da Educação e o ideário privatizante.

O neoliberalismo se consolidou como uma “técnica de Governo”, que se caracteriza por desconhecer as fronteiras estatais impondo restrições à soberania e ao poder do Estado. Esse novo modelo ou mudança afetou vários setores no País, por exemplo, a saúde e a educação que afetaram diretamente o ensino superior, em especial a Universidade pública, de acordo com Chauí (2001).

Chauí (2003), dentro deste contexto, explica que diante da racionalidade financeira que a universidade pública enfrentou a partir da década de 90, ela acabou procurando mecanismos para sua sustentação junto à esfera privada e, desse modo, passa a ser determinada por objetivos particulares, deixando de cumprir o seu papel social e, conseqüentemente, perdendo sua hegemonia.

As classes altas, as médias, as baixas, os professores, os alunos e os funcionários, unidos por uma mesma insatisfação derivada de suas diferentes posições sociais, têm expectativas e visões diferentes sobre como deve ser a universidade brasileira. Enquanto a classe média queixa-se da diminuição do prestígio das carreiras universitárias e os trabalhadores manuais queixam-se das dificuldades para entrar nela, as empresas criticam a inadequação dos profissionais que saem das universidades para a ocupação de seus quadros, Chauí (2003).

No momento em que o capital por meio do setor privado se apropria da saúde e educação para reproduzir-se e gerar lucro, tais direitos universais igualam-se a qualquer outra mercadoria. Não aprofundaremos aqui os diversos problemas gerados pela mercantilização, mas sim uma breve discussão da desvalorização do profissional docente e do ensino superior. Segundo Frigotto (2009), as transformações econômicas, socioculturais e políticas nos últimos séculos, fez a universidade ganhar definição de organização que a descaracteriza como instituição social e passa pela lógica empresarial. É fato que nos dias atuais a educação aparece ligada às leis do mercado e as suas necessidades. À medida que a economia aumenta a qualificação profissional se torna uma exigência eminente do mercado de trabalho, bem como não se deve negar o fato de que em um mundo globalizado e em uma economia neoliberal a profissionalização tornou-se sinônimo de inserção no sistema.

Conforme Mèzáros (2002), a afirma a crise do capital, redefine a organização produtiva e, assim, intensificando o intercâmbio comercial, cultural e comunicacional. A mercantilização invadiu o mundo da educação e o pensamento neoliberal propagou seus princípios no mundo acadêmico atingindo toda sua estrutura. Nesse caso, a universidade deixaria de ser uma “instituição social” para se converter em uma “organização” com metas de produção de resultados e de prestação de serviços como qualquer empresa Chauí (1999). Tais mudanças redefiniram o conjunto das relações sociais e formativas na perspectiva de consolidar a reprodução ampliada do capital, que atinge dimensões globais e invade outras dimensões da vida. Refere-se no processo desigual e contraditório na consolidação da globalização econômica, comercial e, também, do mundo do trabalho Ianni (2010). Decorrencia disto, não é difícil supor que a iniciativa privada na educação superior ganharia tanto respaldo na nossa sociedade pautando uma formação profissional voltada para o individualismo, competitividade, disciplina e obediência.

Isso afeta o processo de intensificação do trabalho docente em relação com a precarização das condições laborais e a desvalorização salarial desses sujeitos. Como destaca Antunes (2002), a crise estrutural acentua a lógica destrutiva do capital com a crescente necessidade de consolidação de estruturas produtivas flexíveis e a instituição, por parte do Estado, de políticas anti-sociais de cunho neoliberal. Nesse sentido, para a produção/reprodução do capital, faz-se necessário, com o aval do Estado, reconfigurar o mundo do trabalho flexibilizado, para aumentar a produtividade dos trabalhadores. O resultado disso é um processo de expansão com predominância do setor privado, nos seguintes aspectos: criação de instituições de ensino superior, cursos direcionados a ensino-aprendizagem, interiorização das instituições, ampliação de vagas, uso da informática a Educação à Distância (EaD).

Além disso, a desvalorização do professor vem sendo gradativamente expropriado dos seus direitos sociais, pela flexibilização de novos contratos de trabalho, que enfrenta dois problemas: um deles é a forma horista, que não prevê um aperfeiçoamento acadêmico dentro da sua carga horária, como a correção de provas e a preparação de aulas; e, por outro lado, a redução da carga horária por vínculo empregatício. Conforme Chauí (2001), na cultura de mercado, em que hoje se vive, a docência passa a ser entendida com transmissão rápida de conhecimento, visando à aquisição ou à manutenção da empregabilidade do aluno-consumidor.

É dessa forma que se mantém o mercado educacional, garantindo a educação como mercadoria ao mesmo tempo em que se nega a educação como direito. A importância da autodeterminação na formação dos sujeitos é fundamental para uma democracia verdadeira, representando a escolha de cada sujeito, não pretendendo se esgotar. É um princípio do direito que objetiva garantir a possibilidade de um povo conduzir política, econômica e culturalmente sua vida.

Nesse sentido, o direito de liberdade inerente ao princípio da autodeterminação está fadado ao declínio, por estar fundado num contexto de indivíduos egoístas, numa sociedade regida por uma competição antagônica, que resulta na concentração da riqueza nas mãos de alguns poucos. Com isso, a liberdade é constantemente freada pela condição econômica (opressão/escravidão econômica) e causa uma frustração dos desejos (Mészáros, 1993, p. 168). A escolha livre pressupõe sempre algum tipo de conhecimento.

Todavia, para que uma sociedade possa ser considerada livre, é importante criar espaços para o engajamento político e do conhecimento. Reavaliar essa postura, ou seja, construir democraticamente essa transição, enquanto não houver uma participação mais profunda e direta dos sujeitos na sociedade, para propiciar uma nova organização política, de acordo, Cherobini (2010: p. 106), que ratifica a proposição de Mészáros:

“(…) Aí está, pois, o que Mészáros busca: uma teoria capaz de auxiliar na orientação dos trabalhadores para que superem a alienação inerente ao sistema do capital; uma teoria, portanto, da transição, que se guie pelo “espírito da obra de Marx”, que seja, assim, fundamentalmente autocrítica, que promova as modificações necessárias ao arcabouço ricamente constituído, que o reavale à luz das transformações históricas e enfrente as novas questões que se impõem no presente histórico. Tal é o calibre da tarefa que o filósofo húngaro impôs a si mesmo e que buscou realizar em *Para além do capital*.”

Se os sujeitos, organizados politicamente, seguirem no sentido de melhorar a qualidade de vida de todos os outros sujeitos, isto é, resgatando as bases de uma educação superior de qualidade e que seja gratuita, terão todos os meios necessários para combater as imposições verticais que os mercados sustentam. Cherobini (2010, p. 118), baseando-se nas considerações de Mészáros, afirma:

“(…) Impossível ressaltar suficientemente este ponto: o capital é uma estrutura totalizadora de controle, que se estabelece sobre a atividade produtiva de maneira a lhe extrair compulsivamente o trabalho excedente. A relação de produção que aí se afirma é de dominação e subordinação, onde todos os sujeitos envolvidos nessa dinâmica se tornam interdependentes uns dos outros. Nesse contexto, uma das consequências mais perniciosas é que esse conjunto de práticas esconde o substrato das relações reais sob uma aparência de relações entre coisas.”

Assim, não há mais espaço para que as relações sejam vistas como dominantes e dominados, caso se busque uma mudança necessária, tendo em vista que, a manutenção das relações capitalistas tende a eliminar as condições de vida.

Por fim, mesmo não sendo tão sólido, o princípio da autodeterminação ainda é suscitado com frequência e se há uma demanda crescente por sua aplicabilidade, uma possível saída seria sua reformulação ou uma melhor determinação do que é e para quem é dirigido, para assim criar um instrumento que possa atender aos reclames das minorias da sociedade.

Os movimentos sociais vêm acompanhando os passos democráticos de diversas nações, inclusive do Brasil, e se referem a ações coletivas de grupos organizados que têm como objetivo alcançar mudanças sociais por meio do embate político, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico. Estão presente constantemente em acontecimentos históricos relevantes, principalmente no âmbito das conquistas sociais.

Ao longo da história, houve mudanças na definição e conceito dos movimentos sociais, apontando para uma reorientação da ação coletiva formado por indivíduos que compartilham interesses comuns e, por algum tempo, compartilham também de uma identidade comum. Segundo Navarro:

(…) nesta definição os movimentos sociais se distinguem dos partidos políticos porque sua principal capacidade é a mobilização de massa ou a ameaça de concretizá-la. Diferem ainda das associações, clubes sociais e organizações similares, já que seu objetivo é mudar a sociedade ou a sua posição relativa na sociedade (2004, p. 13).

Os mais variados tipos de ação coletiva são classificados como movimentos sociais. Gonh (1997) faz algumas interrogações àqueles que estudam a problemática dos movimentos

sociais, ao perguntar sobre o papel dos movimentos na atualidade e o que ocorre de fato quando uma ação coletiva expressa nos movimentos sociais se institucionaliza.

Esse conceito de coletivo envolve uma problemática simétrica entre o empírico e a teoria, relacionada à apropriação do significado das lutas sociais pelos pesquisadores, muitas vezes engajados nelas, o que ajuda a tornar a utilização do conceito bastante propositiva. Com isso, os movimentos sociais desenvolvem ações (particular, pessoais ou individuais) das formas de comunicação do movimento social que foram se modificando. Passaram de presencial para uma rede de comunicação via *Internet*, porém a expansão do processo de globalização e disseminação de meio de comunicação e veiculação da informação acaba rompendo fronteiras com outros países. Sobre isso Castells (2004), afirma que a internet fornece, em princípio, um canal de comunicação horizontal não controlado e relativamente barato.

Dessa forma, atua coletivamente na apropriação de ativistas sobre esses recursos, caracterizando-se novas formas das ações de protesto, nos mais diversos conteúdos, sem depender da pauta dos meios de comunicação tradicional. Perante isso, a internet veio com um tipo de estrutura que possibilitou mais liberdade para seus ativistas propagarem seus movimentos e pensamentos por todo o mundo de forma rápida e prática, dando uma nova faceta ao movimento social. Portanto, percebe-se que os movimentos sociais, coletivos e ativismos estão diretamente ligados à resolução de problemas e a articulação de lutas coletivas por direitos.

Iremos construir em cada capítulo desta dissertação as questões consideradas centrais para o desenvolvimento dos sujeitos, dessa pesquisa. Partindo desta introdução, o texto se desdobra em quatro outros capítulos.

No capítulo 1, focamos O Ensino superior e sua caracterização no Brasil. Destacamos as políticas públicas consequentes expansões, e as questões que envolvem a mercantilização e a privatização.

O capítulo 2, Movimentos Sociais e coletivos no Brasil, é dedicado a um breve estudo e apresentação dos conceitos do MS. Evidenciamos aqui, as lutas, sua trajetória, articulação. O reconhecimento é notado em algumas ações, porém não reconhecido.

Quanto ao capítulo 3, apresentamos os sujeitos envolvidos, e o método utilizado na análise de conteúdo para a realização da pesquisa.

Nas considerações finais, apontamos como desafios e construção de novos paradigmas que ampliem os diálogos com a universidade. A importância de algumas ações possíveis para que a universidade (pública ou privada) se fortaleça enquanto espaço de conhecimento e bem público na potencialização da formação dos sujeitos político e social.

1 ENSINO SUPERIOR

A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces.

Aristóteles

Nesse capítulo iremos abordar, a caracterização do ensino superior, que passou por mudanças, e assim, beneficiam a constante luta dos sujeitos de movimentos sociais em sua formação. E tem como foco: o ensino superior e sua caracterização no Brasil. Destacando questões em torno da mercantilização e a privatização.

O ensino superior contribui positivamente para a dimensão e construção de novos conhecimentos tanto nos aspectos profissional, social, e humano. Como foi essa contribuição?

1.1 Caracterização do Ensino Superior

Superada a parte essencial de construir um rumo metodológico, é de vital importância seguir no sentido de conceituar o ensino superior e quais os seus antecedentes históricos. Para isso, iremos nos servir de duas bases bibliográficas distintas. Utilizaremos os pensamentos de Paolo Nosella e Lalo Watanabe Minto. Não se descarta, entretanto, a narrativa de outros autores cujos fundamentos podem contribuir para o desenvolvimento deste trabalho, como Gruginskie (2015, p. 22), que ao justificar a sua pesquisa, aponta que a universidade tem um papel social:

A pesquisa se justifica, ainda, pela necessidade de reafirmar o papel social da universidade pública como bem público, como espaço de formação política e emancipação social para construção da cidadania, tendo como enfoque a percepção dos estudantes engajados em movimentos sociais. Este estudo busca reconhecer e visibilizar grupos e ações que se colocam na perspectiva de uma sociedade mais justa e humana, reconhecendo o possível espaço de transformação social e universitária, produzindo a partir de interlocuções destes grupos com a universidade.

O Brasil necessita garantir uma educação de qualidade a todos os sujeitos. Essa educação deve ser pública e atender, fundamentalmente, os sujeitos que não tem voz. Para a autora, nota-se que a interlocução entre universidade e movimentos sociais deve ser indissociável, ou seja, uma depende da outra para produzir resultados mais humanos e, além disso, formar cidadãos mais preparados para lidar com a realidade.

Se o ensino superior deve ser entendido como um espaço de formação de ideias, respeitando a bagagem cultural e de vida, conceituamos a educação superior como um espaço capaz de oferecer uma narrativa para a promoção dos sujeitos. Para isso, é fundamental ocupar os espaços acadêmicos. Isso significa dizer que é fundamental mobilizar atores sociais cujo propósito desenvolver mecanismos de emancipação aos sujeitos. Além de promover a emancipação dos sujeitos, dando-lhes autonomia, tem-se como fundamental criar matrizes curriculares mais amplas, isto é, ligadas às diferentes realidades.

Tradicionalmente, no Brasil, o ensino superior é visto como um espaço seletivo e que serve a alguns segmentos privilegiados da sociedade. Gruginskie (2015, p. 22) expressa:

As experiências na educação, bem como o contexto social e político com suas emergências e urgências, encaminharam à reflexão acerca da necessidade de outros olhares sobre a universidade pública e os saberes nela produzidos (...). Os olhares aqui abordados são de estudantes que tem alguma atuação política e/ou articulação com movimentos sociais considerados “novos”. A opção por estes grupos, especificamente, se deve ao ingresso de estudantes negros e indígenas a partir da política de cotas; à presença de estudantes negras nas turmas que eu frequentei e à sua vinculação ao movimento; ao contato com uma integrante do grupo LGBT e a sua defesa de dissertação bastante significativa (...); à existência de grupos feministas na universidade, identificado por meios das redes sociais, sites, amigos e colegas.

Essa percepção que coloca diferentes atores sociais compartilhando vivências e realidades distintas deveriam ser acolhidas mais fortemente pelas universidades. Ao realizar a leitura da análise da autora, podemos perceber que esses movimentos políticos e sociais conseguem chamar a atenção para os problemas que são de todas as pessoas.

Não se fala, aqui, em extremismos ou mesmo em políticas de segregação. Muito pelo contrário: se o ensino superior tem por objetivo reunir pessoas plurais, então não é absurdo que esses grupos se organizem no sentido de exigir o cumprimento de princípios básicos que

tocam a Ensino Superior brasileiro. Limitar a democrática atuação desses movimentos dentro das universidades representa um grave retrocesso. É por isso que a articulação desses movimentos dentro das universidades é fundamental.

Em 15/9/2016, o site da Folha de São Paulo, na coluna que versa sobre a Educação, Cancian (2016) apresentou a seguinte reportagem:

Só 14% dos adultos brasileiros têm ensino superior, diz relatório da OCDE
Apenas 14% dos adultos brasileiros chegaram ao ensino superior, percentual considerado baixo se comparado à média dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), de 35%.
O índice brasileiro também é menor em relação a outros países latino-americanos como o Chile (21%), Colômbia (22%) e Costa Rica (23%).
Os dados são da publicação Education at a Glance 2016, da OCDE, lançada nesta quinta-feira (15). O estudo compara dados de mais de 40 países, incluindo o Brasil.
Se analisados os dados apenas das gerações mais jovens, entre 25 e 34 anos, o índice cresce para 16%, mas ainda fica distante da média. Já entre adultos de 55 a 64 anos, o percentual é de 11%. Os dados são de 2014.”

De acordo com dados atualizados fornecidos pelo IBGE, em 2016 o número de brasileiros com ensino superior passou para 15,3%. Já em 2017, passou para 15,7%. Após três anos, ainda possuímos um índice menor em relação aos países da OCDE e outros países latino americanos.²

Esses dados, além de ofender a dignidade da pessoa humana, tão amplamente difundida na Constituição Federal de 1988 (art. 1º, III), indicam que se afasta o principal direito dos sujeitos, qual seja, à Educação.

Esse direito social, também previsto no art. 6º, é mais do que um direito. Trata-se, segundo entendemos, de um bem social intransferível.

Ao se verificar as afirmações que acima apontamos, podemos seguir no sentido de entender os antecedentes históricos. Para isso, é interessante entender Gramsci, à luz de

²Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015> (acessado em 12/10/2018)

Nosella (2016 p. 57-58). Em “A escola de Gramsci”, o enfoque do qual necessitamos, é oferecida a seguinte afirmação:

Traduzimos esse artigo quase por inteiro, por se constituir, acreditamos, numa espécie de carta magna de sua geral concepção metodológico-didática de escola. É também, esse texto, uma sincera homenagem a seus mestres da Universidade pública de Turim que o marcaram profundamente. Gramsci toma partido em favor do método historicista, que contrapõe ao método enciclopédico estanque; o historicismo é a forma de vivificar e recriar a ciência; para ele, só assim é possível formar cientistas ‘humanistas’, isto é, cientistas que revivam o drama, por outros homens vividos, diante do problema, da dúvida, da hipótese como possível solução, do erro como tentativa, da solução como história provisória. Aliás, não há outro método, para ele, pois foi esse “o caminhar” dos homens do passado e só refazendo esse caminho se aprende a caminhar e a avançar mais um pouco.”

Não é por acaso que o autor utiliza o verbo “*vivificar*”, ou seja, “dar vida a”. A expressão utilizada tem pleno sentido porque possibilita vivenciar o processo histórico em seu inteiro teor, isto é, para o autor, entender a História, à luz das lutas que os sujeitos travaram, permite sentir as marcas que tocaram aqueles sujeitos.

O autor nos oferece outra percepção, qual seja a necessidade de criar o que se denominou cientistas humanos.

Grupos tradicionais podem entender que essa expressão segue no sentido de manchar a Ciência. Muito pelo contrário: na verdade, a expressão designa atores sociais mais sensíveis para lidar com questões de relevante interesse social. Um deles, por exemplo, e como não poderia deixar de ser, é a Educação.

Os cientistas humanos, nesse enfoque, conseguem entender as realidades sociais dos sujeitos e teriam condições de criar uma nova educação de qualidade. Isso se verifica a partir do momento em que as bases para essa construção são os processos historicamente considerados, ou seja, esses processos conduzem a um acerto mais ativo e efetivo, socialmente justo, que não é o caso do ensino superior brasileiro, como pode ser visto, por exemplo, na porcentagem de brasileiros que cursam o ensino superior, como se observou nas informações citadas acima contidas no *site* da Folha de São Paulo.

Retomando a questão dos cientistas humanos, é interessante perceber que há uma natural expropriação quando o assunto é a Educação Superior no Brasil.

Nosella (2016) coloca que é fundamental eliminar as diferenças que existem para que se possa experimentar um novo modelo de Educação. Essa Educação deve estar calcada na participação ativa dos sujeitos. Além do mais, na disseminação do ensino superior público de qualidade.

As universidades não podem ser espaços que apoiam grupos de capital. Muito pelo contrário: as universidades devem ser espaços de resistência contra essas políticas. O método de ensino, consagrado em uma concepção jesuítica dogmática, deve ceder lugar a uma postura mais flexível, humanitária e, acima de tudo, político-participativa. As articulações que os movimentos sociais desenvolvem, contribuem diretamente para o aperfeiçoamento da cidadania e da democracia na universidade.

A palavra Democracia deriva do grego. Para tanto, temos: “*demos*”, que significa “povo”; e “*kratía*”, cujo significado é “força, poder”. Traduzindo, temos poder do povo, Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Se não houver uma participação maciça, não se poderá falar em Democracia.

Faz sentido seguir nesse caminho para pensar as bases para a construção de um ensino superior mais democrático. Lidar com as diferenças latentes, que existem nos espaços acadêmicos, representa entender as necessidades dos sujeitos e como é fundamental redefinir as estratégias até então pensadas.

Neves (2002, p. 54), caracterizando o ensino superior, e no tocante às universidades públicas, oferece-nos a seguinte afirmação:

As universidades públicas ocupam posição fundamental no cenário acadêmico nacional, detendo papel estratégico no processo de desenvolvimento científico e tecnológico do país. Certamente, existem diferenças quanto ao formato institucional, à vocação acadêmica, às demandas e às expectativas profissionais.

As universidades públicas federais surgiram antes da década de 1970. Em 2000, haviam 39 IFES em todos os estados brasileiros. As IFES são, atualmente, consideradas multifuncionais, mesmo com diferenças entre elas. Desenvolvem atividades de ensino e extensão, além de, principalmente, estarem concentrando parte substancial da capacidade de pesquisa instalada no país.

As universidades públicas estaduais cresceram significativamente após os anos 80. O estado de São Paulo criou, na década de 1930, um sistema de instituições, próprio, com grande autonomia diante do poder federal. As universidades estaduais paulistas concentram parcela significativa da pesquisa e da pós-graduação do país, especialmente no nível de doutorado.

Vale ressaltar que no Brasil existem 97 instituições (Federal e Estadual), segundo dados fornecidos pelo INEP/2017, que oferecem cursos de educação superior. Sendo 44 estaduais e 53 federais em todo país.

O fundamento do ensino superior reside no sentido de capacitar para o desenvolvimento científico e tecnológico. Mas, perguntamos, todos os sujeitos podem fazer ciência nesse País?

O ensino superior público de qualidade deve estar acima dos interesses econômicos. Se a premissa básica constitui o desenvolvimento científico e técnico em sua raiz, não se pode pensar no sentido econômico. Além de representar uma agressão aos sujeitos, ameaça-se a estabilidade democrática.

Sobre esse desnível, Nosella (2016, p. 50) aponta, referindo-se à proposta de Gramsci para a educação no seu tempo:

Só faltava essa. Um Estado que sempre criou escolas de cultura humanista para os ricos e uma outra escola pobre para os filhos dos trabalhadores, apela agora de repente para uma renovação da escola do trabalho. Algo de podre se escondia atrás dessa retórica. Gramsci se enfurece e utiliza toda a sua ironia carregada de sua experiência sofrida de homem pobre que não consegue terminar a faculdade por falta de recursos.

A defesa que ele desenvolve, além de profundamente democrática, uma vez que se solidariza com os sujeitos que estão na mesma situação, mostra um Gramsci sensível a outro ser humano. É por isso que cientistas humanos seriam mais interessantes para o desenvolvimento de uma educação de qualidade no ensino superior.

O pensamento de Nosella (2016), considerando o ator principal desse processo, qual seja, Gramsci, oferece uma reflexão muito importante acerca da necessidade de lidar com novas bases para o ensino superior.

Outro problema é que muitas vezes quando se consegue acessar o ensino superior, ocorrem desistências. Isso pode ser explicado em virtude de que não é apenas o acesso a vaga em si que impede um melhor equilíbrio.

Trata-se de equilibrar finanças relativas ao traslado (ida e volta), alimentação e aquisição de materiais específicos (livros, por exemplo). Os sujeitos muitas vezes tomam empréstimos bancários. Mais uma vez, o poder econômico impõe condições para que eles possam continuar a sonhar com a universidade. O problema é que essas condições são injustas. Assim as bolsas para minorias não resolvem totalmente o problema.

Nesse aspecto Nosella (2016 p. 51-52) aponta outra questão:

O profundo amor que Gramsci tem pela igualdade rejeita qualquer rebaixamento cultural e escolar com vistas a proteger ou assistir aos pobres: estes precisam apenas de igualdade de condições para estudar. Naquela época, na Itália, o debate sobre a escola profissional e a de cultura geral consagrou uma terminologia específica: “escola do trabalho” e “escola do saber desinteressado”. Essa observação de caráter filológico é importante porque Gramsci utilizará essa terminologia frequentemente em seus escritos, até o final de sua vida, consciente, inclusive, de que se trata de uma terminologia caracteristicamente italiana, e cujos sentidos só podem ser compreendidos correlatamente. Portanto, a expressão “desinteressado” não nasceu do debate sobre a neutralidade (ou não) das ideologias, da ciência ou da técnica. Gramsci percebe que o termo “cultura desinteressada” poderá ser equivocadamente entendido, por isso frequentemente (quase sempre) utiliza as aspas, acrescentando-lhe toda vez alguma explicação.

Para Gramsci, a questão educacional é de ordem imperativa, ou seja, é necessário que as bases de uma educação sejam igualitárias.

Essa percepção deveria ser o objetivo primeiro de um Brasil que siga a Democracia em toda a sua estrutura. Contudo, e considerando-se a realidade da nossa educação superior, não é o que se percebe. Isso ocorre porque existe uma larga barreira de acesso.

Muito embora o italiano Gramsci tenha desenvolvido sua análise em seu país de origem, no início do século XX, a narrativa cabe perfeitamente em nosso País. Isso porque existe uma cultura de segregação no tocante à educação superior. Se a Educação seja qual for à escala (fundamental, médio e superior), é um direito social, então que as premissas constitucionais sejam rigorosamente cumpridas, caso contrário, teremos um discurso retórico e que não agrega.

Ainda no sentido de apontar como essa segregação social ocorre, Nosella (2016, p. 53) aponta:

Dois comentários a esse texto tornam-se indispensáveis. Como não lembrar, à luz dessa discussão de Gramsci com o governo italiano, as inúmeras tentativas, propostas, leis para o ensino profissionalizante no Brasil? Típico exemplo foi a Lei n. 5.692/71. Tanta retórica e tantas argumentações aparentemente elevadas, para na verdade tentar barrar a massa estudantil brasileira a entrada no ensino superior. A verdade é que, como na Itália, ontem com hoje, ao brasileiro não interessava nem a escola de cultura geral, nem a do trabalho.

A questão é marcante e prova que é necessária uma reflexão.

Não existe mais a possibilidade de entender o ensino superior como um espaço destinado a certas classes. A questão é mais profunda porque lida essencialmente com o País, o que vale dizer: se não conseguimos oferecer o mínimo de qualidade no tocante à educação superior, é sinal de que em longo prazo problemas de ordem conjuntural e estrutural serão observados.

Por conjuntural, entende-se toda a arquitetura que gravita ao redor do ensino superior, ou seja, características geral e específica, acesso à educação, programas sociais, entre outros.

O ensino superior amparado pelas políticas de inclusão assume um papel de destaque no cenário social, e abrindo possibilidades na trajetória dos sujeitos. Como foi a expansão dessas políticas na formação dos sujeitos?

1.2 As Políticas e a Expansão do Ensino Superior no Brasil

A educação superior no Brasil é ampla com uma variedade de cursos e instituições. Essas instituições são classificadas de acordo como o decreto nº 5.773/06, e respectivas prerrogativas acadêmicas: I - faculdades; II – centros universitários; e III – universidades. Para oferecer um curso superior é necessária a autorização do Ministério da Educação tanto da instituição como do curso.

De acordo com Caixeta e Sousa (2013), as faculdades, os centros universitários e as universidades são os espaços privilegiados para a formação de pessoas ética e moralmente comprometidas com um mundo melhor e com o meio social em que estão inseridas, pois as IES podem ser agentes de promoção de mudanças sociais por meio do cumprimento de seus compromissos sociais e do trabalho desenvolvido por seus professores e alunos, tendo como finalidade primordial o desenvolvimento humano (CALDERÓN, 2006).

Essas classificações são formalidades do MEC em função de suas características. Compare no quadro abaixo qual a diferença entre universidade; centro universitário; e faculdade:

Universidade	Centro Universitário	Faculdade
Melhor escolha para quem quer seguir carreira nas áreas de pesquisa científica e extensão - foco em capacitar estudantes para a vida acadêmica, mas também capacita para o mercado de trabalho.	Boa escolha tanto para quem deseja seguir carreira acadêmica quanto profissional.	Ótima escolha para quem busca formação em determinada área, sem interesse de seguir carreira em pesquisa e extensão acadêmica - foco em capacitar estudantes para a vida profissional.
Abrange diversas áreas do conhecimento por meio das faculdades que a compõe.	Abrange uma ou mais áreas do conhecimento. É geralmente maior que a faculdade e menor que a universidade.	Costuma ser focada em uma determinada área do conhecimento.
Oferece grande quantidade de cursos.	Pode oferecer mais cursos do que as faculdades e menos do que as universidades.	Geralmente oferece quantidade menor de cursos do que as universidades e os centros universitários.
Necessariamente promove atividades de ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas do saber.	Não tem obrigação, mas pode promover atividades de ensino e extensão.	Não tem obrigação, mas pode promover cursos de extensão ou programas de iniciação científica.
Tem relevante produção intelectual cultural e científica.	Não tem obrigação de produzir pesquisas.	Não tem obrigação de produzir pesquisas.

Continua

Além dos cursos de graduação, tem no mínimo quatro programas de pós-graduação stricto sensu, sendo ao menos um deles de doutorado.	Não tem obrigação, mas pode oferecer, além dos cursos de graduação, pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.	Não tem obrigação, mas pode oferecer, além dos cursos de graduação, pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado.
Tem autonomia para criação de novos cursos e programas de ensino sem necessidade de aprovação do MEC.	Tem autonomia para criação de novos cursos e programas de ensino sem necessidade de aprovação do MEC.	Precisa de autorização do MEC para criar cursos e programas de ensino.
No mínimo um terço do corpo docente tem titulação de mestrado ou doutorado.	No mínimo um terço do corpo docente tem titulação de mestrado ou doutorado.	No mínimo um terço do corpo docente tem titulação de especialista (pós-graduação lato sensu).
No mínimo um terço do corpo docente com dedicação em tempo integral à instituição.	No mínimo um quinto do corpo docente com dedicação em tempo integral à instituição.	Não tem exigência de professores com dedicação em tempo integral.
Tem campus maior para abrigar todas as faculdades, bibliotecas, alojamento para os estudantes, agências bancárias, etc. Pode funcionar como uma minicidade.	Geralmente tem campus menor do que das universidades, por conter menos faculdades.	Comumente tem campus menor do que universidades e centros universitários.
Precisa atender a comunidade e ter aproximação com ela.	Pode atender a comunidade e ter aproximação com ela.	Pode atender a comunidade e ter aproximação com ela.
Exemplos: USP, Unesp, Unicamp, Unicsul , Unip, UMC .	Exemplos: Belas Artes, FMU, UniPaulistana, UniCarioca , Ulbra Manaus, UniRondon .	Exemplos: ITA, FAM, IBTA, Famep , Campos Salles, Impacta.

Fonte: mec.gov.br

Cerca de 70% dos sujeitos entrevistados já haviam participado de pesquisas de extensão nas universidades, tornando-os sujeitos mais conscientes de suas ações.

Para que se possa falar em Ensino Superior no Brasil, há de se entender como essa construção se deu. Para dar suporte à nossa análise, iremos nos servir das análises de Lalo Watanabe Minto, autor que oferece uma visão acerca do tema.

O Ensino Superior é considerado uma construção precária. Precária porque as suas bases são consideradas desagregadoras, ou seja, privilegiam uns e excluem outros.

As estruturas conservadoras sempre desenvolveram o que se compreende por processo desagregador, isto é, sempre construíram bases cuja exclusão é um ponto fundamental.

Minto (2006, p. 177 e 179) expressa:

A despeito de todas as mudanças, qualitativas e quantitativas, pelas quais passou o ensino superior no Brasil nas últimas três décadas, permanecemos sendo um país de grandes deficiências no setor, com desempenho muito inferior aos países desenvolvidos e, ainda que em menor escala, também com relação aos países da América Latina.

O Frankenstein, dos anos 1930, sobreviveu ao século XX e chegamos aos anos de 1990 com um perfil de organização do ensino superior não menos monstruoso. A educação superior no Brasil não se modificou em sua essência, ainda que projetos diferenciados tenham surgido e, a seu tempo, reprimidos e sufocados pelo conservadorismo imperante em nossa história, a exemplo da UnB nos anos de 1960. Nos anos de 1990, o crescimento do ensino superior continuou a atingir níveis significativos, como nos anos da ditadura, todavia sem alterar sua velha estrutura desigual, que, ao contrário, se ampliou.

Torna-se claro que a educação superior no Brasil sempre esteve sob o império de grupos conservadores, que entendiam que a educação superior no País era justa e atendia às mais diversas necessidades, construindo premissas aparentemente lógicas.

É por isso que os movimentos sociais têm papel fundamental nesse processo, pois lutam para resgatar a dignidade da pessoa humana, fortalecem a cidadania.

As políticas e a expansão do ensino superior concedem privilégios ao setor privado. E isso pode ser verificado à luz das constatações que Minto expressa (2006, p. 179 e 182). Para o autor, o crescimento do ensino superior público é nitidamente inferior ao privado. Isso significa dizer que já existem gargalos, ou seja, desigualdades que necessitam ser eliminadas. Caso contrário, o dano será irreversível.

Outro problema apontado por Minto (2006) é que o Brasil não investe em Educação de modo pródigo. Minto (2006, p. 182) esclarece-nos:

Um primeiro aspecto, a despeito de todo o processo de expansão do ensino superior, há de ser ressaltado: o Brasil continua a destinar pequena parcela de suas riquezas totais produzidas à educação. Também é preciso desmistificar o mito vigente de que o país investe o suficiente em educação, mas de forma mal aproveitada. Em matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo, de 10 de março de 2002, afirma-se, com destaque, que o total de investimento do país em educação equivaleria a cerca de 5,1% do PIB, número, portanto próximo ao de países ricos como os Estados Unidos (5,4%), Alemanha (4,8%) e Japão (3,6%), entre outros. Mas não se menciona o valor efetivo correspondente a esta porcentagem, que é, por certo, bem mais elevado nos países “desenvolvidos”, já que possuem PIB mais elevados, com o que se obscurece a questão.

A partir do instante em que se obscurecem os dados o resultado é fazer crer que existe investimento suficiente na educação e na educação superior, empobrecendo o debate.

Acreditamos que qualidade e expansão do ensino superior só podem existir se houver a participação dos movimentos sociais nesse processo. Mas, também não acreditamos que o espaço universitário esteja tão receptivo para essa proposta.

Percebemos novas tendências de exclusão. É o que Gruginskie (2015, p. 24) entende por *fascismo social*:

Vivemos hoje um facismo (sic) social (...) resultado da crise do contrato social da modernidade (...). O facismo (sic) social (...) representa a dominação de um grupo social sobre o outro (...). O facismo (sic) paraestatal representa a apropriação privada do espaço público e ocorre com os processos de privatização e eu diria, também, com os processos de terceirização. Essas e outras formas de facismo (sic) tornam a sociedade fragilizada.

Esse fascismo, tal como a autora nos coloca, representa o modo como o processo econômico tem interferido diretamente na qualidade do ensino superior. Essa tendência que se verifica coloca em risco a autonomia dos sujeitos, assunto que discutiremos mais à frente.

No Brasil a maior quantidade de matrículas na educação superior está concentrada no setor privado. De acordo com dados do INEP na Sinopse Estatística da Educação Superior, em 2017 foram realizadas 2.556.934 matrículas no setor público e 9.021.838 no setor privado³. Uma Educação de qualidade e gratuita para todos é o que se entende por fundamental.

Nesse sentido, não há espaço para margens consideradas democráticas e, segundo se nota, essencialmente justas. A qualidade se perde e a quantidade é idolatrada. Essa percepção pode ser sentida quando os sujeitos tentam uma vaga na graduação. Quando se trata de pós-graduação, o quadro se agrava.

No sentido de apontar as desigualdades, Minto (2006, p. 184-185) analisa:

Segundo os dados da PNAD, realizada pelo IBGE em 2001, o perfil dos estudantes brasileiros indicava ainda que, apesar de aproximadamente 2,1 milhões de estudantes frequentando o ensino superior na faixa dos 18-24 anos, a média de anos de estudo dessa população sequer atingia 8 anos. Média está tão baixa que, em última instância, indica que a maior parte da população sequer chega a ter acesso ao nível superior (...). Quando se considera a população total, esse número pode ser ainda mais revelador. Os dados do Censo Demográfico de 2000, do IBGE, indicam que há, no país, 5.585.835 de pessoas com o ensino superior (nível de graduação) concluído, dentre os quais, 2.516.010 homens e 3.069.825 mulheres. Na pós-graduação, a situação é ainda mais contundente: 304.795 formados, sendo 173.716 homens e 131.080 mulheres. Portanto, para uma população estimada em cerca de 170 milhões de habitantes, dos quais cerca de 23,4 milhões em idade apropriada para frequentar cursos superiores (18-24 anos), o número total de graduados não atinge 3,29%, ao passo que o número de pós-graduados não ultrapassa 0,18% (ou, respectivamente, 6,54% e 0,36% da população residente com mais de 25 anos).

A porcentagem dos brasileiros com ensino superior teve um aumento de 3,5%. Hoje, tem-se uma população que sabe da importância do ensino superior. Porém, esse aumento ele foi discreto. De 4,4% para 7,9%.

Gruginskie (2015, p. 25), considerando que a universidade deve fomentar movimentos mais democráticos no sentido de aproximar as realidades, transformando-as em novos modelos, aponta que,

³ Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> (acessado em 12/10/2018)

A universidade pública pode aprofundar ou se contrapor a estes paradigmas, quiçá rompê-los. A busca por novos paradigmas passa por um processo de politização da sociedade, de tomada de consciência social e política, e alteridade que levam à justiça social. Precisamos pensar em caminhos que levam a outro modelo alternativo e de resistência ao modelo hegemônico.

A universidade tem um papel fundamental no pensar e fazer novas políticas, inovar na ruptura e constituição de novos paradigmas. O conhecimento construído na universidade precisa dar conta da formação de um sujeito com excelente formação técnica, mas também com uma formação política e humanista, para utilização deste conhecimento de forma ética, considerando as questões ambientais, os direitos humanos, a justiça social, ou seja, a formação em seu sentido integral, buscando a formação de um ser humano pleno.

A compreensão de que a universidade tem um papel fundamental na vida dos sujeitos é inequívoca. Para isso, porém, há que se conhecer a realidade dos sujeitos, porque a vivência de cada ser mobiliza ações diferentes, entre elas, a necessidade de um olhar político e social, o desenvolvimento de um engajamento concreto no que diz respeito à participação de todos.

Colocar-se no lugar do outro, com o objetivo de entender as mais específicas realidades sociais, permite seguir por um caminho mais humano e democrático.

É por isso que se faz necessário perceber a urgência dos movimentos sociais. Eles oferecem uma vivência social muito mais profunda. Nesse sentido, Gurginskie (2015, p. 25-26) aponta que:

(...) a presença dos movimentos sociais na universidade e em todos os setores da educação aponta para novos paradigmas, novas perspectivas de construção de conhecimento.

Quando nos debruçamos sobre a construção do conhecimento na universidade, Chauí (2001), em *Escritos Sobre a Universidade*, destaca que esta não foi sempre assim, e revela sua surpresa ao palestrar na universidade e perceber que os estudantes a veem como espaço de profissionalização e competição revelando sua vocação para o mercado acreditando que sempre teria sido assim. Ela destaca que ao lerem os textos do livro perceberão que em outros tempos a universidade esteve bem menos preocupada com as questões do mercado e os debates em torno dela envolviam muito mais as questões da cultura e outras como a liberdade, a justiça social, a igualdade e o significado do conhecimento no momento em que o país lutava pela democracia.

Ao analisarmos os pensamentos de Gurginskie e Chauí se percebe que o papel da universidade na vida dos sujeitos deve ser fundamental.

Minto (2006, 190 e 193), considerando o setor privado, aponta:

(...) O setor privado, por sua vez, ávido pela “clientela” advinda do ensino médio e sem perspectivas de obter uma vaga na rede pública, expandiu sua oferta de vagas de modo abrupto: cerca de 180%, entre 1990 e 2000. Os números dessa expansão indicam que, mesmo com um índice decrescente de aproveitamento das vagas (menor relação matrículas/vagas) – o que é agravado pela crescente taxa de inadimplência no setor (...) – e com uma expansão menos significativa que o setor público no número de inscritos nos vestibulares e processos seletivos (...), o setor privado continuou a investir na expansão da oferta de vagas (...).

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior fornecido pelo INEP, em 2017, o número de ingressantes teve um crescimento de 8,1% em relação a 2016. Houve um aumento no número de ingressantes na rede pública.

Esse clientelismo, puramente econômico, não contribui com o processo educacional. E mais: os sujeitos economicamente frágeis perdem toda e qualquer garantia de vaga.

Isso aponta para um problema grave e deixa as instituições de ensino superior reféns de um processo predatório. Afinal de contas, os sujeitos que ocupam as vagas não são números. Antes de tudo, esse sujeito tem pensamentos próprios e tem sonhos.

Outra questão são os sujeitos que ficam de fora desse processo. Entendemos que deveria haver um equilíbrio nesse processo. Equilíbrio que viabilizasse melhores condições de acesso. À luz dessas informações é condição essencial construir um ensino superior participativo e gratuito.

Essa desigualdade de acesso pode ser reduzida com Programas como o Prouni⁴, por exemplo, que de acordo com o MEC no segundo semestre de 2017 ofertou no total 147.815 bolsas⁵. Mas esse Programa como resposta efetiva ainda não é a ideal. Segundo entendemos, o cenário ideal seria um ensino superior público de qualidade. De Moraes (2016: p. 24) afirma:

(...) É no governo Lula, também, que se deram novos marcos na aproximação entre políticas públicas e recursos destinados ao setor privado

⁴ O programa tem como finalidade conceder bolsas de estudos em modalidades integrais ou parciais em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Privadas. As bolsas se destinam a alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas, ou privadas na condição de bolsistas integrais. Os candidatos são selecionados de acordo com as notas obtidas no ENEM. Informação oficial disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa> (acessado em 12/10/2018)

⁵ Disponível em http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_ofertadas_por_uf_segundo_se_mestre_2017.pdf (acessado em 12/10/2018)

da educação superior. O Programa Universidade Para Todos (ProUni), segundo Silva Junior (2005, p. 63), representa uma intervenção do Estado para equiparar o número de vagas ociosas entre as IES públicas e privadas (respectivamente 5% e 35,7% de vagas ociosas). Assim, em troca da concessão de isenções fiscais às IES que aderissem ao programa, o governo passou a financiar alunos de baixa renda para ocuparem vagas nas IES privadas.

No governo Fernando Henrique Cardoso, fortaleceu-se a questão das Instituições de Ensino Superior Privado; nos governos Lula, por exemplo, a questão foi de conferir maior acessibilidade ao ensino superior por parte dos sujeitos que não possuíam condições de frequentar a universidade.

Essa gritante diferença permite que se extraia uma conclusão bem simples: de 1994-2002, fim da era FHC, a questão era apenas mercantilista. A partir de 2002, início da era Lula, o foco foi fomentar qualidade e quantidade. Qualidade no sentido de permitir que o acesso à educação superior pudesse ser experimentado pelos sujeitos de baixa renda. Quantidade no que diz respeito ao fomento de políticas públicas mais direcionadas para essas classes menos favorecidas. Sobre o PROUNI Costa e Ferreira (2017: p. 159) apontam que:

(...) cabe problematizar se o Programa contribui efetivamente com a democratização do acesso e da permanência na Educação Superior brasileira nas atuais condições. Isso também desperta para o fato de se problematizar as atuais políticas neste nível de ensino e também se cogitar a criação de uma política alternativa ao PROUNI, que assegure e garanta o ingresso dos estudantes que advêm das camadas populares. Para tanto, acredita-se que a garantia do aumento de vagas nas IES públicas é favorável à expansão deste nível de ensino, devendo-se fortalecer medidas desta natureza enfraquecendo aquelas que estimulem a privatização, como é o caso do Programa, que termina subsidiando o setor privado com volumosa isenção fiscal, em detrimento da arrecadação de tributos, que deveriam fortalecer erário, para investimento público no ensino público e gratuito.

Considerando o que se entende por “democracia líquida”, Minto (2006, p. 194) analisa que:

(...) muito embora a proporção entre os setores público e privado (30/70%, respectivamente), em termos do número de matrículas no final dos anos de 1990, não represente uma mudança tão significativa quando a apresentada pelo número de IES, a mencionada ampliação do peso relativo do setor privado se dá, principalmente, no sentido da “flexibilização” do setor.

Analisando o conjunto de dados já mencionados, constata-se também, que a IES públicas – que, em 2002 e 2003, não ultrapassaram a 12% do total – apresenta, em seu conjunto, uma crucial indagação: a de que, com um aproveitamento de vagas já perto do nível de saturação, expansões futuras só poderão ser feitas mediante a ampliação de sua infraestrutura. Diferente do setor privado, que além de ter um baixo aproveitamento, ainda tem um número crescente de instituições, o que mostra uma tendência de que seu peso relativo no sistema tenderá a ampliar-se, sendo, protagonista, cada vez mais, do chamado processo de “democratização” do ensino.

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior fornecido pelo INEP⁶, em 2017 foram abertas 655.033 novas vagas em Universidades Públicas. Já em Universidades privadas esse número subiu para 7.245.027.

O ensino superior público é colocado à margem do mesmo processo de crescimento. O resultado disso tudo é evidente, a saber: prioriza-se a quantidade e desloca-se a qualidade para outro momento. A Educação, nesse aspecto, precisa ser mais valorizada e, conseqüentemente, ampliada.

Já o ensino superior privado ao ter como objetivo o lucro pode deslocar a questão da qualidade na formação dos discentes. Foi no governo Fernando Henrique Cardoso, inclusive, que amigos mais próximos do ex-presidente, e que ocupavam o conselho Nacional de Educação, entenderam que algo de errado estava acontecendo. Minto (2006, p. 195-196), cuidando dessa análise, reproduz textualmente:

(...) Eunice Durham explicava, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, os motivos de seu pedido de demissão do Conselho Nacional de Educação, dentro os quais indicava: “Tem havido um crescimento desmesurado do sistema privado de ensino superior, que estão ameaçando a credibilidade do sistema no seu conjunto, principalmente porque desequilibra a proporção pública e privada. O crescimento do ensino particular está sendo, em boa parte, governado pelo mercado, pelo processo de lucro, e isso é perigoso para o sistema”. E conclui: “Há a necessidade de um empenho mais eficaz do ministério no sentido de evitar o abuso de autonomia que está ocorrendo por parte de algumas universidades privadas, que ganham autonomia e estão criando dezenas de cursos ilegais”

⁶ Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> acessado em 12/10/2018

Não há mais espaço para crer na eficiência pura e simples do apelo econômico. Quando se desenvolve esse tipo de postura, fere-se fortemente a Democracia. Nesse sentido, perde-se a qualidade porquanto a quantidade, amparada pelo capital, começa a ditar os mais diversos resultados. Leia-se, para o caso, lucratividade.

Um dos limites do lucro como base da educação superior pode ser observado na evasão. Como aponta Minto (2006, p. 197):

(...) No caso do setor privado, é imprescindível atentar para um dos fatores que limitam a permanência de muitos estudantes no ensino: o alto custo das mensalidades com relação ao poder aquisitivo da maior parte da população brasileira, cuja expressão é o alto índice de inadimplência no setor, o que vem preocupando seus dirigentes (...). Além do que, é preciso colocar em discussão a própria utilização do termo “ociosidade” (que denota algo negativo), uma vez que a lógica do capitalismo é a de “prever” as ampliações, uma necessidade da própria expansão do capital e da acumulação. As estruturas têm de ser planejadas não apenas para o curto prazo, mas também para expansões futuras. Basta ver que as IES privadas vêm se ampliando mesmo com a propalada crise de inadimplência e falta de ocupação de vagas, o que indica, no mínimo, que se espera um crescimento futuro do mercado educacional e da demanda por vagas (...).

Se a lógica é expandir, mesmo na crise, então, pensamos, seria democraticamente adequado disponibilizar as vagas para os sujeitos cuja condição econômica não seja tão favorável.

De acordo com a Sinopse do Ensino Superior fornecido pelo INEP no ano de 2017⁷, foram realizadas 6.241.307 matrículas no setor privado. O número de concluintes no mesmo ano no setor privado foi de 709.545, ou seja, podemos inferir que haja uma quantidade de desistentes muito grandes no setor privado.

Azevedo (2015, p. 98-99), analisando como o Brasil permitiu essa privatização, expressa:

Entretanto, buscando tirar conclusões no presente artigo, percebe-se que o Brasil é partícipe, de maneira subordinada, do processo de mercadorização da educação superior, com preponderante atuação de grupos transnacionais.

⁷ Disponível em <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> acessado em: 12/10/2018

Porém, com a ressalva de que, no entanto, há também empresas com sedes no Brasil, organizadas como sociedades anônimas, cujas ações (papéis representativos de valores) são negociadas em bolsa, significando dizer que, na forma da lei, tantos indivíduos como fundos de participação (private equity), associações e fundos previdenciários, nacionais ou estrangeiros, podem estar partilhando por ações a propriedade de uma empresa mercantil fornecedora de ensino, o que, potencialmente, caracteriza (quando há participação acionária estrangeira nas referidas empresas) como uma modalidade de transnacionalização da educação.

Esse movimento possibilita a entrada em território nacional de grupos estrangeiros cujo objetivo é divulgar uma nova mentalidade “educacional”. A bem dizer, aliada aos interesses dos mercados. Ao que se nota, e lamentavelmente, trata-se de uma tendência que se verifica no mundo. Isso impacta diretamente no modo como os sujeitos são tratados quando o assunto é a Educação.

Azevedo (2015, p. 97), à luz do que se pode denominar como um verdadeiro “capitalismo acadêmico”, expressa:

(...) Os movimentos de transnacionalização que envolvem a educação superior são próprios do metabolismo do capital, pois faz parte de sua essência o constante processo de busca pela expansão e acumulação, seja por intermédio dos fundos financeiros (private equity), que adquirem partes, cotas ou ações de empresas de ensino superior que visam lucro, ou por grupos provedores de ensino superior que atravessam fronteiras para atuar com permissão e por concessão dos Estados nacionais.

É preciso romper com a ideia de que a educação superior seja considerada mercadoria. Segundo entendemos, e conforme já tivemos a oportunidade de expor, a Educação é um bem social. Isso pode ser verificado segundo as disposições constitucionais, de acordo com o artigo 6º:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.⁸

⁸ Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_6_.asp acesso em 12/10/2018

Tratar deste bem segundo as regras do capitalismo deforma suas estruturas essenciais, quais sejam, cidadania, dignidade da pessoa humana, educação, política e inclusão social.

Para corroborar o nosso pensamento, no sentido de entender que a expansão adequada é aquela que oferece o melhor resultado aos sujeitos, ao invés de privilegiar uma construção mercadológica e sem sentido, Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 33) sustentam:

(...) Se, por um lado, a expansão engendrada nas últimas décadas pode ser percebida como positiva por ampliar o acesso da população ao ensino superior, deve-se atentar para alguns efeitos perversos desse mesmo processo, particularmente no que tange ao perfil dos cursos e das carreiras criados pelas instituições privadas, cuja expansão se dá sob a influência direta de demandas mercadológicas, valendo-se dos interesses da burguesia desse setor em ampliar a valorização de seu capital com a venda de serviços educacionais.

A produção de conhecimento também cresceu no país, fruto direto da expansão da pós-graduação, embora se apresente, cada vez mais, atrelada à tecnologia e à inovação, imprescindíveis para que o capitalismo possa renovar-se e ampliar sua margem de riqueza tendo como princípio a base industrial consolidada.

Nesse sentido, é interessante entender que para a promoção de um ensino superior de qualidade, há que se observar a questão dos sujeitos.

Torna-se fundamental guiar-se por um novo propósito. Este, em verdade, mais humanizado. Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 33) apontam:

O importante é ressaltar que o crescimento do ensino superior privado, a produção de conhecimento atrelado à inovação, mesmo que advindo de instituições públicas, e, em algumas circunstâncias, a própria expansão do ensino na rede pública são facetas de um movimento de expansão que traduzem, de forma crescente, o modo como o capital busca valorizar-se no âmbito dos sistemas de educação superior.

Na realidade, em um contexto internacional marcado pela mundialização econômica e pelas políticas neoliberais, pode-se detectar dois movimentos interligados, que apontam para a privatização da educação superior, acarretando graves consequências para a formação superior, para a produção do conhecimento e da cultura e para o trabalho docente.

Em primeiro lugar, ocorre mundialmente um crescimento desmedido e praticamente sem controle da oferta privada desse tipo de ensino. Informes apresentados na Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ocorrida em julho de 2009, em Paris, mostraram claramente o crescimento explosivo da oferta privada, que já detém 30% da matrícula

mundial no ensino superior. Mais da metade da população estudantil do México e do Chile, por exemplo, já recebe educação nessas instituições, cujo ânimo é o lucro. No Brasil, o percentual de matrículas na rede privada não para de crescer, alcançando em 2010, conforme dados do último Censo, um patamar superior a 74,2% (...).

Ainda, Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 34-35) apontando duras críticas a essa privatização exacerbada, expressam:

Dados do Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina, (SITEAL, 2011) também são alarmantes, particularmente para o Brasil. No levantamento realizado sobre a distribuição dos estudantes de nível superior, segundo a natureza administrativa do estabelecimento, em áreas urbanas da América Latina, no ano de 2009, abrangendo quinze países, foi encontrado como resultado uma média de 52% dos estudantes latinos em instituições privadas. Nesse ranking nada animador, o Brasil, com 77% de inversão privada, só perde para o Chile, cujo Estado, desde inícios da década de 1980, não oferece mais educação superior pública, o que tem dado vazão, inclusive, a intensos movimentos de protesto, da parte de amplos segmentos daquela sociedade, em defesa da educação pública.

O segundo sentido da privatização pode ser localizado na própria rede pública. Em direta relação com a insuficiência de financiamentos, muitos docentes – em especial, docentes-pesquisadores – passam a participar do processo de captação de recursos para a pesquisa, para a instituição e até para si, gerando, em algumas situações, contratos com empresas privadas, que promovem o financiamento privado de instalações e investigações orientadas para o mercado, além do estabelecimento de sistemas de patentes sobre resultados científicos logrados e a transferência de tecnologia das universidades para empresas (...).

Assim, é crescente o número de investigações feitas na universidade pública que se referem, diretamente, à produção de ciência, tecnologia e inovações tecnológicas imprescindíveis para que o capitalismo possa renovar-se e ampliar sua margem de lucros (...). Pode-se dizer, mesmo, que as universidades públicas ocupam cada vez um papel mais destacado no processo de produção de conhecimento-mercadoria, isto é, aquele que, tornando-se tecnologia e inovação tecnológica, agrega maior valor aos produtos consumidos no mercado interno ou para exportação.

Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 35), seguindo no sentido de entender como uma abertura ímpar foi concedida às empresas privadas no setor da educação superior e como essa abertura interferiu diretamente na inclusão social, apontam:

Primeiramente, a expansão da educação superior (e sua privatização) ocorre no mesmo diapasão e para o atendimento das mudanças contemporâneas

ocorridas na produção e valorização do capital, a reestruturação produtiva, que teve seu início sistematizado, no Brasil, a partir da década de 1980, e, em segundo lugar, toma impulso e ganha organicidade a partir da reforma gerencialista do Estado brasileiro, posta em movimento em 1995, pelo então ministro da Reforma do Estado Bresser-Pereira, e em curso até os dias atuais.

A partir desses vetores, puderam ser verificadas profundas modificações na cultura e no cotidiano das instituições, nas relações entre o Estado e as instituições públicas e privadas, mas, sobretudo, na formação ministrada nas diversas IES e no trabalho do professor e do pesquisador desse nível de ensino. Especificamente, a Reforma de Estado elaborada no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, embora não tenha sido integralmente aplicada quando da sua formulação, definiu uma racionalidade que penetrou profundamente o coração do Estado no que diz respeito à sua estrutura, atuação, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os campos, inclusive na educação superior.

Essa racionalidade de gestão mercantilista colocou em risco os sujeitos. A inclusão foi colocada de lado em nome da mercantilização da educação, o que culminou nesse processo desigual.

O que se denominou expansão foi, na verdade, uma forma de privilegiar o setor privado, o que colocou em risco a Educação como bem social. Mancebo, Vale e Martins (2015, p. 36) expressam:

(...) É bem verdade que o crescimento do setor privado sobre o público advém dos tempos da ditadura civil-militar (1964-1984). A situação política daquele período requereu ajustes na educação superior, o que foi feito pela reforma universitária instituída pela lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Essa legislação reforçou a atuação do então Conselho Federal de Educação (CFE), com forte composição privatista, e as facilidades, os incentivos fiscais e tributários para a abertura de IES privadas foram incessantemente criados e recriados. Fato é que, ao final da ditadura, as matrículas privadas já ultrapassavam em muito as oferecidas nas IES públicas.

Sempre é bom lembrar que o critério para o oferecimento de cursos nas instituições privadas são suas planilhas financeiras. Isso faz com que haja uma enorme quantidade de cursos de forte apelo mercantil oferecidos nas regiões mais ricas do país e que dão pouquíssimas contribuições para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país ou da própria região, ao mesmo tempo em que locais e áreas profissionais que mais necessitam de reforços são abandonados. O critério financeiro atinge, também, a qualidade dos cursos oferecidos, restringindo as possibilidades profissionais dos estudantes e a contribuição que essas IES poderiam dar para o desenvolvimento das diferentes áreas de conhecimento (...).

As bases para uma educação superior de qualidade não podem gravitar ao redor da questão do lucro. Nesse sentido, a Educação deixa de ser um bem social intangível para ser um bem mercadológico.

As universidades e os sujeitos sofrem com a mercantilização, que passa ser mercadoria e assim precarizando o ensino superior. Como essa mercantilização prejudica o ensino superior e os sujeitos?

1.3 Mercantilização do Ensino Superior

Oliveira e Takada (2014, p. 722), desenvolvendo uma análise crítica sobre a mercantilização que envolve o ensino superior privado no Brasil, têm em sua base de argumentação algo bem interessante e que merece a devida reprodução.

(...) Nos dias atuais o capitalismo dominou todas as áreas da vida, inclusive a Educação. Deste modo, olhando a política educacional brasileira em relação aos cursos de Ensino Superior Privado nota-se que estes estão sendo precarizados em razão de uma mercantilização do ensino.

Ingressar em uma Instituição de Ensino Superior, ainda continua sendo uma das principais formas de ascensão social. Pessoas de todas as idades buscam conhecimento e uma posição na sociedade através da graduação, pós – graduação, cursos de extensão, etc. No entanto, nos últimos tempos, é evidente o grande aumento no número de Instituições de Ensino Superior Privado no país, que por meio de uma propaganda e marketing agressivo, prometem aos futuros graduados um fácil acesso ao mercado de trabalho, com altas remunerações e status social.

Nesse cenário de mercantilização da Educação Superior, em que os universitários são vistos como mera mercadoria que será futuramente posta à disposição do mercado de trabalho, constata-se que a sua formação profissional distanciou-se da produção científica, da formação moral, ética e do pensamento crítico, visando apenas atender as necessidades do mercado, o que resulta em indivíduos alienados, simples receptores e divulgadores de conhecimentos, incapazes de desenvolver uma análise reflexiva acerca de tudo o que o cerca.

O processo de mercantilização do ensino superior, à luz das chancelas que tratamos no subitem anterior, tornou os sujeitos incapazes de desenvolver o que se denomina pensamento crítico-sistêmico.

Ao alienar os sujeitos, percebe-se que estes ficaram isolados. Muito embora os espaços sejam convidativos, academias, praças de alimentação das mais variadas e centros com acesso à *Internet*, a principal base deixou de ser levada em consideração. No caso, falamos da inclusão. Ela passou a ser deixada de lado.

Certo é que as bases de ensino estão cedendo espaço para locais que mais parecem *shoppings* do que necessariamente polos pulsantes de vida intelectual universitária.

A partir do instante em que os autores sustentam uma análise dura e reflexiva acerca do que as instituições de ensino superior privado estão a desenvolver com os “clientes”, resta claro que ações de investigação científica e o cuidado para com as bases de uma Educação mais refinada, ficam condicionadas a um processo empresarial.

O principal é deixado de lado. É isso o que ocorre quando a Educação é encarada como mercadoria. A qualidade, tão essencial para que seja possível o desenvolvimento intelectual. Criticar esse tipo de ambiente não é bem visto. Onde reside a alienação, não faz morada a percepção de que algo está bem errado.

Oliveira e Takada (2014, p. 722-723) pontuam do seguinte modo:

(...) no atual mundo capitalista, estas Instituições de Ensino Superior visam exclusivamente o lucro, se valendo de todos os meios possíveis para captar estudantes, não se importando com o ensino que estes vão receber e muito menos com o tipo de profissional que se tornarão. Assim cada vez tem aumentado a discussão sobre a Mercantilização do Ensino Superior, afinal cada vez mais surgem instituições privadas de Ensino Superior em nosso país, o que leva a divisão da educação como um bem de natureza pública ou privada, tendo em vista que as instituições públicas sofrem constantemente com a diminuição dos investimentos governamentais, o que leva a uma precarização e ineficiência, ao passo que as instituições privadas, bem estruturadas e compostas de um excelente corpo docente, são marcadas por sua eficiência e qualidade.

Ao considerar a análise feita pelos autores, é de se entender que o apelo empresarial, encabeçado fortemente por toda sorte de *lobbies*, encerrou o que se denomina pensamento livre, crítico e sistêmico. Pensar, nesse aspecto, não se faz mais necessário.

Descuidaram de duas questões que consideramos essenciais, a saber: a) a inclusão, como forma de equilibrar as desigualdades sociais; e b) a cidadania, como fundamento para uma sociedade mais justa.

De modo a destacar fundamentos mais expressivos, seguem Oliveira e Takada (2014, p. 724-725):

(...) Como visto os governos tem cada vez mais ampliado os mecanismos para o favorecimento da constituição e manutenção de instituições privadas de Ensino Superior, estimulando a mercantilização desse setor, porém sem assegurar a qualidade dos cursos, o que só tem levado a alienação e a uma internalização passiva, ao passo que as atividades acadêmicas estão totalmente direcionadas ao mercado de trabalho, se distanciando cada vez mais de uma formação humana e do pensamento crítico (emancipação humana), formando seres alienados socialmente, sendo mera fonte de lucro, uma utilidade posta no mercado de trabalho.

Visto isso se observa que diante desta crescente privatização das Instituições de Ensino Superior, a competição acirrada pela “clientela”, faz com que estas instituições adotem estratégias de marketing e propaganda, sem contar que com a diversidade de cursos ofertados no mercado, possibilitam as criações de cursos como por exemplo os sequenciais, à distância, de extensão e de pós – graduação lato sensu. Ainda, devemos acrescentar outras maneiras de atrair “clientes” como a ilusão do fácil acesso ao mercado de trabalho, mostrando imagem de pessoas bonitas, bem sucedidas e famosas, além dos descontos atraentes oferecidos nas mensalidades (...).

Oliveira e Takada (2014, p. 725) seguem no sentido de identificar categorias de Educação. Nesse sentido, apontam:

José Rodrigues (2007, p, 06) apresenta a educação – mercadoria (venda de serviços educacionais) e mercadoria – educação (ferramenta necessária para produção de outras mercadorias). Neste contexto a modernização do trabalho tem exigido dos novos trabalhadores uma qualificação quantitativa e qualitativa, exigindo das Instituições de Ensino Superior uma proposta pedagógica voltada às exigências tecnológicas e cognitivas, na qual devem se adaptar a competição do mercado de trabalho, sendo claro que a principal preocupação na formação destes universitários é voltada as necessidades do mercado capitalista.

Oliveira e Takada (2014, p. 726), expressam:

A autora Lúcia Maria Wanderley Neves (2002, p. 220) aponta uma futura consequência em razão deste modelo de ensino atual:

“[...] Pela resistência demonstrada pelos empresários educacionais ao desenvolvimento das atividades de pesquisa, pela sua constante recorrência ao subsídio público como condição de desenvolvimento deste tipo de atividade e também pela frequente demonstração dos neoliberais de inviabilizarem o aparato público de produção do conhecimento no país, num futuro próximo completaremos o processo de embrutecimento do ato de pensar autonomamente das próximas gerações, que dificilmente conseguirão encontrar saídas originais para suplantar as nossas profundas desigualdades sociais, que dia a dia se agigantam.”

A Educação deixou de ser um direito inerente do cidadão e passou a ser mais um serviço público como qualquer outro onde quer seja privatizada ou terceirizada não irá haver nenhuma diferença. O fato é que a Educação se distanciou de suas finalidades, afinal deve ser uma fonte de conhecimento, emancipação, consciência política e crítica, preocupando-se com a formação ética e moral dos alunos, porém o que temos visto são sujeitos acríticos, que não foram estimulados a pensar e refletir, não compreendendo ou simplesmente fazendo uma leitura ingênua do contexto social em que estão inseridos, totalmente despreparados para a vida em sociedade.

O ensino superior é um direito inalienável dos sujeitos dos sujeitos. Os movimentos sociais teve seu protagonismo na historia do Brasil. Como foi esse processo de luta e resistência?

Na sequência trataremos da outra face dos sujeitos entrevistados: além de universitários, ou ex-universitários, atuam em movimentos sociais ou coletivos. Os movimentos sociais tiveram seu protagonismo na história do Brasil. Como foi esse processo de luta e resistência?

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E COLETIVOS NO BRASIL

O homem que não conhece a dor, não conhece a ternura da humanidade. Jean-Jacques Rousseau

Neste Capítulo iremos abordar os movimentos sociais e os coletivos a partir de 1960, acompanhando diversos acontecimentos históricos relevantes, principalmente no que tange às conquistas sociais no Brasil. O objetivo é identificar eixos que permitam pensar se é ou não contributiva a formação realizada na universidade, aos universitários que participam de movimentos sociais.

Os movimentos sociais fortalecem as bases do Estado Democrático e Social de Direito. A Carta Política de 1988, no tocante aos princípios fundamentais, define em seu artigo 1º, II, que a Cidadania é um princípio. E mais: fundamental. Como a Constituição da República Federativa do Brasil é denominada de Carta Cidadã, porquanto contemplou a participação de diversos atores/movimentos na sua construção, Brasil (2009, p.11).

Feita essa análise inicial, é interessante aprofundar-se na ideia de que os movimentos sociais mobilizam estruturas que fortalecem a democracia, seguindo por caminhos cujas bases sejam históricas.

Hamel (2009, p. 1) aponta que sem os movimentos sociais não se pode falar em democracia. Para o autor, é fundamental entender os caminhos até então construídos por esses movimentos.

O presente trabalho tem por objetivo esboçar uma análise dos movimentos sociais enquanto modo de democracia participativa e sua contribuição acerca do desenvolvimento político e da emancipação social. Pode-se dizer, que a partir da década de 1980 os movimentos sociais mudaram substancialmente a constituição da esfera pública, onde somente os partidos políticos e as elites eram aptos a discutir as problemáticas sociais, em uma clara e evidente verticalização do poder no sentido de cima para baixo. Com a ascensão dos movimentos sociais se inverte consideravelmente a lógica do poder político e do próprio poder dominante brasileiro, uma vez que a partir deste momento, as aspirações e demandas sociais das classes oprimidas começam a ganhar espaço de discussão na esfera pública por suas próprias manifestações. Hamel (2009, p. 1).

A base de argumentação que o autor oferece é bem interessante porque coloca a necessidade dos movimentos sociais em evidência. Isso permitiu que fosse viável trazer à baila considerações que antes eram deixadas de lado porquanto eram consideradas desagregadoras.

Desde os anos 1980 é que a questão vital dos movimentos sociais apareceu com maior ênfase. É evidente que nos anos 1970 já se articulavam propostas no sentido de colocar os movimentos em tela nas esferas dos debates.

Nos subitens anteriores, falamos que os movimentos sociais seguem no sentido de criar articulações com os mais diversos movimentos e palcos (ruas, palanques, universidades, meios de comunicação física, espaços virtuais etc.). Nesse processo, tendem a difundir para o maior número de pessoas mensagens cujo teor revela a urgência de um olhar mais detido sobre a temática.

Nesse aspecto, Miranda, Castilho e Cardoso (2009, p.183-184) posicionam-se do seguinte modo:

(...) A conquista dos direitos é resultado de lutas sociais empreendidas por movimentos populares e organizações sociais que reivindicaram direitos e espaços de participação social. O conflito social deixa de ser simplesmente reprimido e passa a ser reconhecido.

(...)

O resgate da história nos faz compreender e reconhecer que os movimentos sociais e a participação popular sempre estiveram presentes nas sociedades em todos os tempos e lugares, sempre houve homens dominando homens, homens lutando – uns pela conquista de direitos e contra a opressão e outros pela manutenção do mando e do poder.

Continuando a ser, os movimentos sociais e a participação popular, elementos fundamentais na ocupação dos espaços de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a cidadania sai do discurso e se constrói na prática através da conquista, consolidação e ampliação dos direitos.

Em síntese, se faz necessário dar voz aos sujeitos contribuindo para impedir que barbáries sociais continuem a ocorrer.

As lutas de classe são à base dos movimentos sociais e suas conquistas. Nesse sentido, construir bases fortes para que se possam desenvolver ações mais específicas, ponderamos, têm sido um diferencial para a conquista da cidadania.

A base de argumentação que o autor oferece é bem interessante porque coloca a questão da necessidade dos movimentos sociais em evidência. Isso permitiu que fosse viável trazer à baila considerações que antes eram deixadas de lado porquanto eram consideradas desagregadoras.

Desde os anos 1980 é que a questão vital dos movimentos sociais apareceu com maior ênfase. É evidente que nos anos 1970 já se articulavam propostas no sentido de colocar os movimentos em tela nas esferas dos debates.

Nos subitens anteriores, falamos que os movimentos sociais seguem no sentido de criar articulações com os mais diversos movimentos e palcos (ruas, palanques, universidades, meios de comunicação física, espaços virtuais etc.). Nesse processo, tendem a difundir para o maior número de pessoas mensagens cujo teor revela a urgência de um olhar mais detido sobre a temática.

Nesse aspecto, Miranda, Castilho e Cardoso (2009, p.183-184) posicionam-se do seguinte modo:

(...) A conquista dos direitos é resultado de lutas sociais empreendidas por movimentos populares e organizações sociais que reivindicaram direitos e espaços de participação social. O conflito social deixa de ser simplesmente reprimido e passa a ser reconhecido.

(...)

O resgate da história nos faz compreender e reconhecer que os movimentos sociais e a participação popular sempre estiveram presentes nas sociedades em todos os tempos e lugares, sempre houve homens dominando homens, homens lutando – uns pela conquista de direitos e contra a opressão e outros pela manutenção do mando e do poder.

Continuando a ser, os movimentos sociais e a participação popular, elementos fundamentais na ocupação dos espaços de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a cidadania sai do discurso e se constrói na prática através da conquista, consolidação e ampliação dos direitos.

Em síntese, diz-se que se faz necessário dar voz aos sujeitos contribuindo para impedir que barbáries sociais continuem a ocorrer.

As lutas de classe são a base dos movimentos sociais e suas conquistas. Nesse sentido, construir bases fortes para que se possam desenvolver ações mais específicas, ponderamos, tem sido um diferencial para a conquista da cidadania.

As bases conceituais que servirão de fundamento teórico para apresentar as disposições que aqui serão expressas, tem origem em análises científicas, porquanto mostram

a realidade a que os movimentos sociais se submetem. Nesse sentido, basear-nos-emos em três autores, a saber: Gentil Cutrim Serra Junior, do Instituto Federal do Maranhão; Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha, Professora da Universidade Federal do Maranhão e Maria Clariça Ribeiro Guimarães, Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)/PB – Brasil e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Serviço Social (Gepemss). Passemos, então, às análises essenciais.

O movimento social passou por diversas transformações. E como isso impactou na trajetória dos sujeitos?

2.1 O Conceito de movimento social e um breve histórico

O desenvolvimento do trabalho na sociedade capitalista gerou a produção excessiva causando a lucratividade excessiva concentrada nas mãos de poucos. Esta situação deu origem à desigualdade social, gerando e ocasionando lutas e conflitos por condições dignas de vida e trabalho.

Na abordagem da temática, seguiremos os estudos de Maria da Glória Gohn (1995), bem como outros autores, ressaltando que o movimento social faz referência a uma boa parcela da população quando se junta por determinada causa em comum, com o objetivo de que suas vozes sejam ouvidas e que algo seja mudado. O resultado disso é uma pluralidade de ações, quais sejam expressões, gestos, discursos, democracia, gestão própria e liberdade. Esses movimentos não oportunistam algo contra a sociedade, pelo contrário, pensam em transformações mais amplas, disseminando seus valores. As mudanças são propostas à luz do engajamento. Exemplo disso são os negros e índios que lutam pela educação ou as mulheres que reivindicam mais creches para seus filhos.

Os movimentos sociais eram aliados às organizações trabalhistas. As lutas dos sindicatos e dos trabalhadores por salários e condições de serviços mais dignas sempre foram o mote para o desenvolvimento de uma luta política e social. Esta visão se estende até o início do século XX, Gohn (2003).

Nesta época, passaram a ser vistos como uma organização de um grupo de luta por um objetivo comum, como o movimento negro, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e pessoas Intersex (LGBTI), entre outros. Atualmente, estes movimentos não fazem mais parte das lutas trabalhistas. Hodiernamente, cada qual possui objetivo próprio, mesmo tendo surgido no centro dos direitos trabalhistas. Efetivamente, os coletivos e movimentos sociais consistem num mecanismo que os sujeitos utilizam para reivindicar e ver reconhecidos os seus e os interesses de outros, expressando as manifestações de caráter público, na qual chamam a atenção dos órgãos governamentais para a conquista, manutenção e ampliação de direitos, Gohn (1995).

Desta forma, para Schere-warren (2002, p. 248).

(...) Movimento Social é um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores e práticas sociais que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias e societárias, no local, no nacional, no planetário.

Na prática, visam assegurar um direito ou mudança. Ao atingir os seus objetivos, o que era a organização de um movimento altera-se para partidos políticos, sindicatos, associações e outras organizações e instituições formais. Gohn (1995, p. 44) afirma que:

(...) Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

No Brasil, os movimentos sociais se intensificaram na década de 70, por conta do processo da ditadura civil-militar. Neste período, a participação popular passa a ser mais abrangente e a responsabilidade política é dividida entre Estado e Sociedade. Sobre esse contexto, Gohn (2011, p. 23) afirma:

(...) O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988.

Deve-se ressaltar o contexto nacional de insatisfação com o fracasso dos planos econômicos do governo, as carências da população e aos anseios pela redemocratização, o que permitiu que as vozes das ruas, no caso, o clamor social, gerassem uma comoção nacional. O povo brasileiro exerceu a sua Cidadania.

Nessa circunstância, a luta por direitos (manutenção, ampliação e garantia) permanece extremamente atual, embora reconheçamos que o direito, na sociedade capitalista, atravessa diversas tensões e expressões contraditórias, bem como apresenta limites e potencialidades que somente podem ser definidos no interior da luta de classes. E os movimentos sociais, ainda são os principais protagonistas na canalização das lutas daqueles que reivindicam. É necessário entender a importância desses direitos para a construção de uma democracia, onde haja a canalização das lutas. É necessário entender a importância desses direitos para a construção de uma democracia⁹.

Os movimentos sociais foram significativos na Constituição de 1988, pois definiram novos marcos e avanços rumo à implantação de “políticas sociais”.

Em razão desses acontecimentos, se antes o princípio fundamental era a autonomia, na década de 1990 passou a ser substituído pela Cidadania. Segundo (Gohn, 2005), os movimentos sociais vieram para fortificar a Constituição Federal (1988), envolvendo pessoas dotadas de direitos e deveres, de modo que houvesse a frequente participação civil e responsabilidade social. Consequentemente, o indivíduo começou a adquirir sua autonomia após vinte e um anos intensos de período ditatorial, cuja liberdade de expressão era reprimida.

Dessa forma, os movimentos sociais seguem os passos democráticos do Brasil e, nas últimas décadas, estão presentes constantemente em acontecimentos históricos relevantes, principalmente no âmbito das conquistas sociais. Na verdade, consistem em um mecanismo

⁹ O processo democrático sofre duros golpes. Segundo se nota na obra, o autor nos fala sobre uma democracia fictícia, ou seja, com baixa participação popular.

que os sujeitos utilizam para reivindicar e ver reconhecidos seus interesses e anseios coletivos. Seus direitos de cidadania. Marshall (1967, p. 57-58), afirma a cidadania como:

(...) direitos civis, conquistados no século XVIII, os direitos políticos do século XIX – ambos chamados de direitos de primeira geração – e os direitos sociais, conquistados no século XX – chamados de direitos de segunda geração.

Desse ponto de vista, a cidadania é basicamente legalista e passiva. O Estado é o ente que, à luz da Lei, concede a cidadania ao indivíduo.

Perante a noção de cidadania trabalhada pelos movimentos sociais é a da conquista de direitos, que se propõe a refletir elementos das práticas sociais de sujeitos coletivos.

Em vista disso, toda essa mudança social, entendida enquanto nova ordem estrutural é parte do sujeito, ou seja, para mudar as estruturas sociais, econômicas e políticas, deve-se mudar a prática humana, mudando a sociedade. Para Gohn (2014, p. 58)

(...) Com a luta dos movimentos sociais ampliou-se o leque de atores sociais e surgiram novas facetas à cidadania com ênfase na responsabilidade dos cidadãos na elaboração de Políticas Públicas, com espaços criados institucionalmente para esta parceria entre Estado e sociedade civil, como é o caso, por exemplo, dos conselhos gestores de políticas públicas [...]. “Novos e antigos atores sociais fixarão suas metas na conquista de espaços na sociedade política, especialmente nas parcerias que se abrem entre governo e sociedade civil organizada, por meio de Políticas Públicas.”

Nessa análise, os movimentos sociais e suas ações políticas, que se materializam através de sua forma de organização e articulação, foram determinantes para o protagonismo do sujeito político na luta cotidiana.

Para que possamos entender os movimentos sociais, é interessante buscar um referencial histórico que permita estabelecer e conhecer as mais diversas expressões que esses movimentos podem oferecer. Expressões, diga-se de passagem, envoltas em premissas democraticamente assentadas.

Rodrigues (2011, p. 145) et. al., entende que os movimentos sociais servem de arcabouço para o Estado Democrático e Social de Direito, tão largamente difundido na nossa Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, assim entende o autor:

Em geral, os movimentos sociais têm um lugar especial no capítulo dos estudos sobre mudança social. Os textos clássicos relacionam movimentos com mobilizações e reivindicações que envolvem causas particulares ou grandes projetos de mudança social, como os socialistas ou anarquistas (SCHERER-WARREN, 1987; FOWERAKER, 1995; CHAZEL, 1995; GOHN, 1997). A forma de estudar os movimentos também se diferencia, não apenas pelas abordagens, mas também pela impossibilidade de esgotar a complexidade do objeto (MELUCCI, 2003). Nossa reflexão se direciona para questões relativas aos limites e possibilidades da ação dos movimentos sociais, pensando a partir dos discursos de lideranças, de seus projetos políticos e das ambiguidades que encerram tais projetos, sobretudo quando no real precisam se tornar realidade e se deparam com obstáculos impostos pelo poder hegemônico.

Para certos grupos, os movimentos sociais são encarados como algo que interfere diretamente na manutenção do poder. É por isso que os referenciais históricos e culturais são fundamentais para promover e aprimorar os debates acerca da temática em questão. Nesse sentido, Rodrigues (2011, p. 146), assim expressa:

(...) O conceito de movimento social surge no seio dos revolucionários, do movimento operário (BOTTOMORE, 1981). Há certo consenso de que os movimentos sociais propiciam a difusão dos ideais de emancipação, alimentam os desejos de liberdade, mas também podem ser vistos como agentes que anunciam o novo ao denunciar as contradições existentes e desafiar os códigos culturais dominantes (MELUCCI, 1989, 2003). Nesse sentido, dentre a gama de conceitos possíveis, hegemonia, ações coletivas e cultura política têm sido utilizados para refletir sobre as tensões que se verificam entre o que está sedimentado e as possibilidades de mudanças culturais (KRISHCKE, 2003).

A construção e atuação dos movimentos sociais são pacifistas. Nesse sentido, entender os movimentos em si, e como eles ganharam notoriedade, em virtude de construir bases democraticamente assentadas, requer uma análise mais apurada. E é justamente essa análise que perturba os grupos de poder, amparados pelo capitalismo. O contexto histórico serve exatamente para situar os movimentos sociais. Logo, já é possível dizer – e de modo geral –

que esses movimentos têm por objetivo fazer ecoar a voz dos sujeitos que são sistematicamente negligenciados.

O objetivo é resgatar direitos já anteriormente consagrados e mais: sugerir que novos direitos sejam expressos. A partir do instante em que os sujeitos são colocados à margem, direitos e garantias passam a ser negados. E é nesse instante que surge a necessidade debater, isto é, ampliar o raciocínio e eliminar as tensões que infelizmente permeiam o tecido social.

Com o objetivo de esclarecer o que aqui estamos a construir, Rodrigues (2011, p. 146), expressa:

Paralelamente, encontramos em Marx (1995) uma distinção entre emancipação política e social que reflete as possibilidades de mudança. A emancipação política é expressa pela cidadania e não muda as desigualdades econômicas, sendo, por isso, parcial; a emancipação social refere-se à possibilidade de liberdade humana plena com igualdade social e, por isso, exige um ato político (uma revolução). Essas reflexões vão aparecer, posteriormente, nas formulações sobre —consciência de classe, em Lukács (1974), e na —reforma intelectual e moral, em Gramsci (1984), e estão relacionadas com os ideais revolucionários. Essa perspectiva vai ficar clara na distinção entre movimentos —verdadeiros e movimentos —reformistas, feita por Lojkine (1981), que considera como movimento social apenas a mudança radical no sistema capitalista proposta pelo grupo. A crítica ao capitalismo permanece, muito embora não haja consenso sobre os caminhos e possibilidades de uma revolução socialista. Nesse sentido, o conceito de hegemonia surge fortalecido para incluir na análise a articulação entre a práxis política e a perspectiva cultural, conforme preconizava Gramsci (1984).

Gramsci entende que se faz necessário mobilizar essas tensões e desenvolver o melhor resultado para todos aqueles que não têm voz. Para isso, entretanto, é fundamental articular teoria e prática. O objetivo disso é simples, a saber: criar mobilizações que tenham por fundamento atacar os grupos que ofendem a democracia. Ao atacar (com ideias e debates) esses poderes, as bases nas quais eles estão fixados restam frágeis, o que permite apontar os erros até então entendidos como premissas conceitualmente fortes. A luta expressa permite desconstruir cada palavra e, acima de tudo, garantem as bases de uma Democracia.

Como podemos perceber, é de vital importância entender os movimentos sociais. Muitos, e equivocadamente, apontam bases rasas para definir e apontar qual o verdadeiro intuito dos aludidos movimentos. Além de isso ser errôneo, deformam a análise marxista, introduzindo conceitos que não refletem a realidade. A base marxista parte da revolução, o

que vale dizer: é necessário bases de revolução para fundamentar e fortalecer as necessárias mudanças. Entretanto, pensadores outros, e de importância reconhecida, já se debruçaram sobre a temática. Para compreender o eixo principal aqui proposto, sustenta Rodrigues (2011, p. 146-147) :

Nessas perspectivas teóricas se estabelece uma clara relação entre movimentos sociais e mudança social. Naturalmente, o estudo dos movimentos sociais não se restringe ao campo marxista, há uma série de outras teorias que têm sido mais bem descritas em obras como as de Foweraker (1995), Chazel (1995) e Gohn (1997), além de teorias funcionalistas que consideram os movimentos como sintomas de "anomia", no sentido proposto por Durkheim (1978). A escolha racional também é outra teoria que serve de base para refletir sobre como os indivíduos se envolvem numa ação coletiva. A teoria da identidade, desenvolvida por Touraine (1985), é uma referência fundamental para os estudos, numa perspectiva da sociologia da ação. No entanto, para nosso estudo, interessaram as relações entre cultura, política e mudança, tal como foram expressas na obra de Gramsci e repensadas por Hall (2003), Laclau e Mouffe (2001).

O agir social permite que os sujeitos tenham voz. Isso significa dizer que as bases para uma melhor definição conceitual dos movimentos sociais parte – e indubitavelmente – de uma análise cujo resultado seja apontar como o gramscismo influenciou profundamente a temática ora aqui em evidência. Essa construção política e social, segundo se percebe, é fundamental, democrática e, acima de tudo, oferece os resultados que se espera quando de uma construção mais definida. Em linhas gerais, ela tem por objetivo garantir a eficácia dos movimentos sociais frente a uma sociedade cada vez mais destruída pelo sistema capitalista.

A posição que aqui defendemos não é extrema. Muito pelo contrário: a partir do instante em que podemos perceber como os movimentos sociais produzem resultados na sociedade, na educação, na vida de transformação das pessoas, é sinal de que o meio para se desenvolver essas práticas é o diálogo de base, isto é, os atores sociais apontam quais mudanças necessitam ocorrer para que a prática educacional seja mais acessível a todos. Por isso, frisamos a necessidade dos movimentos sociais.

Trata-se do agir e do refletir, ou seja, a busca por resultados positivos permite extrair melhores condições. Com melhores condições, ponderamos, tem-se que todos os sujeitos podem dispor de uma educação de qualidade. A organização que permite que isso aconteça é

o movimento social. A mobilização é um fator de necessidade. Além do mais, serve de tutela contra eventuais retrocessos democráticos.

Rodrigues (2011, p. 152), entende que se faz necessário garantir a voz dos movimentos sociais. Para isso, aponta que qualquer discurso que tenha por objetivo impor uma ação que fira a democracia deverá ser revista. Para isso, tais movimentos – como representantes diretos da cultura de um povo – são sujeitos de ação e devem exigir o cumprimento de direitos. Assim expressa:

(...) A análise se torna mais complexa se levarmos em conta nosso processo histórico, marcado pela escravidão, latifúndio e patrimonialismo (CARVALHO, 2002). Nesse sentido, Dagnino (2000) se refere a um autoritarismo social que perpassa as relações sociais e se manifesta na economia, na política e no cotidiano. Além disso, essa hierarquização também impõe limites à noção de cidadania, já que as camadas populares não são consideradas como sujeitos de direito (CARVALHO, 2002; TELLES, 2006). Esse discurso faz com que as reivindicações dos pobres não sejam aceitas como legítimas, e abre caminho para a sedimentação de diferentes tipos de clientelismo e, por outro lado, as possibilidades das lutas populares. O autoritarismo fez com que qualquer tipo de protesto ou reivindicação tenha sido inscrito em nossa cultura política como —ultraje à ordem (ou desordem), ou seja, não alcança o patamar mínimo de legitimidade (GOHN, 2001). Mais ainda, há que se considerar que foram inscritas várias formas violentas de repressão às lideranças dos movimentos sociais. Sempre expostas em praças públicas e, ultimamente, na mídia, como uma forma de imprimir noções de medo, castigo, pecado.

Os movimentos em questão asseguram que direitos dos mais diversos não sejam perdidos. Rodrigues (2011, p. 153-154), também expressa:

(...) Contudo, em nossa definição, precisamos considerar, ainda, que os atos de nomeação são decorrentes de disputas políticas. Isto significa que as elites no poder buscam institucionalizar —valores culturais que garantam sua dominação (GRAMSCI, 1984), construindo discursos sobre a história e sobre o que deve ser considerado legítimo e racional. Em cada formação social, os sujeitos que estão no poder vão, ao longo da história, impondo um imaginário (quase transcendental) sobre sua história, em que determinados ícones e significantes são reforçados e outros apagados, alguns valorizados e outros desvalorizados. Esses processos incluem a institucionalização de critérios de verdade para impor formas de dominação e naturalizá-las no senso comum, e, como diria Gramsci (1984, 2001), criando o fetiche das instituições. Mesmo que a dominação econômica seja a mais importante, é a dominação cultural que garante a adesão e a hegemonia. Nesse ínterim, a ação política é uma operação

hegemônica que tenta suprir o desejo de resolução dos conflitos, como se pudesse existir uma reconciliação definitiva (LACLAU, 2006). Sendo assim, podemos definir a cultura política como o imaginário político tornado hegemônico ao longo dos anos e a partir das lutas políticas, sedimentando um repertório simbólico (LACLAU, 1990), um modo de vida (imposto hegemonicamente), como analisou Gramsci. Esse processo inclui a criação de uma narrativa dominante como forma de naturalizar comportamentos e apagar sua contingência.

Como se pode perceber, existe um perigo nisso tudo. O perigo reside justamente no fato de os grandes grupos controladores não abrirem mão do poder. Esses grupos são os capitalistas. Eles, em verdade, são financiados por grandes agentes econômicos. Esse jogo que não representa a democracia tende a usurpar a narrativa democrática dos movimentos sociais. Essa inconformidade coloca os sujeitos de movimentos em destaque.

Essa tendência capitalista, e que a cada dia que passa oferece resultados cada vez mais deficitários aos seus agentes, como Democracia pouco participativa, exclusão arbitrária dos movimentos sociais etc., é veementemente combatida por Gramsci, segundo esclarece Rodrigues (2011). O ato de liberdade reside justamente no modo como a narrativa dos movimentos sociais foi construída. A narrativa é legítima porque oferece os sujeitos que não tem voz.

Os movimentos sociais, via de regra, são vistos geralmente à luz de três percepções: a) com contentamento – porquanto oferece novas narrativas para problemas considerados espinhosos; b) com ressalvas – porquanto se trata de novidade recente e que, nesse sentido, merece ser mais estudada; e c) com resistência – porquanto a análise é feita por esses grupos absolutamente tradicionais e que, se permitem uma abertura desse porte, perdem parcelas de poder.

Não é razoável criar mecanismos que impeçam a participação dos movimentos sociais. Não é razoável porque não se pode negar algo que nasceu da própria cultura de um povo. Negar essa participação, frisamos, é oferecer armas de eliminação em massa a grupos que tem por objetivo apenas manter o poder. Nesse sentido, Rodrigues (2011, p. 154-155), assim aponta:

Tais processos de dominação envolvem tentativas de imposição de uma lógica, ou ideologia, sedimentando práticas discursivas. Dialeticamente, esses mesmos processos abrem as possibilidades para contestações, visto que

todo discurso possui contradições ou fraturas, como diria Laclau (1990). Em outras palavras, as contradições do discurso dominante possibilitam a contestação e o antagonismo, os quais, por sua vez, possibilitam as mudanças.

Os atos de contestação estão no campo das lutas sociais. Nas bordas da cultura política, surgem diferentes sujeitos coletivos que propiciam transformações. Ao longo da história, emergiram diferentes sujeitos, com diferentes discursos. Nesse sentido, podemos então nos referir a uma tradição das lutas que pode ser equiparada a uma (outra) cultura política, considerando o processo de criação de um repertório simbólico, que vamos denominar tradição dos revolucionários. Nessa denominação, consideramos a memória coletiva das lutas sociais e a existência de intelectuais orgânicos e ideologias que se contrapõem às hegemônicas, no sentido colocado por Gramsci (1995).

Esses ataques descabidos, ou seja, essa tentativa de desarmar os movimentos sociais, nada representa porquanto não são capazes de dissuadir posicionamentos já cristalizados no seio da Sociedade. O que os movimentos sociais conseguiram imprimir foi uma consciência de mudança, ou seja, apontaram quais os caminhos que deveriam ser desenvolvidos para que todos os sujeitos de ação tivessem voz. Ao apontar os rumos para uma mudança mais atuante, construiu-se uma ponte democrática. E isso, como se percebe, desagradou os interesses daqueles que lucram com a mercantilização da educação. Rodrigues (2011, p. 155) analisa da seguinte forma:

(...) A tradição dos revolucionários inclui, em certa medida, a sociedade civil (GOHN, 2005), os discursos (oficiais) de partidos políticos de esquerda, dos agentes (que podem estar atuando como membros do aparato estatal), porque se trata de um princípio de leitura do mundo (LACLAU, 1990), de intelectuais que não aceitam os cânones liberais como o princípio único de leitura do mundo (GRAMSCI, 2001).

O termo —tradição dos revolucionários – expressa a denúncia do não cumprimento da promessa de felicidade contida nos discursos do capitalismo. Trata-se de um campo em que há diferentes discursos (como mostra a existência das diferentes Internacionais Socialistas e dos diferentes partidos de esquerda). Mas, num sentido amplo, parte de um imperativo categórico (moral) em que a vontade geral deve prevalecer sobre a vontade individual e deve estabelecer uma comunidade justa (como, em certa medida, está nas formulações da República de Platão, da vontade geral de Rousseau e do comunismo de Marx).

Em resumo, tem-se a presença de atores sociais de relevância. Por isso que os movimentos sociais não podem ser desconstruídos, mas os entraves são comuns a partir do

instante em que os movimentos sociais passam a exigir que os direitos sejam respeitados. É um sinal de que as reivindicações estão surtindo efeito.

Junior e Rocha (2013, p. 206), sinalizam que os movimentos sociais representam uma nova forma de exigir o cumprimento dos mais variados direitos essenciais:

Nos últimos três anos, no atual contexto da crise capitalista, muitas manifestações populares têm sido organizadas na luta contra antigos regimes ditatoriais e em protesto ao alto índice de desemprego e rebaixamento dos salários (Primavera Árabe no Oriente Médio e Norte da África, Os Indignados na Europa e Occupy Wall Street nos Estados Unidos, por exemplo). Recentemente, milhões de pessoas foram às ruas no Brasil em decorrência de uma situação social degradada, tendo como estopim a luta contra o aumento das tarifas de transporte público. Nessas ações coletivas, as novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs) ganharam destaque no processo de mobilização de militantes, a exemplo das ferramentas YouTube, Twitter e Facebook, que foram amplamente utilizadas pelos manifestantes desses movimentos.

Os esforços para compreender e analisar tais manifestações e suas repercussões remetem ao instigante e polêmico debate sobre ações coletivas, movimentos sociais e suas expressões na atualidade. Desde 2008, o aprofundamento da crise capitalista acentuou os processos de desenvolvimento desigual, a exploração e dominação, a concentração dos capitais, a destruição do meio ambiente e as mudanças na estrutura ocupacional. Diante de tal conjuntura econômica e política mundial, presenciamos formas de resistência expressa nas lutas sociais, que assumem diferentes formas, objetivos e amplitude.

Como é possível de se verificar, toda a mobilização é feita no sentido de fazer cumprir o que já existe. Os direitos não são bases abstratas de construção, apenas. Muito pelo contrário: eles existem como forma de amparar todos os sujeitos de uma sociedade civilizada. Ocorre que, e lamentavelmente, grupos de poder tentam eliminar conquistas consideradas importantes. Isso se reflete, por exemplo, no modo de vida desses sujeitos.

Isso se deve em grande parte, à apelação do capitalismo – porquanto devora as estruturas sociais e, acima de tudo, segrega aqueles que, em virtude de sua condição social, não tem resistência para combater esse poder.

O palco para promover e avançar nas lutas que reputamos essenciais, é a rua. Não obstante, é fundamental criar bases de operação. Os movimentos sociais começam a se articular de um modo mais eficaz. Para isso, as redes sociais são mobilizadas. O intuito, nesse caso, é promover visibilidade.

Lidar com as resistências tem sido um grande desafio, porquanto as bases de ação costumam ser tolhidas e a narrativa do discurso é frequentemente distorcida. Segundo entendemos, isso não reflete democracia. Muito pelo contrário: presenciamos um palco de controle econômico cujas bases são fortalecidas por um discurso pequeno e frágil. Em um primeiro momento, produz resultados e enfraquece o posicionamento dos movimentos sociais. Contudo, à medida que as mensagens são divulgadas, com o fito de promover esclarecimentos dos mais variados, a verdade começa a dissipar a névoa da mentira e da omissão, o que vale dizer: a sociedade passa a apoiar os movimentos em questão.

Tudo hoje pode ser feito através da Internet. E, nesse caso, mensagens das mais diversas são frequentemente pautadas. E como é natural o choque de posicionamentos até mesmo no espaço virtual as resistências aparecem, à medida que as discussões avançam.

A partir do instante em que lidamos com toda sorte de interferências (ruídos), existe uma natural resposta para combater esses efeitos nefandos. A solução encontrada foi lidar com essas interferências através de agentes específicos, isto é, profissionais que, ao conhecerem a causa, agregam valor aos movimentos e, acima de tudo, dissipam essas mensagens inverídicas antes mesmo que elas conflitem com os ideais democraticamente erigidos.

Junior e Rocha (2013, p. 206) pontuam do seguinte modo:

Em decorrência dessa movimentação social, configurada por novos arranjos interativos, têm surgido várias questões para análise, dentre as quais ressaltamos uma: as novas tecnologias da informação e comunicação são hoje o principal instrumento de mobilização das classes subalternas para efetivar lutas sociais contra a dominação e a exploração? A partir dessa questão e acreditando poder contribuir para os recentes debates em torno das novas estratégias adotadas pelos movimentos sociais, ante a proliferação do uso de recursos tecnológicos, apresentamos no decorrer deste texto uma breve análise a respeito do papel dessas tecnologias nos processos de articulação dos sujeitos de manifestações sociais. Inicialmente, tecemos considerações sobre as possibilidades democráticas que podem surgir com os novos recursos informáticos. Em seguida, analisamos o papel ferramental das NTICs nas ações dos movimentos sociais, considerando os interesses cruzados por eles defendidos através de processos de articulação externa, para, então, na última seção, apresentarmos as considerações finais sobre esta pesquisa.

As mídias, a internet, tem permitido avançar nas mais diversas temáticas por parte dos movimentos sociais. Isso permitiu construir um ambiente virtual mais próspero e, necessariamente, lidar com as barreiras de um modo mais produtivo.

As mídias sociais, nesse sentido, conseguem fortalecer as propostas e divulgar para o maior número de pessoas a mensagem de que se faz necessário criar novas plataformas de ação para que a inclusão educacional seja uma constante.

À medida que as ações são pontualmente construídas nas redes sociais, outras considerações devem ser verificadas. Falamos, pois, da necessidade de filtrar as informações e construir teias democráticas, cujo propósito seja exigir o cumprimento básico de direitos que são potencialmente negados. Nesse sentido, expressam Junior e Rocha (2013, p. 207) *et. al.*:

O filósofo Lévy (2011, p. 66) considera a Internet como um possível espaço “de uma nova forma de democracia direta em grande escala”, onde grandes coletividades poderão interagir em tempo real. Ele afirma ainda que: “Uma vez que as ágoras virtuais poderiam abrir espaços de comunicação, de negociação, de surgimento de uma fala coletiva e de decisão em tempo real, existem cada vez menos argumentos ‘técnicos’ para perpetuar o despotismo fragmentado que constitui a delegação” (LÉVY, 2011, p. 78). Contrapondo-se a esse fetichismo tecnológico, Alves (1999, p. 175) pensa a Internet como “a mídia, ou o meio de circulação da ‘imensa coleção de mercadorias’, que caracteriza riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista.”

No Brasil, por exemplo, poderemos encontrar muitas iniciativas de empresas e governos que apresentam o ciberespaço como sendo um espaço coletivo consensual, em que a mudança social passa pelas interações virtuais. No Rio Grande do Sul, o governo estadual implantou em 2011 o Gabinete Virtual como um “canal direto de diálogo e colaboração com a sociedade a partir do uso das ferramentas digitais”.

Há que se ter cautela para lidar com plataformas virtuais. A atuação dos movimentos sociais, nesse sentido, é de vital importância. São eles que garantem que os direitos sejam verificados e, acima de tudo, a comunicação seja fluída e sem embargos.

Permitir que as reivindicações chegassem ao destino certo, como os representantes eleitos (por exemplo), contempla uma necessidade das sociedades modernas. Trocar informações, bem como ler mensagens em tempo real, de modo que a comunicação seja mais prática e eficaz, além de ser instantânea e precisa, permite criar avanços. Entender o modo como essas movimentações são feitas, no sentido de agregar valor ao processo democrático, representa avanço, segundo se percebe.

À medida que são eliminados os traços de inconsistência, as barreiras que impedem o desenvolvimento são substituídas por bases mais acessíveis e democráticas. A experiência com prefeituras diferentes permitiu que fosse possível criar um novo modelo de gestão, segundo apontam Junior e Rocha (2013, p. 207). Através dessa vivência, foi possível criar um diálogo mais aberto. E, nesse aspecto, o resultado representou um avanço na forma como a comunicação acontece. Vejamos, então.

O governo de Sergipe disponibilizou também serviços dessa natureza no portal E-Sergipe. A prefeitura de Canoas, no Rio Grande do Sul, implementou, em 2011, o portal Ágora Virtual Canoas, que permite a milhares de pessoas cadastradas conversarem via chat com o prefeito, subprefeitos e secretários a respeito dos problemas da cidade. Também no mesmo ano, a empresa Lung lançou, a partir de experiências de um projeto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), o portal Porto Alegre cc. Esse portal utiliza o conceito de wikicidade para criar uma plataforma digital onde o usuário cadastrado pode navegar por um mapa representativo da cidade de Porto Alegre e então postar demandas a respeito de um problema localizado em um determinado ponto do mapa.

Ao mesmo tempo em que a Internet possibilita avanços, ela também é um limitador de ações, isto é, é uma barreira para ações mais coordenadas. É necessário se compreender a dimensão que a Rede Mundial de Computadores representa. Os movimentos sociais, conhecedores dessas dinâmicas, tentam articular todos os dias mecanismos que tenham por objetivo utilizar a rede como forma de exigir o cumprimento de direitos. Isso significa eliminar as inconsistências virtuais que podem representar uma fratura na comunicação. De nada adianta, por exemplo, um canal aberto com os mais diversos gestores públicos se barreiras são criadas na própria plataforma digital. Queremos dizer com isso que filtros dos mais diversos não representam avanço quando, por exemplo, o poder público é demandado.

Potencialidades e barreiras andam de mãos dadas. Cumpre aos movimentos sociais perceber que essas premissas são contraditórias entre si.

Entender a Internet como um meio de comunicação, e como as estruturas que ali estão presentes podem auxiliar os sujeitos para a emancipação e o engajamento de posturas mais incisivas, no intuito de reivindicar o que já se conquistou, reflete dinamismo e possibilita criar mudanças em cima dessa tecnologia. Afinal de contas, mobilizar ações de cumprimentos de deveres em uma plataforma dinâmica e célere, permite obter resultados mais duradouros. Todavia, impactos decorrentes do uso dessa tecnologia são questões que devem ser levadas

em conta. Junior e Rocha (2013, p. 207-208), alertando para essa possibilidade, fazem a seguinte reflexão:

(...) Entretanto, pensar a sociedade como um conjunto de indivíduos com opiniões diversas, interligados por redes digitais, formando uma “inteligência coletiva consensual” (LÉVY, 2011), é uma forma equivocada de abstração das profundas divisões sociais geradas pela sociedade capitalista. É necessário considerar as contradições dessa sociedade, pois implicam interesses antagônicos de classes sociais. Até porque, nas relações estabelecidas na sociedade capitalista, a interatividade das pessoas, por meio dos recursos midiáticos, sofre controle patronal, policial e ideológico. Carece de uma verdadeira liberdade de expressão, pois não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar sob qualquer circunstância. Há, portanto, regras de interdição quanto ao emissor, ao receptor, à mensagem, seu tempo e seu lugar (CHAUI, 1997, p. 147). É bem verdade que a ausência de um controle central da Internet – pelo menos por enquanto – apresentamos novas perspectivas para um aprofundamento das práticas democráticas. Contudo, essencialmente, é apenas um signo da possibilidade democrática e não a efetividade democrática. Devemos entender que a apropriação das tecnologias pela classe dominante ocorre no formato dos serviços implementados pelos servidores de aplicações e conteúdos, nas dimensões estrutural, econômica, política e ideológica. Como prova deste fato, temos a prisão, em 2010, do australiano Julian Assange, fundador do site WikiLeaks, e a censura, em 2012, aos dois principais serviços de microblogs chineses, Sina Weibo e Tencent QQ (PÉKIN, 2012, tradução nossa).

Por mais que a cultura virtual esteja difundida na sociedade mundial, a Internet pode mostrar-se como a barreira por excelência, pois não é politicamente sensato pensar em posicionamentos que dificultem – ou até mesmo impeçam – a comunicação com os governantes. Junior e Rocha (2013: p. 208) trazem um acontecimento que foi observado no Egito. Vejamos:

Em 2011, o governo egípcio, na tentativa de desmobilizar grandes protestos, ordenou que os provedores de Internet desligassem as rotas de BGP do país, desconectando 20 milhões de usuários em todo o Egito. “Para garantir a eficácia da ação, as operadoras também foram obrigadas a ‘desligar’ as linhas telefônicas de mais de 55 milhões de pessoas” (ALVES, 2011, p. 23). Contudo, para a organização dos protestos, os manifestantes utilizaram outros meios disponíveis: panfletos impressos, rádios, além de outras formas de comunicação dadas pelas relações da vida cotidiana. Se a Internet foi concebida inicialmente “sem que as grandes corporações percebessem a sua importância” (PRETTO; SILVEIRA, 2008, p. 35), hoje, essa grande rede “já é controlada em vários países, que se utilizam de filtros para censurar, seja usando palavras-chave para bloquear mensagens ou manipulando resultados de buscas, eliminando deles o que é considerado

ameaça” (NABUCO, 2012, p. 42). Costa (2013, p. 23) afirma que “temos agora a evidência do monitoramento da telefonia e da Internet”, referindo-se às revelações de Edward Snowden, ex-agente da CIA, a respeito das interceptações de conteúdos de conversas de usuários da Internet, pelo programa de computador PRISM da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos.

É por isso que alguns grupos são evidentemente contrários ao Estado Democrático e Social de Direito. Se uma determinada plataforma digital pertence a esses grupos, mas ainda assim existe uma falsa impressão de que a narrativa do discurso pode ser exercida, quando na verdade ela é apenas um embuste, as exigências não serão ouvidas, atrasando pautas consideradas altamente urgentes. O que era relativamente pacífico nos ambientes virtuais, tem sido visto como um cenário obscuro, haja vista que as informações tem sido manipuladas com frequência. As ações desenvolvidas, com o fito de auxiliar os sujeitos de ação, através das narrativas incansáveis que os movimentos sociais tem criado, tem sido frequentemente alvo de ataques dos mais irresponsáveis. Notícias falsas, as chamadas *fake news*, estão cada vez presentes nas mídias digitais. Os movimentos sociais, nesse sentido, lidam com barreiras de toda ordem. Além de limitar o avanço das notícias e pautas que são consideradas urgentes, porquanto defendem os sujeitos de ação contra o arbítrio do poder, são criadas cortinas de fumaça para despistar o verdadeiro interessado.

A Internet possibilitou eliminar fronteiras. Mas também aumentou consideravelmente as barreiras. Elas, agora, são virtuais. Junior e Rocha (2013, p. 208), considerando acerca da liberdade essencialmente construída, fazem ressalvas importantes para que se possa entender como esse movimento virtual deve ser encarado com reservas. Nesse sentido, pontuam:

Atualmente, são os algoritmos criados pelas grandes empresas de software que definem o conteúdo que será exibido na tela do computador. “Antes, ao se seguir alguém no Facebook, tinha-se acesso a tudo o que era postado. Agora, a rede social mostra ou esconde postagens segundo seus próprios critérios” (COSTA, 2013, p. 24). Além disso, novas legislações, como a Anti-Counterfeiting Trade Agreement (ACTA), que pretende regulamentar e controlar o uso de conteúdos das mídias digitais, estão em curso de implantação, de forma que a Internet poderá ser recriada a partir de uma nova arquitetura que permita um completo controle de conteúdo por parte de governos e empresas capitalistas.

É necessário, ainda, considerar que a sociedade da informação é uma sociedade de classes, em que “o ciberespaço não existe descolado do mundo material e que a infraestrutura lógica e física da maioria das redes está sob o controle das mesmas pessoas e empresas que sempre controlaram o capital”

(SOARES, 2007, p. 70). Eis a razão por que a classe dominante rouba a fala da massa dos não competentes e ideologicamente coloca o espaço virtual criado pelas redes computacionais como algo a que todos têm acesso, em que todos os cidadãos, interligados, coexistem harmonicamente, sob a promessa ilusória de uma sociedade transparente e consensual (CHAUI, 1997).

Se a sociedade é livre para promover toda a sorte de exigência, então não se faz necessário o controle tão estrito do que pode ser divulgado. Ao que se nota, a liberdade não é plena.

A inexistência de um consenso de direitos que devem tocar a todos, principalmente aos sujeitos de ação, motiva a luta dos movimentos sociais. Cada conquista assegurada, e em maior proporção até ampliada, representa uma postura mais democrática. Logo, agir em todas as bases da comunicação (escrita, falada, televisionada e virtual) tem sido um aprendizado. Além do mais, o aprendizado mostra que os aludidos movimentos conseguem ultrapassar as barreiras, o que revela um dinamismo quando do desenvolvimento de ações mais encadeadas.

A tecnologia, como sabemos, tem por objetivo agilizar o processo de comunicação. Porém, e é aí que o problema reside, a qualidade da narrativa do discurso é que necessita ser aprofundada. Caso contrário, ter-se-ão novidades cada vez mais constantes sem que o aspecto da qualidade seja levado em consideração.

Para evitar o perecimento da qualidade, é fundamental lidar com essas novas tecnologias. Entender para que sirvam e como elas podem contribuir para o desenvolvimento da democracia, à luz do que o movimento social tem desenvolvido.

A solução proposta, segundo verificamos, está justamente em usar essa mesma tecnologia como um instrumento que potencializa a voz dos sujeitos.

Filtrar a narrativa do discurso, com o objetivo de promover um avanço nas lutas de classes, sob o aspecto da democracia, tem sido um enorme desafio. E o motivo é simples, a saber: à medida que todos os atores sociais se mobilizam, ações contrárias – no intuito de debelar as propostas democráticas – são frequentemente lançadas. Entender esse movimento contrário é fundamental.

Junior e Rocha (2013, p. 208), colocam como problemas locais podem ser considerados mundiais. Para isso, aponta que é necessário estabelecer uma comparação entre o que acontece no Brasil e no mundo, como expressam:

A relevância das novas tecnologias da informação e comunicação na aglutinação de manifestantes em torno de objetivos comuns assumiu espaço importante nos discursos e reflexões de políticos, jornalistas e cientistas a partir de 2011. Com base nos recentes protestos ocorridos no Brasil em 2013, muitos tentam identificar o papel dos recursos computacionais utilizados na mobilização de milhões de pessoas. Será que ferramentas como Facebook e Twitter, que surgiram por volta do ano 2005, estariam revolucionando a maneira de organização da nossa sociedade? Segundo alguns canais da imprensa (LEDUC, 2012; MOVIMENTO, 2011), as revoltas no início do ano 2011 no Egito teriam sido deflagradas via Internet pelo Movimento 6 de abril, que usou o Facebook e o Twitter no processo de mobilização de parte da população egípcia para lutar contra o regime do presidente Hosni Mubarak.

Segundo entendemos, todo o problema recai no modo como as informações são filtradas. Não se pode construir, por exemplo, um discurso que tenha por objetivo defender um determinado grupo simplesmente porque ele necessita de defesa. Os movimentos sociais, percebendo essa movimentação clara e inequívoca, avançam nas propostas porque conseguem extrair a realidade do discurso. Isso permite filtrar – e de modo automático – as demandas que são realmente necessárias para a construção de um Estado mais justo e equânime.

A morte de uma vereadora¹⁰ na cidade do Rio de Janeiro passou a mobilizar movimentos sociais dos mais diversos. A narrativa construída, por exemplo, veio no sentido de anunciar notícias falsas. Como foram amplamente divulgados pela imprensa (falada, escrita, virtual e televisionada), os grupos contrários à democracia, contrários à manifestação desse levante popular legítimos, passaram a replicar notícias diversas – e deveras falsas – nas redes sociais. O objetivo era desestabilizar. Os movimentos sociais conseguiram impedir o avanço do que se denomina *fake news*.

Ainda no sentido de apontar como é importante separar toda e qualquer informação que chega ao conhecimento das pessoas, Junior e Rocha (2013, p. 209), apontam:

¹⁰ Marielle Franco.

(...) As manifestações, nos últimos anos, de milhões de trabalhadores desempregados na Zona do Euro mostram que as reivindicações são bastante materiais e não tão virtuais, como divulgam as agências de notícias. No Brasil, em 2013, não foram as mensagens postadas na Internet que convenceram milhões de manifestantes a saírem às ruas. Foram as péssimas condições do transporte urbano, as filas dos hospitais, a falta de professores nas escolas públicas etc.

Diferentemente dos discursos dos ideólogos do ciberativismo, onde os internautas são convidados a criar seu próprio movimento, num estilo da política “faça-você-mesmo a sua revolução” (TONON, 2012) em defesa de ideais globais e causas pessoais, é necessário compreender que não se encontra na luta travada nos circuitos digitais a força que irá libertar a humanidade do trabalho alienado, da opressão e da miséria (ARBEX JÚNIOR, 2011).

Colocar a ação colaborativa da sociedade em torno da mobilização de recursos para a solução de problemáticas difusas não despertará o espírito de superação necessário a uma nova organização social. Portanto, é nas ruas, no mundo real, que a classe trabalhadora deverá posicionar-se para reivindicar mudanças na estrutura do atual sistema de dominação, podendo, obviamente, ser mobilizada com o uso de quaisquer meios de comunicação disponíveis.

As discussões devem ser travadas em todos os ambientes. Todavia, é necessário filtrar as premissas, aprimorar a base de argumentação e, fundamentalmente, verificar se as informações, essenciais para os processos de comunicação, não estão desligadas da realidade.

Conseguimos melhor lidar com as mais diversas narrativas dos discursos a partir do instante em que a atuação é concreta, ou seja, a partir do instante em que o diálogo é exercido com liberdade.

Os movimentos sociais, nesse caso, percebem a mudança e começam a agir de um modo mais detido, o que vale dizer: não ficam encapsulados em realidades fabricadas. As mobilizações das ruas, os palcos os mais diversos debates etc., representam avanços fundamentais. As pautas levantadas, à luz de um posicionamento assertivo e necessariamente válido, validam o discurso. Isso permite avançar e potencializar cada conduta, o que reflete no modo como os sujeitos são representados. Isso representa a prática do discurso.

Além de fortalecer as construções dos movimentos sociais, que passaram a entender como a tecnologia pode beneficiar os sujeitos, possibilitou conhecer novas tendências de ação. Entre elas, a criação de teias de identificação de possíveis problemas.

Junior e Rocha (2013, p. 210) percebem que se faz necessário criar estratégias mais eficazes para lidar com as informações que em nada agregam. Para isso, sustentam:

A mundialização, a crise do capital, o surgimento das NTICs e suas consequências têm imposto desafios aos movimentos sociais, com destaque para suas formas e processos organizativos, estratégias e táticas adotadas.

Argumentamos que até mesmo as possibilidades democráticas que surgiriam, a partir do uso massivo dos dispositivos portáteis na construção de uma suposta inteligência coletiva participativa, são ameaçadas pela estrutura capitalista que tenta controlar ideologicamente as redes digitais por meio do mesmo arsenal utilizado nas mídias tradicionais. Constatamos que as mudanças produzidas pela sociedade da informação não eliminaram as bases estruturais que a sustenta: a sociedade capitalista. Consequentemente, a luta de classes não foi substituída ou acabou.

Finalmente, fica claro, por meio da história das lutas populares, que os movimentos sociais não dependem da Internet para organizarem-se contra qualquer tipo de exploração. Não são as ferramentas computacionais a força propulsora de transformações políticas antissistêmicas, ainda que o papel das redes digitais na mobilização dos recentes protestos sociais não possa ser considerado como irrelevante. Portanto, é exigida a construção de respostas dos movimentos sociais às atuais formas de dominação e exploração capitalista.

A *Internet* é um meio que possibilita mapear as ações dos movimentos sociais. Porém, ela não representa a única alternativa. Os movimentos em questão, percebendo essa essencialidade, conseguem articular rede de ação das mais expressivas. Isso reflete diretamente no modo como os direitos serão assegurados. Além disso, difundiu para o maior número de pessoas que a causa é fundamental e, acima de tudo, democrática. Isso, frisamos, é essencial.

É preciso compreender como as conquistas permitiram que os movimentos sociais fossem colocados em uma categoria de maior destaque.

Com o objetivo de clarear o ambiente, de modo que seja de todo interessante pontuar acerca das exigências dos movimentos sociais, Guimarães (2015, p. 729), considerando a necessidade de apontar a necessidade de uma melhor atuação, assim expressa:

(...) Daí a necessidade de superação dialética de uma concepção restrita de Estado e a formulação de novo conceito capaz de contemplar as exigências postas pelo movimento do real, como nos indica Coutinho (1987). Consideramos que a noção de Estado ampliado cunhada por Gramsci nos permite uma análise da dinâmica do real na qual se articula economia (domínio crescente do capital) e política (espaço legítimo de luta).

Verificamos que os movimentos sociais contribuem para o aprimoramento do Estado Democrático e Social de Direito. Isso permite construir uma gama de proposições e, acima de tudo, demonstrar que a organização desses movimentos deve usar os espaços (físico e virtual) cujo propósito seja a defesa dos direitos dos sujeitos.

Guimarães (2015, p. 731), considera que é fundamental lidar com as barreiras que aparecem, transformando-as em um ponto de mobilização positiva. Para isso, aponta:

(...) Maricato (2011) preocupa-se ainda com a condução da luta política na proporção em que ela vem sendo cada vez mais impactada pela forte atração para o espaço institucional. A crítica da autora parece não se estruturar no sentido de ignorar a luta por espaços institucionais, seja pela via eleitoral ou por outra qualquer, mas como um indicativo da necessidade imperativa de atribuirmos à luta institucional sua devida dimensão. Não há, em sua elaboração, uma negação do quanto as conquistas das reivindicações concretas imediatas constituem alimento essencial para qualquer movimento reivindicatório de massas. Ao contrário. Apenas reiteram a necessidade de entendermos o Estado em sua complexidade, especialmente considerando as marcas patrimonialistas e desiguais presentes e atuantes na sociedade brasileira.

Quando as bases sofrem impactos por parte dos grupos contrários à participação dos movimentos sociais, é natural que ocorra uma fissura nas defesas desenvolvidas. Conter o avanço das falácias institucionais privadas, capitaneadas por um processo de um poder econômico exacerbado, torna-se pedra de toque. Essas ações, agora, representam a possibilidade de liderar pelo exemplo, ou seja, à medida que as críticas sem fundamento aparecem, torna-se vital apresentar as propostas.

O mote para construir bases mais rijas, frisamos, está na forma de como as ações são conduzidas, ou seja, não adianta promover o debate sem que bases de defesa não tenham sido pensadas. É vital que se anunciem três ou quatro linhas de defesa cujo objetivo seja desestruturar as críticas falaciosas. Entender esse processo é considerado um avanço enorme.

A primeira forma de afastar as barreiras, comuns em processos considerados densos e de ampla repercussão, é garantir a unidade dos movimentos sociais. Isso permite que esses movimentos consigam se perpetuar no tempo e no espaço. Em outras palavras, os movimentos conseguem mostrar que se faz necessário ter um olhar mais crítico para com

questões consideradas urgentes. Moradia, educação, lazer, trabalho devem estar na pauta de discussões.

A segunda forma de afastar as barreiras consiste em desenvolver ações e teias de conhecimento, ou seja, nessa fase é primordial estabelecer parâmetros de atuação, cujo objetivo seja interferir na manutenção do poder. Isso permitirá conhecer o funcionamento desses grupos.

A terceira forma de afastar as barreiras, e não menos importante, está atrelada à questão da organização dos meios de ação, isto é, como equilibrar e divulgar mensagens para todos os palcos (físico e virtual). O desenvolvimento de propostas dessa natureza impacta positivamente no modo como os movimentos sociais poderão se articular.

O movimento social se define pela articulação e o conflito se organiza em torno dos sujeitos. Como isso acontece?

2.2 Alianças e autonomia no processo de ação política dos movimentos sociais.

Para fortalecer as bases, os movimentos sociais constroem articulações que tem por objetivo impedir o avanço e proliferação daqueles que são opositores a esse processo genuíno e democrático por excelência. Conforme as palavras de Guimarães (2015, p. 734), ficam claras a propositura de ações mais densas:

(...) Articular e ampliar a luta pelo direito à cidade exige ações imediatas, mas também a capacidade política de estabelecimento de alianças dos movimentos urbanos com outros sujeitos individuais e coletivos, elemento fundamental na ação política dos movimentos sociais, abrindo os horizontes da luta por direitos em direção a lutas emancipatórias. Afinal, a história dos movimentos sociais não compreende exclusivamente sua história interna. Nas palavras de Gramsci (1978, p. 24), um movimento social — ou qualquer grupo social que seja — “não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos”. Mas, logicamente, uma dimensão histórica e conjuntural perpassa as articulações e alianças estabelecidas.

A intenção da narrativa que se verifica converge no sentido de exigir que novas posturas sejam debatidas, exatamente para agregar valor ao processo democrático.

Para lidar com os conflitos os movimentos sociais buscam bases aliadas de modo que sejam promovidas articulações. Isso significa dizer que todos os discursos e práxis são levados em consideração. Ou, de outro modo, conforme expressa Guimarães (2015, p. 734-735):

Nesse sentido, o Documento de São Bernardo — construído por dirigentes sindicais e representantes de movimentos populares de diversos estados do Brasil em encontro realizado em Taboão da Serra (SP) — é bastante ilustrativo dessa preocupação, ao reforçar a necessidade de interligação do movimento sindical com outras organizações populares: a) Dentro do princípio de que o movimento sindical não deve isolar-se dos outros movimentos populares, mas considerar-se parte dele, existe a necessidade urgente de rompermos com preconceitos, tanto do movimento sindical como dos demais movimentos populares, difundidos pela ideologia dominante e que nada contribuem para a efetivação dessa interligação; b) Exercitar a solidariedade na cooperação mútua com os sindicatos, imprimindo e divulgando o material e a prática das organizações populares. Utilizar a imprensa sindical para divulgar as lutas que estão sendo travadas nos bairros, ao mesmo tempo em que, nos seus órgãos de divulgação, as organizações populares façam chegar até o bairro as lutas sindicais do momento, permitindo, dessa forma, que os trabalhadores que moram no bairro com as suas famílias participem das lutas das categorias; c) As bandeiras dos movimentos populares que visam a melhoria das condições de vida da população (saúde, habitação, educação, transporte etc.) também devem ser apoiados pelos sindicatos; d) Em resumo, que os sindicatos e os outros movimentos populares discutam permanentemente entre si todas as bandeiras comuns e formas de solidariedade. (Documento de São Bernardo, 1981, p. 4-5).

A união das propostas (e o mais importante: com ações iguais e distintas disparadas ao mesmo tempo) assegura que diversas pautas possam ser debatidas.

No pensamento de Guimarães (2015, p. 735) a questão é tratada da seguinte forma:

Assim, não restam dúvidas de que a articulação dos movimentos populares com outros movimentos sociais e organizações de esquerda mostra-se extremamente necessária, principalmente nesse contexto de grandes ofensivas do capital. As alianças entre os movimentos possibilitam um salto qualitativo em termos de avanços políticos quando se consegue efetuar uma verdadeira ruptura com o corporativismo, entendendo a importância de

abranger também, nas lutas e pautas defendidas, os interesses de outros grupos e organizações da classe trabalhadora, fortalecendo uma luta unitária.

Essa unidade representa o ideal coletivo de ações, ou seja, atua como uma cadeia de instrumentos. Na atuação utilizam-se narrativas e práxis que convergem no sentido de garantir a tutela dos direitos. Analogamente, os movimentos sociais atuam como uma unidade de ação propositiva, o que vale dizer: apresenta pautas e discussões no seio da sociedade.

Formar alianças com os partidos políticos que lidam com questões semelhantes permite, por exemplo, lidar com premissas que diariamente são impedidas por grupos tradicionais apoiados fortemente pelo capital e que não respeitam a diversidade.

Essa intenção pode ser verificada em Guimarães (2015, p. 736), que é possível lidar com questões dessa natureza. Para a autora, é fundamental verificar a agenda de ação:

Destarte, entendemos também que a falta de referências mais explícitas aos partidos políticos como aliados importantes na luta pela transformação societária expressa a cultura política brasileira, na qual impera ainda uma visão negativa dos partidos, além de estar diretamente relacionada com a crise de representatividade dos partidos políticos da atualidade.

Pesquisas precedentes já identificaram como uma das tendências presentes nos discursos dos militantes de movimentos sociais a enorme resistência à presença dos partidos e a negação da necessidade de articulação com estes (cf. Guimarães, 2011; Santos, 1995). Tais discursos se baseiam em experiências de relações dos movimentos sociais com os partidos políticos de caráter instrumental, que, conforme Santos (1995, p. 55), se caracteriza por “uma supervalorização dos ensinamentos da vanguarda do partido, a ponto de minimizar as necessidades e reivindicações concretas dos MS”.

Não obstante, dada a diversidade de movimentos sociais existentes, inclusive em relação às mesmas demandas, por apresentarem diferenciações internas entre si quanto à forma de organização e o projeto político, a construção da unidade tem se configurado uma das dificuldades mais frequentemente encontradas no âmbito da ação política.

Para o sucesso dessa aliança, é preciso que os movimentos sociais controlem a pauta de ações. Às vezes, o que parece sem sentido e repleto de informações pouco usuais, como bem pontua Guimarães (2015, p. 737), pode representar – indiretamente – a propositura de algo que, em longo prazo, interferirá sobremaneira no modo como os movimentos sociais poderão aglutinar forças.

A partir do instante em que os movimentos sociais se interligam mais contundentes são os resultados. Isso se explica a partir do instante em que ações mínimas, consideradas inicialmente de pouca penetração, começam a somar com outras reivindicações.

No sentido de que se faz necessário criar uma unidade de entendimento acerca das questões que tocam o cerne dos movimentos sociais, bem como a necessidade de desenvolver premissas que tenham por objetivo afastar grupos ancorados em um poder econômico, Guimarães (2015, p. 737), considera:

Além disso, também na concepção gramsciana de hegemonia, identificamos a preocupação expressa com essa questão, posto que Gramsci (1978) defende a denominada unidade sociocultural, através da qual seria solidificada em torno de um mesmo fim e idêntica concepção de mundo toda uma multiplicidade de vontades desagregadas. Esse seria, para o autor, o processo pelo qual o proletariado desenvolve a “vontade coletiva”. Todavia, há para tanto um pressuposto: a construção da vontade coletiva é eminentemente política e, portanto, exige a formação de alianças, condição fundamental — quiçá decisiva — para a conquista da hegemonia do proletariado.

Na expressão do próprio Gramsci, “o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora” (Gramsci, 1977, p. 22; grifos nossos).”

Essa unidade refere-se a uma estratégia de ideias que ao criar uma unidade que tenha por objetivo dar voz aos sujeitos que são impedidos de falar, criam-se ações pontuais e altamente eficazes que permitem debelar informação inverídica.

Muito se discute, também, da necessidade dos mais diversos partidários, pessoas que exercem cargos públicos de relevância (vereadores, prefeitos, governadores, deputados estaduais etc.), participarem desse processo. Assim como os grupos tradicionais buscam esses aliados, no processo de luta, o movimento social formar alianças. Contudo, é importante que as pautas trazidas sejam debatidas e o principal: aplicadas. Guimarães (2015, p. 737), considerando o sentido de dar poder aos sujeitos, exatamente para promover maiores e melhores resultados, expressa:

Os políticos, outrora figuras centrais no encaminhamento dos problemas urbanos, atualmente perdem sua posição de relevo, na medida em que os movimentos passam a se reconhecer como força social, colocando-os num plano secundário, isto é, na condição de elemento intermediário das

reivindicações originárias dos bairros, embora não se possa ignorar a expressiva participação de políticos tradicionais, que funcionam como uma espécie de “protetores” das comunidades locais, onde possuem suas bases eleitorais (Silva, 1992). Assim sendo, a reivindicação popular, no território brasileiro, continua vindo à cena acompanhada da ação/articulação com um político local.

Movimentos sociais mais atentos percebem que se faz necessário juntar mais aliados.

Guimarães (2015, p. 738), considerando a necessidade de que ainda é interessante formar alianças com partidos políticos (pois são eles que conseguem, à luz dos debates, trazer benefícios aos sujeitos), entende que é possível dar mais autonomia aos movimentos sociais se uma mudança de postura, cujo compromisso seja exigir o cumprimento das pautas assumidas. Nesse sentido:

Mas recorrer a articulações com os políticos tradicionais não tem sido impeditivo para que, paralelamente a isso, os movimentos sigam articulando e encaminhando suas reivindicações de forma autônoma, estabelecendo seus próprios planos de luta e de organização. Não se trata, desse modo, de retorno aos tempos em que os vínculos estabelecidos com os políticos locais eram sintomáticos de uma situação na qual tudo o que se aspirava alcançar era pela via da articulação com um vereador ou parlamentar. Com efeito, evidencia-se que muitos movimentos continuam percebendo essas figuras como canais de acesso aos órgãos públicos e às instâncias de poder do Estado, ainda que apostem em uma relação de autonomia ou que restrinjam tais articulações aos políticos por eles caracterizados como “comprometidos com as lutas populares” e, predominantemente, demonstrem resistência ao estabelecimento de qualquer relação. Prevalece, num e noutro caso, a recusa a um retorno do político tradicional como o dono do bairro, a única fala, a fala competente (Silva, Amorim e Montenegro, 1988). Nesse caso, especialmente por temer que o movimento se torne dependente e atrelado a essas figuras, bem como por entender que, em troca, tais políticos exigirão que o movimento comprometa os votos da sua militância.

Com base na leitura de Guimarães (2015) entende-se que o fortalecimento dos movimentos sociais, envolve além da articulação com outros movimentos, também a autonomia.

Os opositores constroem alianças nada convencionais e, de modo absolutamente reiterado, sustentam informações que acabam por prejudicar toda a sociedade. De modo a apontar como essa teia de instabilidade é disseminada, Guimarães (2015, p. 739), pontua:

Por sua vez, os opositores ao projeto político dos movimentos e organizações populares podem ser englobados nos mais diferentes movimentos e sujeitos que defendem um projeto de direita, atuando a serviço dos interesses do capital. Até porque, no Brasil contemporâneo, as forças de direita atuam em absoluta consonância com “a versão moderna das ideologias que alimentaram a perpetuação do poder das elites e das mentalidades conservadoras e antidemocráticas [...]. Representa hoje a consolidação de uma sociedade de apartação social” (Sader, 1995, p. 193). Não sem razão, uma análise da ação política dos movimentos sociais em face do atual contexto pressupõe identificar os mecanismos engendrados pela atuação da direita brasileira na atualidade. Esta, além de permanecer atuante e com uma agenda própria em defesa dos privilégios e interesses das elites, tem não apenas operado na contramão da defesa de direitos sociais historicamente conquistados, como também investido, pesadamente, na criminalização dos movimentos sociais.

Jogos dos mais diversos tendem a deformar o sentido e a aplicação das reivindicações dos movimentos sociais. Todavia, é interessante perceber a existência de ações mais seguras, democráticas e contrárias. Sobre isso, os movimentos sociais, então, são convocados para lidar com essa instabilidade. A forma percebida para que as mudanças possam ser efetivamente sentidas, segundo podemos analisar, está diretamente ligada às ruas, que é o local adequado para promover alterações substanciais nos quadros eletivos do poder.

Guimarães (2015, p. 739-740) pontua do seguinte modo:

Ora, atualmente, a direita brasileira articula e combina muito bem formas de convencimento e apassivamento das pressões sociais com a truculência peculiar e histórica com a qual sempre tratou os interesses e os movimentos da classe trabalhadora. Essa realidade impõe, assim, imensos desafios para a articulação e a materialização das bandeiras de luta da classe trabalhadora, pois o esforço direitista é justamente na direção de invisibilizar e despolitizar contradições sociais e lutas políticas.

A criminalização dos movimentos sociais, reeditada e intensificada, em um contexto de ascensão dos setores conservadores e reacionários, adensa e torna mais agudos os impasses postos ao avanço das forças populares, nos levando a crer em uma reatualização das formas de dominação política historicamente empreendidas pelas oligarquias tão presentes e atuantes nas cidades brasileiras.

As construções democráticas são ofendidas diariamente porque não se admite que se exija o cumprimento dos direitos dos sujeitos. Isso pode ser verificado a partir do instante em que ações contrárias são desenvolvidas apenas no sentido de abrir a discussão sobre direitos e

garantias essenciais aos sujeitos. Percebe-se, então, uma divergência que prejudica sobremaneira a sociedade, as instituições e afeta principalmente a questão educacional.

Nesse balanço Guimarães (2015, p. 740-741), faz uma importante advertência quando os opositores ao processo democraticamente legítimo tentam apoderar-se das instituições e exigir o cumprimento de algo que é evidentemente prejudicial à Democracia. Nesse sentido, expressa:

Por certo, antes as engrenagens constitutivas do jogo político das oligarquias do país para legitimar-se no poder reproduziram amplamente a subalternidade das classes populares. Essas se baseavam, em especial, na cooptação e no uso eleitoral de organizações populares. Nos anos 2000, acrescenta-se de forma mais nítida a esses mecanismos — ainda amplamente utilizados, como bem atesta a atuação dos modernos representantes dessas oligarquias nas cidades — o recurso largamente adotado de não apenas negar direitos via prestação de serviços precários, como também criminalizar aqueles sujeitos individuais e coletivos que se contrapõem a essa lógica através de suas organizações.

Contudo, não se trata de um simples retorno ao passado do tratamento da questão social como caso de polícia — e nisso temos acordo com Rodrigo Castelo (2009) —, embora esteja constatado o progressivo aumento do exercício da violência policial, militar e paramilitar na contenção das tensões sociopolíticas. O que temos é, na realidade, um novo padrão de intervenção na questão social, que, ao agregar elementos consensuais e coercitivos, hegemônicos e ditatoriais, não recorre apenas aos aparelhos policiais, mas também aos militares. Não se trata, nesse sentido, de nenhuma particularidade das lutas urbanas no Brasil, e sim de uma realidade expressa na organização popular latino-americana, o fato de estarmos diante de uma verdadeira militarização da questão social no continente, com os conflitos políticos sendo gradativamente deslocados para o plano militar, realidade a respeito da qual exemplos exaustivos podem ser encontrados em Castelo (2009).

Nota-se claramente o tom de preocupação da autora. Essa questão se mostra mais intensa a partir do instante em que políticas públicas educacionais são colocadas em discussão. Não haveria essa necessidade se o País não fosse tão desigual. De acordo com Guimarães (2015, p. 741):

Tendo em vista o poder de alcance da mídia, não somente como transmissora de informações, mas, sobretudo, na condição de formadora de opinião — dada sua ampla inserção no cotidiano dos indivíduos —, ficamos a interrogar em que medida esta influencia compreensões acerca da questão social e dos movimentos que a politizam e, subjacente a isso, até que ponto a mídia poderia ser situada como aliada e/ou opositora à ação política dos movimentos sociais. Os movimentos populares demonstram considerar a mídia um espaço importante para publicizar questões que lhe são caras.

Intencionam utilizar o espaço da mídia para “mostrar o seu lado”, contar a sua versão dos fatos e processos sociais e ao mesmo tempo questionar o papel do Estado na reprodução das desigualdades sociais. Contudo, encontram inúmeras dificuldades para se inserir nos meios tradicionais de comunicação existentes nas cidades, dado elucidativo do tratamento dado pela mídia aos movimentos sociais.

Constitui tendência nacional que vem historicamente se delineando, estando bastante explícita na contemporaneidade, “a concentração dos meios de comunicação nas mãos de empresários, dublês de políticos, e de algumas poucas famílias poderosas, os quais fazem desse ofício um negócio lucrativo” (Sales, 2007, p. 99), sem dúvida em detrimento de qualquer papel social e público que poderia cumprir.

A mídia pode desempenhar um papel vital para o amadurecimento das questões que tocam os movimentos sociais, cuja peculiaridade está em despertar uma nova visão (a bem dizer, mais atualizada) à luz de fecundos debates. Para que se possa exercer a Democracia como um todo, é fundamental ouvir as vozes dos diversos movimentos.

Os movimentos sociais lidam com toda sorte de opositores. Lidar, entretanto, com grupos fortes e que impactam socialmente é uma tarefa hercúlea. A forma como os movimentos em questão conseguem lidar com esses impedimentos tem sido um diferencial. E a cada dia, mais seguidores, no caso, aliado tem formado blocos de sustentação e que permitem que os movimentos sociais consigam estruturar as suas práticas.

Não é absurdo considerar a construção de canais próprios cujo sentido aparece a partir do instante em que vozes são eliminadas do discurso.

Guimarães (2015, p. 741-742), à luz de considerações mais do que vitais para que se possa entender como a mídia se comporta expressa:

As intervenções da mídia dominante, ao contrário do que muitos pensam e do que ela própria proclama, estão longe de ser neutras e imparciais. Desse modo, embora a mídia anuncie em muitos momentos as demandas sociais das classes pauperizadas, um exame mais apurado demonstra o quanto esta é perpassada pela ideologia das classes dominantes. Fragmentos e recortes da realidade são veiculados como sendo a totalidade do real, sob a ótica das elites políticas detentoras da mídia local, contribuindo também em muitos dos casos para a criminalização dos movimentos.

Identificar aliados e opositores no processo da ação política empreendida pelos movimentos urbanos no Brasil contemporâneo nos remete a crer que se tomamos como horizonte o solo histórico no qual se processam as relações sociais concretas, teremos mais elementos para afirmar que direita e esquerda estão longe de poder assumir a forma de “dialetos de uma mesma

língua”. Ademais, em ambos os casos, permanece a existência de sujeitos sociais que as materializam a partir de interesses em disputa.

Encontrar meios de atuação mais seguros, cujas propostas possam ser amplamente difundidas, sob o aspecto da Democracia, tem sido o mote de ação dos movimentos sociais. É crível supor a existência de tensões que impedem que as mais diversas práticas discursivas sejam expressas. Os movimentos sociais podem dar condição de falar e o que precisa ser falado, isto é, torna-se imperioso discutir, avançar e programar pautas. Para isso, a busca constante por aliados tem forçado os movimentos sociais a procurar novas formas de ação. Isso permitiu entender problemas considerados vitais e grande parte das demandas exigidas tem sido colocada em evidência. O que isso representa? Que a busca por aliados contínuos tem surtido efeitos dos mais expressivos. Isso é resultado das lutas de classe que podem melhorar a qualidade de vida dos sujeitos.

Essa forma de entender as questões, observamos, tem forçado os movimentos a procurar novos modelos de ação. Não existe mais espaço para lidar com as mesmas técnicas de discurso. Se os opositores a esse processo democrático criam modelos nada convencionais de atuação e delimitação de espaços, é justa a preocupação por parte dos movimentos sociais, a saber: encontrar novas diretrizes, à luz de aperfeiçoar o modo de ação para que os sujeitos possam ter vozes. Nesse sentido, Guimarães (2015, p. 742) aponta:

Numa perspectiva radicalmente divergente da linha teórica pós-moderna e neoconservadora, nosso estudo evidenciou a fragilidade das assertivas que afirmam que os movimentos sociais da atualidade evitam confrontos com outros sujeitos e constroem sua ação política diluindo as fronteiras de classe, isto é, desconsiderando divergências em termos de projetos societários defendidos. Ao contrário, é verdadeiro afirmar que — dando por reconhecidas as imensas dificuldades de resistência enfrentadas pelos movimentos classistas — alguns movimentos sociais têm (re)inventado importantes formas de confronto.

É importante dizer que a expressão “confronto” que a autora traz, necessita de uma interpretação mais ampla, qual seja a palavra em tela revela um teor de ação amplo, democrático e fundamentalmente que respeita os espaços de debate. Os movimentos sociais, por mais complexa que seja a tarefa, devem ocupar os espaços públicos e particulares. A partir do instante em que o seio da academia acolhe as premissas que esses movimentos

levantaram, é um sinal de que aliados começam a aparecer. Todavia, há muito a ser construído e o pautado.

Se for para ceder bases de poder, por exemplo, é evidente que esses grupos terão por objetivo dissuadir qualquer proposta nesse sentido. Com o objetivo de romper com esse comportamento desagregador, alerta Guimarães (2015, p. 742-743):

Com isso, até se consegue em alguns momentos a atenuação de conflitos (e sua decorrente despolitização), o que se dá, todavia, à custa de um alargamento significativo do tempo necessário para arrefecimento da desigualdade social, fazendo com que esta decaia de modo substancialmente lento, sinalizando novos desafios postos à organização popular. Diante das análises que nos esforçamos para tecer, nossa insistência é por reafirmar aquilo que, em nossa concepção, está longe de estar superado: a necessidade de refundar a esquerda para refundar o Brasil. Necessidade hoje ainda mais premente, na proporção em que diversas expressões da barbárie se manifestam acentuadamente e, nesse processo, a história transcorre, e nela a ação política dos movimentos vai se delineando.

As bases para uma forma de enxergar como os movimentos sociais podem contribuir para formar um Brasil mais equânime, à luz das múltiplas conquistas que já foram sentidas, considerando-se os programas sociais vitais para o desenvolvimento dos sujeitos, estão sendo sistematicamente construídas, aprimoradas, lançadas e debatidas.

Não há mais espaço para a formação de bases demagógicas e que em nada agregam. Fala-se, pois, de uma nova ordem, de um novo patamar de ação (cujos resultados necessitam ser diariamente lapidados).

Os movimentos sociais têm encontrado novas formas de ação. Isso revela a capacidade de regeneração e mudança de postura. Os movimentos aqui expressos muito contribuem para a construção de um diálogo verdadeiramente aberto. Isso permite colocar a cidadania em evidência.

Quem são os sujeitos que dão a cara do movimento social?

3 A FORMAÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS QUE PARTICIPAM DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Todos nós sabemos alguma coisa todos nós ignoramos
alguma coisa. É por isso que aprendemos juntos.

(Paulo Freire)

Este capítulo apresenta dados sobre os participantes da pesquisa e a análise das entrevistas realizadas a partir das vozes dos sujeitos envolvidos. A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Conforme, Franco (2011) deixa clara a interpretação dos dados, é preciso voltar atentamente aos marcos teórico, pertinente à investigação, pois eles dão o embasamento e as perspectivas significativas para o estudo. A autora Franco (2011, p.121) tem a sua obra, mais clássico e muito conhecido método de análise de tipo classificatório: as respostas a perguntas abertas em um questionário.

Na relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, é que dará sentido à interpretação. Segundo Franco (2011) consiste em tratar a informação a partir de um roteiro específico, iniciando com (a) pré-análise, na qual se escolhe os documentos, se formula hipóteses e objetivos para a pesquisa, (b) na exploração do material, na qual se aplicam as técnicas específicas segundo os objetivos e (c) no tratamento dos resultados e interpretações. Nessa Análise de Conteúdo se mostrou metodologia bastante utilizada e conhecida, se não em sua nomenclatura, em seus procedimentos. Eis o motivo dessa escolha. A autora Maria Laura P. Barbosa Franco, analisa Laurence Bradin em seu livro Análise de Conteúdo de maneira clara e objetiva. Nosso objetivo é propor uma discussão ao mesmo tempo abrangente e condensada da natureza, metodologia e possibilidades das análises de conteúdo dentro da pesquisa em educação. Nessa análise de conteúdo se mostrou metodologia bastante utilizada e conhecida, se não em sua nomenclatura, em seus procedimentos. Eis o motivo dessa escolha.

Tratamos de escolher sujeitos que têm articulações com movimentos sociais e coletivos, de forma a compreender como essa articulação foi fundamental para esses sujeitos. A maior parte desses sujeitos está ligada ao fortalecimento da educação em suas comunidades, e fazem conexões com moda sustentável, hip-hop e cultura. Essa realidade

permite extrair resultados diretos e eficazes, justamente para que se possa conhecer a realidade dos sujeitos. Para evitar exposição dos sujeitos, seus nomes foram preservados. Apresentaremos suas falas ao analisá-las nessa dissertação.

3.1 O perfil dos sujeitos de Movimentos Sociais e Coletivos.

Apresentamos, abaixo, um quadro com informações sobre os sujeitos entrevistados, para melhor compreensão do leitor:

Quadro 6 – Dados sobre os sujeitos da pesquisa.

Entrevistado	Sexo	Idade	Área/tipo/ mov. social em que atua	Formação Superior	Universidade Pública ou Privada
Sujeito 1	Feminino	50	Luzes da Vila(crianças)	Estilista	Privada
Sujeito 2	Feminino	41	Mulheres ciganas	Advogada e Professora	Privada
Sujeito 3	Masculino	38	Projeto Cultura de Rua	Assistente Social	Privada
Sujeito 4	Masculino	22	Movimento Estudantil	Assistente Social	Pública
Sujeito 5	Masculino	29	(Cultura de Rua)	Sociólogo	Privada (EAD)
Sujeito 6	Masculino	43	(Ass. Cultural dos Afrodescenden tes)	Assistente Social	Privada
Sujeito 7	Masculino	29	(Políticas Econ. da Maioria)	Relações Internacionais	Privada
Sujeito 8	Masculino	28	Pastoral da Juventude	Professor de Historia	Privada

Continua

Sujeito 9	Feminino	69	Soroptimista (melhor para meninas e mulheres)	Pedagoga	Privada (EAD)
Sujeito 10	Feminino	53	Soroptimista e Associação Vozes da Arte	Professora de Música	Privada
Sujeito 11	Masculino	41	Moradia e Violência	Comunicação Social	Privada
Sujeito 12	Feminino	33	Cultura Caiçara e Ambiental	Jornalista	Privada.
Sujeito 13	Feminino	52	CUT-Mulheres na Política	Professora	Privada.

Fonte: Elaborado pela autora

Os sujeitos envolvidos na pesquisa são treze (13) universitários e ex-universitários de instituições públicas ou privadas, sendo que em sua maioria esses sujeitos graduaram-se em universidades privadas. Além disso, alguns possuem a pós-graduação. Os entrevistados foram sete (07) homens, entre as idades de 43 a 22 anos, e seis (06) mulheres de 69 a 33 anos de idade. Todos são atuantes em movimentos sociais, coletivos e ativismos, sendo alguns exemplos: a ONG Luzes da Vila que atua com crianças e adolescentes em risco e vulnerabilidade social no Morro de São Bento; mulheres da CUT; movimento estudantil dentro da Universidade; cultura de mulheres ciganas; ativismo pela rede social contra a violência e moradia; a ONG PROCURU que visa o fortalecimento do Hip Hop e sua cultura de rua; o Clube Soroptimista em São Vicente e Cubatão que ajuda mulheres e crianças em situação de violência social; a cultura afrodescendente que fortalece o movimento negro; o POEMA, política econômica da maioria, que luta pelo investimento em infraestrutura, entre outras coisas; um movimento de fortalecimento e reconhecimento da cultura caiçara (pesca, agricultura, artesanato e a miscigenação do povo negro, branco e o índio).

Eles buscam estabelecer uma relação de sujeitos construtores de conhecimento, que levaram a responder as entrevistas e, assim, possibilitando chegar aos objetivos desta pesquisa. A seleção dos sujeitos aconteceu pelo contato e a aproximação com a autora, em palestras, seminários, amigos em comum ou até mesmo trabalho voluntários em ONGs.

A principal fonte de coletas de dados para análise deste estudo foram às entrevistas, todas gravadas em áudios, e, posteriormente, transcritas, integralmente, uma a uma. As

entrevistas seguiram um roteiro de perguntas, voltadas para o objeto de pesquisa e, assim, dando voz aos sujeitos. A entrevista, segundo Minayo (2012, p.64), “[...] pode ser considerada a estratégia mais usada na pesquisa de campo: “ela tem o objetivo de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo””.

Este instrumento foi aplicado em (04) sujeitos no mês de julho e agosto de 2018, já as nove (09) entrevistas aconteceram no mês de janeiro de 2019, com duração de 30 a 45 minutos cada.

3.2 Análises: Eixo 1 - Os sujeitos e suas relações com o movimento social

O primeiro eixo intitulado: Os sujeitos e suas relações com o movimento social foi criado a partir do entendimento da autora sobre a teoria presente nesta pesquisa, na qual sustenta que a relação do sujeito com o movimento social é a base para que este se desenvolva como um ser político, capaz de promover mudanças no meio em que se encontra. Para que este eixo seja analisado de forma completa, o dividimos em duas categorias.

3.2.1 Categoria 1 – Caminho ao movimento social

O sujeito 1 tem uma postura mais objetiva frente à vida. A questão de ajudar e se envolver em projetos da comunidade contribuíram para uma análise mais detida sobre o meio em que vive. Inclusive, o modo de vida mais simples foi o que, ao mesmo tempo, permitiu buscar novas soluções para demandas consideradas de difícil transposição. Para o sujeito 1:

(...) Meu pai veio morar em Santos na década de 60 e foi morar no morro São Bento porque ele precisa de um local fixo. Ele trabalhou na época que o Brasil estava em expansão...época do governo do Juscelino, construção de Brasília. Então o Brasil estava crescendo muito e ele sempre viajava muito

com a minha mãe porque ele trabalhava com terraplanagem. Então já tinha morado em Minas, Paraná...e o meu irmão mais velho estava com 7 anos e eles precisavam fixar residência em algum lugar por causa da escola.

Segundo o sujeito 1, a questão da vinda para Santos se deu em virtude das mudanças dos pais. Isso possibilitou ter residência fixa e a questão da escola ficou mais delimitada, porque com endereço certo foi possível organizar as questões da vida diária. Essa organização da vida permitiu seguir por caminhos mais objetivos, exatamente para que as necessidades primárias pudessem ser traçadas.

Essa escolha permitiu buscar novas formas para programar uma melhor condição de vida. O sujeito 1 começou a lidar com os movimentos sociais dos bairros de modo a mudar a vida dos seus pares. Essa ação transformou a casa do sujeito em uma espécie de referência, ou seja, todas as ações sociais tinham a sua moradia como ponto de encontro e partida para ações mais dirigidas, no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas ao redor.

O segundo relato é de um participante de movimento social, com formação jurídica. O sujeito 2 inicia a sua fala apontando para a questão da representatividade feminina no seio familiar. Para o sujeito em questão, a representação matriarcal formou a sua base social.

O relato segue no sentido de apontar que foram diversas as transformações pelas quais a família passou. Inclusive, um novo casamento. Dessa união, nasceu mais um filho. Com a morte do segundo pai, a questão da união entre as mulheres da família tornou-se mais acentuada. E, nesse caso, a matriarca sempre ensinou que era fundamental tomar o controle da sua vida sem depender de ninguém. É o que podemos perceber na seguinte passagem:

(...) Mais tarde minha mãe casou de novo e formou uma outra família. Tive mais um irmão. Então era eu, minha irmã, o novo marido da minha mãe, que eu considerei ele como um pai porque ajudou a me criar, e meu irmão. Há pouco tempo ele veio a falecer, mas a minha mãe já não estava mais com ele. Minha mãe sempre mostrou para mim e para minha irmã, que nós como mulheres, não deveríamos nunca depender de homem. Que a felicidade da mulher não está em depender e servir ao homem, mas sim ser uma mulher independente, batalhar por suas coisas, estudar.

Desenvolver-se, então, se tornou uma necessidade, segundo aponta a entrevistada. A questão da autonomia fica muito evidente e isso é o reflexo da educação familiar à qual foi

submetida. A presença de uma figura de representação forte permitiu seguir por um caminho menos áspero.

O sujeito 3 tem formação em serviço social. Desde logo, fundou uma ONG da qual é presidente idealizador e fundador. Como forma de mostrar o caminho ao movimento social percorrido pelo sujeito 3, o relato segue no sentido de dizer que houve o cumprimento de pena, em virtude do envolvimento com a criminalidade:

(...) Com 20 anos de idade fui preso e saí depois de 2 anos e meio. Depois disso, não tinha oportunidade de emprego com o nome sujo e acabei sendo acolhido de novo pelo próprio crime no qual eu administrava e era gerente e com esse potencial que eu tinha dentro da comunidade eu fazia muito o bem, ajudava muito os grupos de dança, a Sociedade de Melhoramentos. Conheci o grupo de Rap em um intercâmbio e foi a partir desse momento que eu vi a oportunidade de aplicar meu dom, meu potencial, na parte cultural e no trabalho e me preservei para não me arriscar, não ser preso e não morrer em algum conflito...e perder essa oportunidade. A cultura começou a abrir muitas portas. No começo foi muito difícil, mas eu saí do tráfico de drogas, da criminalidade no caso, e foquei bastante na parte cultural, na gravação de CD e intercâmbio. Trabalhei para a prefeitura também de freelancer e fui desenvolvendo até obter meu primeiro registro na Secretaria de Cultura pelo meu potencial que tinha na parte cultural e desenvolvi bastante lá.

O sujeito 4, tem sua vida marcada a partir dos dezesseis anos, no curso de teatro ao qual pertencia. Dentro desse grupo de teatro, veio à necessidade de conhecer um movimento social que integrava o próprio grupo.

Ao tomar contato com alguns alunos da Universidade Pública, foi possível conhecer o serviço social. Em 2012, a instituição entra em greve e diversos debates no seio da universidade começam a ser realizados. Esses debates serviram para situar sobre o que ocorria no ambiente interno da universidade. Servia, pois, para mostrar o que acontecia na universidade para o público externo. O sujeito 4 relata:

(...) aconteceu a greve de 2012 aqui na Universidade. Nessa greve, teve uma atividade que acontecia toda quarta-feira, que era um cine-debate para as pessoas da greve, para as pessoas de fora entenderem o que estava acontecendo. Vim, participei de algumas atividades, nesse cine debate, ainda vieram algumas pessoas que estudavam comigo na Escola Primo Ferreira e então a gente conheceu esse contexto, esse contexto do que é uma greve, o que é uma política de educação, o que estava sendo cortado. Então, essa discussão começou a ser estimulada e chegou o fim da greve.

Para marcar a retomada das aulas, a filósofa Marilena Chauí foi convidada a proferir aula magna. Na aula, foi destacada a importância dos movimentos sociais e como eles são fundamentais para o agir político dos sujeitos.

O sujeito 4 relata que em 2013 prestou vestibular para uma universidade particular. Por sua vez, decidiu mudar para o curso de serviço social na mesma universidade. Antes, cursava enfermagem.

Passou a entrar em contato mais diretamente com um movimento social do próprio curso de serviço social:

(...) eu decidi mudar para serviço social, na mesma universidade, mudei e conheci o pessoal daqui, que é o pessoal da ENESS, Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, que é praticamente um movimento social dos estudantes de serviço social no sentido de organizar a luta dos estudantes. Essa executiva, ela existe aproximadamente há 37, 40 anos, já deve ter quarenta anos, né, participou de todo esse processo de renovação e de reconceituação do serviço social e sempre foi um movimento muito ativo, que aglutinava muitos outros movimentos sociais, como no caso do movimento negro, do movimento feminista, do movimento da legalização da maconha, então participar desse espaço na ENESS fez com que eu conhecesse outras bandeiras de luta, digamos assim. E com o tempo eu fiz a transferência para a Universidade, fiz dois semestres aqui, então eu tive essa experiência nessas duas universidades.

Para o sujeito 5, a entrada em movimentos sociais se deu a partir da indignação na falta de políticas públicas voltadas para diversos setores:

Eu ir para a militância dentro dos movimentos sociais foi o fato das questões sociais mesmo aí, que não estão sendo solucionadas... Várias problemáticas... A gente depara aí com a escassez de políticas públicas voltadas a determinados setores.

Portanto, para esse sujeito, a solução foi procurar uma maneira de propagar uma diferença. Para isso, utilizou seu envolvimento como rapper para militar, “[...] eu não me contentei em só, em ser rapper né... Eu quis ser um rapper ativista, militar em alguma coisa...”. O mesmo ocorreu com o sujeito 6 que, cansado do preconceito por suas raízes nordestinas, ingressou no movimento negro:

[...] a discriminação contra os nordestinos afetava a minha vida social e afetivamente, definindo as relações sociais que seriam estabelecidas, considerando a restrição a um grupo específico, também vítima desses preconceitos e discriminações. Esses fatores foram primordiais para que ingressasse no Movimento Negro [...].

O contato com movimentos sociais mostrou-se essencial para melhorar as suas relações com o seu entorno e consigo mesmo, segundo o sujeito 6:

O ativismo e militância no interior do Movimento Negro me fez perceber e identificar as minhas origens, contribuindo para o processo de aceitação da minha própria identidade étnica [...].

Já o sujeito 7, teve seu contato com os movimentos sociais pela frustração sentida em seu curso superior. Considerando a importância de discussões econômicas e sobre a dívida pública, ao pesquisar sobre o assunto o sujeito encontrou um movimento que militava “[...] pela redução das desigualdades através de um processo de auditoria e cidadania da dívida pública [...]”. A busca pelo assunto resultou na criação de um movimento próprio e ingresso na carreira política.

O sujeito 8 encontrou seu caminho na militância pela sua participação de campos mais progressistas dentro da Igreja Católica, considerando “fundamental pra que eu optasse por me filiar e militar em outros espaços”. Situação semelhante ao do sujeito 9 que, ao voluntariar-se numa instituição de aprendizados para crianças e adolescentes, descobriu gosto pela área pedagógica e passou a procurar outros movimentos com que identifica-se, resultando em seu contato com um movimento voltado para meninas e mulheres em situações de risco, “[...] uma organização de voluntariado que visa melhorar as vidas de mulheres e meninas nas diversas comunidades.”.

Para o sujeito 10, o contato veio a partir de uma vaga de emprego. Ao perceber a mudança que seu trabalho realizava nas pessoas, o sujeito decidiu abrir sua própria ONG e com o tempo passou a aproximar-se de outros movimentos:

Eu me inscrevi, porque eles estavam aceitando pessoa física [...] Eu percebi a importância do trabalho na vida das crianças... Mudava muito as crianças tidas como crianças que não aprendiam, que tinham dificuldade de

aprendizado, crianças com problemas de comportamento... Eu fui vendo todas essas mudanças acontecendo... Essas crianças evoluindo dentro da sua vida e a vida familiar também... Isso me interessou, eu gostei muito e comecei então a me aprofundar nesse trabalho.

Já o sujeito 11 visualizou na comunicação uma ferramenta para militar nas causas que acreditava, “[...] atuo como ativista em conjunto com algumas pautas específicas: moradia, questão indígena, violência policial...”. Para o sujeito 12 esse contato veio do ambiente ao seu redor, “Eu comecei a atuar em movimento social desde a infância porque eu aprendi em casa, minha família sempre fez trabalho voluntário, sempre gostaram de ajudar as pessoas, na igreja também.”. Logo, esse ambiente fortaleceu seu interesse em movimentos sociais e a busca por causas que acreditasse.

Por fim, o sujeito 13 ao trabalhar e representar escolas da região que vive, percebeu os problemas enfrentados e decidiu juntar-se a movimentos que buscassem o empoderamento feminino, “Vendo a necessidade de representação da categoria isso me fez entrar de cabeça...”.

Portanto, as aproximações e motivos são diversos, contudo todos resultam no sujeito buscando defender e aprender mais sobre aquilo que acredita. Para tanto, também é necessário que experiências adquirissem desses movimentos e o que consideram por sujeito.

3.2.2 Categoria 2: Experiência no Movimento Social e concepção de ser sujeito

De acordo com o sujeito 1, muitas pessoas herdaram dinheiro, porém, sua família herdou trabalho. Servir o próximo é seu foco. Para ele, ser um sujeito de movimento social é:

[...] é fazer o que o governo não faz né? É um espaço onde as pessoas conseguem enxergar como se a gente tivesse ali para ajudar mesmo, para resolver questões que se não tiver quem faça, elas não podem esperar de outro lugar. Porque não chega, a ajuda não chega. A resolução dos problemas não chega muitas vezes, então fica parado. Não chega informação, não chega nada.

A experiência no movimento social para o sujeito 1 sempre esteve presente através de seu pai, que o inspirou a realizar mudanças no meio onde vive:

A gente aprendeu desde muito cedo que a gente tem que servir. É uma via de mão dupla. Meu pai sempre falava que quem não vive para servir não serve para viver.

Sua casa, na época em que seu pai era vivo, de acordo com o sujeito, parecia um quartel general onde todos no bairro sentiam segurança e pediam ajuda. Isso o fortaleceu e jamais saiu de seu coração, pois ao terminar a graduação, resolveu voltar para o bairro onde cresceu para implantar algo relacionado com o que aprendeu: moda sustentável.

De acordo com o sujeito 1, pensar coletivamente é o primeiro passo para mudanças:

Eu acho que as pessoas têm que pensar mais coletivamente. Os jovens têm que parar com essa questão individualista e pensar coletivamente. Começar mesmo a olhar dentro de casa, o vizinho, o seu entorno, e fazer alguma coisa pelas pessoas, porque só assim a gente vai mudar o mundo.

Para ele, a concepção de ser sujeito político parte do indivíduo em pensar coletivamente. Já para o sujeito 2, criar um coletivo é o primeiro passo para que se possa de fato ter uma voz que possa ser ouvida e ter seu direito como sujeito respeitado:

Se você não tem um padrão, a sociedade não possui olhos para você. Então como você vai conseguir o seu espaço se você não formar um coletivo, uma voz, para poder estar ali junto, pleiteando isso? É o que me dá mais força, porque dentro da comunidade a gente tem muita carência.

A concepção de ser sujeito político parte do indivíduo em pensar coletivamente, segundo o sujeito 2. Quando questionamos acerca da importância do ensino, pesquisa e extensão como elementos de formação do entrevistado como um sujeito político:

Quando você se integra dos seus direitos e deveres, isso te dá base para você formar opinião, ser um ser político. Você aprende muito. Então isso me deu a

base para ter a visão que tenho hoje, da minha concepção sobre o certo ou o errado. Não digo muito de política, porque política chega a soar um pouco mais pesado, na fase atual que a gente vive. Mas para ser um pouco mais politicamente correta, correr atrás dos meus direitos e dos meus ideais. Acho que nisso me deu uma base muito grande. Fez a diferença na minha vida. Se eu não tivesse a base que eu tive, talvez não tivesse a visão de mundo que tenho hoje, ou não soubesse percorrer os caminhos que percorri hoje. Então isso para mim é uma bagagem que não tem tamanho. (Sujeito 2)

Uma dimensão de inserção social mais efetiva, tendo em vista a realidade das comunidades. Conforme a fala do sujeito 3:

A pessoa se sente capaz de interagir, de fazer parte da transformação. Não somente de aceitar. Então a partir daí já traz uma política muito participativa no caso.

A pesquisa de extensão está vinculada ao processo de formação de pessoas, e de conhecimentos. E assim promover a inclusão social desenvolvendo ações que visam o resgate cultural e a inserção da comunidade no meio acadêmico, para o sujeito 4:

Eu tenho total convicção de que o que me forma enquanto sujeito político é a proximidade com a extensão, é a proximidade com a pesquisa, porque o ensino ele é bom e ele facilita que a gente se forme mais a vivência.

Para eles, esses espaços e ações são importantes na construção do conhecimento servido como incentivo para a formação de outros sujeitos. O sujeito 5 acredita que a universidade pode potencializar a formação de sujeitos políticos, para ele:

Levando as informações verídicas, trabalhando com fontes confiáveis, explorando mais o campo de pesquisa, fomentando mais sobre diversos assuntos que visam espaço em pesquisa né [...] Com certeza, é, influencia bastante na construção de sujeitos políticos. Isso acontece através das... Dos trabalhos que são feitos, do empírico, no dia a dia, da visualização das pessoas mediante a realidade dessa sociedade atual, contemporânea, né. Então, acontece dessa forma... Da forma natural que tem que ser... Na evolução do cognitivo da... Do ser humano [...]

O sujeito 6 tem a mesma visão do sujeito 1, acreditando que a coletividade é o essencial ao pensar-se sobre a participação em movimentos sociais:

Ser sujeito coletivo é se solidarizar com as dores e sofrimentos do outro. É combater, junto com estes, as diversas formas de repressões sofridas numa sociedade que tem como principal fundamento o individualismo.

Também visa à universidade como uma possibilitadora da potencialização da construção de sujeitos políticos, apesar de que ainda muito limitada a certas instituições:

Penso que sim, desde que suas diretrizes, seu programa político-pedagógico e demais instrumentos que norteiam as suas atividades, estejam atentas e comprometidas com as verdadeiras necessidades desses atores e desses movimentos sociais.

Para o sujeito 7, a importância dos movimentos sociais é de:

[...] perceber é... Que é impossível mudar as coisas a partir de si mesmo, que muitas das coisas sobre as quais a gente tá submetido não é só sobre a nossa atuação individual, que a gente pode conseguir mudar [...].

Para ele esse sujeito adquire “[...] uma visão de mundo ampla, fraterna, generosa [...]”. Assim, o sujeito percebe a sociedade que está inserida, torna-se mais consciente e obtém uma responsabilidade maior [SUJEITO 7].

O sujeito 8 acredita que ao tornar-se sujeito de movimento social, a contribuição não é só para o coletivo, como também para um reforma do sistema:

É deixar um pouco a academia e construir, seja formando base na periferia com simples rodas de conversa com trabalhadores e trabalhadoras ou atuando em movimentos mais combativos, tais como o de moradia.

Contudo, ao questionado sobre o papel da universidade em construir sujeitos políticos, o sujeito diz que a universidade “Tem o potencial, mas está geralmente fechado para a comunidade... O que dificulta essa proposta. Atividades em geral acabam que circunscritas à comunidade acadêmica.”.

Para o sujeito 9, é importante atender “as crianças e jovens de modo a torna-los iguais aos demais, não deixando que os mesmos fossem vitimizados ou que os outros o tratassem como coitados.”.

Já o sujeito 10 volta a debater sobre o individualismo e a coletividade:

[...] entrar no movimento social é exatamente isso, é a motivação com outras colegas e outras pessoas que realmente acreditam naquela proposta, né? Juntas, pensamos juntas, elaboramos propostas juntas, é... É... Propomos as questões, sejam elas a nível de poder público, sejam elas na própria comunidade e isso tem eco, que isso que é bacana, que você vai tem eco, tem apoio da comunidade, fora da comunidade [...]

Assim como, o sujeito 11 acredita ser uma questão majoritariamente política “Ter responsabilidade política com a transformação social de toda a sociedade, independente de estar atuando num pauta específica, o projeto é maior.”. Também vê a discussão sobre construção de sujeitos políticos como puramente política:

[...] tudo é política, e a universidade tem esse papel, creio, de contribuir para a construção de sujeitos pensantes e participativos. Penso que, acontece quando a academia consegue aliar prática e teoria, ou seja, constrói um ambiente de circulação de ideias e propostas junto com os movimentos sociais.

Segundo o sujeito 12, ser sujeito de movimentos sociais “[...] é realmente uma questão do exercício de cidadania.”. Sobre a construção de sujeitos políticos e a universidade, o sujeito vê-se como um exemplo de que é essa potencialização é possível:

Pode e faz. Eu sou um caso que sou exemplo disso. A Universidade potencializou o meu interesse, abriu minha visão para outros lados, me deu uma maior bagagem cultural, de conhecimento, de network, então Universidade me deu, realmente, ferramentas e ampliou o meu interesse.

Já para o sujeito 13, trata-se de “[...] conseguir mobilizar os seus pares e assim conseguir que a categoria tome consciência dos seus direitos [...]”. E que conseguiria potencializar sujeitos políticos com “[...] debates, seminários, trazendo os movimentos sociais para participar de palestras, conferências, fóruns, e entre outros.”.

Portanto, a maioria dos sujeitos acredita que a coletividade deve prevalecer sobre o individualismo, que a universidade pode, de fato, potencializar a construção de sujeitos políticos em seu espaço. Apesar de divergirem quanto a se a universidade realmente cumpre seu papel como formador, é claro que os sujeitos percebem seu importante papel e determinam maneiras de que seu espaço torne-se mais amplo e próximo a sociedade. Para isso, é necessário compreender e debater as articulações entre movimentos sociais e a universidade, visto que em seu espaço existem diversos discentes que se percebem como sujeitos de movimentos sociais e coletivos.

3.3 Análises iniciais: Eixo 2 – Universidade e Movimentos Sociais

O segundo eixo intitulado: Universidade e Movimentos Sociais abrangem categorias mais específicas abordadas pelos próprios sujeitos durante a realização das entrevistas e que foram selecionadas a partir de leituras flutuantes das mesmas. Englobam questões fundamentais para que se atinja os objetivos propostos na pesquisa e não derivam de questões específicas elaboradas pela autora.

3.3.1 Categoria 1 – Articulação com outros movimentos/coletivos durante a realização do curso superior e atividades promovidas pela Universidade que propiciaram formação

As articulações com outros movimentos potencializados pela Universidade propiciam a formação. De acordo com o sujeito 1, houve essa preocupação por parte da Universidade durante sua passagem pela graduação:

Muitas Universidades, como a [...], por exemplo, já tem as Instituições que trabalham. Recentemente a gente fez essa parceria com a [...]. Acredito que

essa parceria também faz parte do projeto da Universidade. [...] Iniciamos essa parceria com a [...] através do curso de comunicação social. Eles têm um festival que chama [...], e foi uma experiência super bacana esse envolvimento.

De acordo com ele, a graduação é o momento de despertar do jovem para essas questões, e a Universidade possui o papel e a responsabilidade em politizar os mesmos.

É o papel da Universidade fazer isso, politizar. Eu acho que isso acontece e a maioria dos voluntários estão dentro da Universidade, são eles que se dispõem a fazer as coisas acontecerem.

O sujeito 4 explicita o senso de coletividade entre os movimentos e grupos dentro da Universidade:

Esses núcleos, esses grupos de pesquisa, eles criam uma ponte com os movimentos sociais, e isso é fato. E isso é uma marca que eu sinto. Nenhum desses espaços há um histórico de não ter uma relação com o externo, com a coletividade.

Para ele, isso é fundamental para que mesmo com divergência entre eles, possam se unir por causas em comum e se fortalecer, formando seres políticos dentro da Universidade. Contudo, o sujeito 6 experienciou uma situação totalmente diferente, levando em consideração que sua instituição não oferecia cursos de extensão e, portanto, a ponte com movimentos sociais mostrou-se fragilizada. Para ele:

As minhas experiências em pesquisa e extensão foram muito poucas e a contribuição existente foi mais por motivação e ações pessoais do que institucionais, no que se refere ao papel e responsabilidade da universidade. Não havia nenhum programa de extensão a época em que cursei o meu curso. Inclusive a questão do estágio obrigatório era muito deficitária, não havendo campo para os alunos estagiarem.

O sujeito 8 percebe as experiências de ensino, pesquisa e extensão como elementos importantes de sua formação, para ele: “As experiências contribuíram para dar embasamentos teóricos dos quais eu era carente... São elementos importantes para essa formação.”.

Para o sujeito 9, essa articulação centra-se em cursos voltados para área de humanas:

Percebo que os cursos que são mais voltados, onde está mais evidenciada a questão de movimentos sociais são os cursos de história, geografia, ciências sociais, serviço social, pedagogia, enfermagem e através de discussões, estágios e palestras, como também rodas de conversas, podemos evidenciar esse trabalho e a importância dos movimentos sociais.

Já para o sujeito 10, o curso de extensão fornecido pela universidade foi essencial, para ele:

[...] o que eu estou aprendendo no mestrado, pra mim, eu estou amando porque eu aprendi muita coisa, muitas coisas a gente sabe, mas você não tem ideia da dimensão, do quanto é muito amplo aquilo que você [...]. E eu sei que acontece isso e eu não sei porque e eu acho que o mestrado ele trouxe esse conhecimento, ele trouxe... Ele consolidou, exatamente, consolidou o conhecimento que eu já tinha [...].

Porém, nem todas as experiências foram positivas, para o sujeito 13, a universidade não permitiu a articulação com movimentos sociais em seu ambiente:

Quando fui para Universidade minha base de movimento social não me atrapalhou, um amigo de outro curso e eu tentamos fundar o Diretório Acadêmico, mas em poucos dias a Reitora lacrou o DA e assim ficou até o final do curso.

Para esses sujeitos, então, quando a universidade oferecia um curso de extensão era muito proveitoso, porém quando não oferecia a possibilidade de diálogo com movimentos sociais limitava-se e dependia de uma busca própria.

3.3.2 Categoria 2 - Universidade como lugar de negação ou limitação à formação.

Por mais que haja o reconhecimento dos sujeitos em relação à responsabilidade da Universidade na formação, estes reconhecem que isso ocorre apenas quando há interesse implícito. Para o sujeito 1:

Eu acredito que o interesse da Universidade em dialogar é só quando existe o interesse real. Eu não vejo, pelo menos nas Universidades que passei, um interesse real em trazer o movimento social para dentro dela como um todo, e sim somente quando ela necessita, por interesse. Acredito que esse braço teria que ser sempre, incluído sempre, pelo menos uma vez por mês.

De acordo com o sujeito 2, os Movimentos procuram ocupar os espaços, porém sozinhos não alcançam seus objetivos se a Universidade não trabalhar em conjunto:

Eu penso que os Movimentos estão aí, tentando ocupar os espaços, e acredito que o papel da Universidade é trabalhar juntamente com o movimento social, para que os alunos tenham outra visão, e não somente quando é de seu interesse. São coisas que acredito que não aconteçam, porque ela só entra em contato quando não consegue preencher alguma lacuna e precisa do movimento.

O sujeito 3 compreende da mesma forma e acrescenta que nem sempre foi assim. Quando este não estudava, decidiu fazer uma graduação justamente por conta de grupos de Movimentos Sociais em parcerias com Universidades que trabalhavam em comunidades.

Na época que a gente estudou ainda tinha aquela pesquisa de campo, extensão comunitária, e inclusive buscamos muitas parcerias. Hoje em dia não ouço mais falar. Eu despertei justamente por esses grupos que trabalhavam nas comunidades, e hoje em dia não vejo mais ninguém.

Os sujeitos atestam a importância da Universidade para os Movimentos Sociais se fortalecerem, e para isso, a mesma precisa estender os braços para que estes possam ocupar espaços que beneficie a todos. Para o sujeito 4, o espaço de militância era muito limitado

dentro da universidade particular, “[...] era uma universidade cerceava a liberdade dos estudantes. [...]o movimento social na [...] ele era muito encurralado, por conta da própria instituição.”. Entretanto, essa situação mudou ao transferir-se para uma universidade pública, “[...] e como a gente tem uma relação com os movimentos sociais, a gente acaba construindo coisas que vão à direção dos movimentos sociais.”.

O sujeito 5 acredita que a universidade dialoga com os movimentos sociais já que é uma relação em que um precisa do outro, de acordo com o sujeito 5:

A Universidade precisa do movimento social para expandir seu campo de pesquisa né, seu conhecimento e o movimento social precisa da Universidade para garantir o estudo contínuo de toda... De todo uma tese, todo um trabalho acadêmico [...]. O movimento social dentro da Universidade tem o papel muito importante que é levar as demandas que surgem dentro da Universidade pra dentro dessas instituições e transformar em políticas públicas e militância... E as Universidades, ela tem a importância pro movimento social na questão de... Formar... É... Pessoas capacitadas a *tar* atuando né.

Ou seja, o movimento social é importante para levar as discussões que ocorrem dentro da universidade para comunidades visando à criação de políticas públicas e militância e isto só acontece quando a universidade forma discentes atuantes.

O sujeito 6, apesar de considerar que o ensino superior ajudou-o a “[...] realizar os trabalhos sociais de forma técnica e profissional.”, entretanto percebe que, mesmo havendo diálogo entre a universidade e os movimentos sociais, estes ainda são superficiais:

Na verdade vejo que dialoga menos do que deveria. A universidade, no seu tripé ensino, pesquisa e extensão, deixa muito a desejar nos seus 3 pilares e, especialmente, no que se refere à extensão, que considero um dos mais importantes, pois é o que determina o principal objetivo de uma universidade que se preze e que esteja, de fato, comprometida com o progresso e o desenvolvimento da sociedade e da comunidade em que esteja inserida.

O mesmo é percebido pelo sujeito 7, que vai além e estabelece uma diferença entre o diálogo dentro da universidade pública e particular, similar aos comentários do sujeito 4. Visando a universidade particular, o sujeito 7 afirma “Olha a Universidade ainda...

Especialmente a privada, eu acredito que tenha um longo caminho pela frente.”, contudo, ao destacar a universidade pública, o sujeito diz que este diálogo é mais profundo “Esse diálogo na Universidade pública entende-se que seja mais profundo.”.

Para o sujeito 8, o diálogo entre a universidade particular e os movimentos sociais, em sua experiência de ensino, era superficial. O sujeito percebe haver uma diferença na formação de discentes envolvidos em movimentos sociais e os que não participam de movimentos sociais, para ele: “O movimento social me trouxe uma articulação e uma leitura da realidade que muitos dos meus colegas de turma não dispunham.”.

O mesmo foi compreendido pelo sujeito 9:

A formação universitária, como eu já disse anteriormente, só acrescentou positivamente as minhas atividades diárias no movimento social. No meu ponto de vista, participar de movimentos sociais nos coloca no lugar do outro, nos faz repensar nossa vida e nossos objetivos, passei a dar valor às coisas que realmente são necessárias.

Também é possível perceber uma grande restrição aos movimentos que conseguem dialogar com a universidade. Muitas vezes esse diálogo restringe-se as áreas de humanas ou quando o movimento social tenta aproximar-se não consegue estabelecer uma conexão. Para o sujeito 10:

Dentro da minha área, eu não vejo esse diálogo, não consigo perceber. As duas ONGs que eu participo não há diálogo nenhum com Universidade, a última vez que eu tentei entrar em contato pra resolver uma questão de certificação de um curso que eu tava desenvolvendo junto da ONG... Mas foi muito burocrático, o olhar é de desconfiança e eu preferi não me aproximar muito.

O sujeito 11 percebe a existência de diálogos entre a universidade e os movimentos sociais, entretanto afirma não ter propriedade para discutir: “Sim, mas não tenho propriedade para falar sobre isso.”. Para o sujeito 12, esse diálogo existe, ainda que superficial:

Eu vejo a Universidade dialogando com os movimentos sociais sim, mas de uma forma ainda muito tímida. Eu acho que as Universidades ainda não tem

braço, talvez, e aí eu faço a mea culpa tanto do meu tempo também e do tempo dos professores e as Universidades deveriam ter trabalhos mais específicos e, de repente, maior investimento inclusive na potencialização dessas atividades dos movimentos sociais.

O sujeito 13 acrescenta: “Hoje por uma conjuntura e a mudança do perfil dos universitários algumas universidades têm dado um mínimo de abertura para os MS.”, contudo afirma que a universidade ainda está muito distante dos movimentos sociais.

Logo, é possível perceber que os sujeitos entrevistados concordam que há diálogo, mais efetivo na universidade pública que privada, porém ainda é muito superficial e voltado para áreas específicas quando poderia abranger um público maior.

3.3.3 Subcategoria: Relação professor/aluno como promotora da formação.

No interior da universidade, ocorrem múltiplas relações, e umas delas professor-aluno é uma categoria fundamental, no processo de saberes, o conhecimento, e sua ação política, destacando a importância desse contato. Quem de nós é capaz de recordar-se de um professor ou professora que tenha causado um impacto positivo em seu desenvolvimento. Pois, nos momentos informais, os alunos aproximam-se do professor, trocando ideias e experiências, expressando opiniões e criando situações a serem utilizadas em seus conhecimentos, ora aproximando-se mais dessa relação, ora distanciando-se.

Essa relação professor-aluno contribui para que o aluno chegasse aos objetivos propostos. De acordo com o sujeito 1, o impacto dessa relação está diretamente ligado a possibilidades vivenciada em sala de aula na universidade:

(...) professores estão dentro da Universidade, são eles que se dispõem a fazer as coisas acontecerem.

Muitos professores não se dão conta da importante dimensão que o seu papel na vida dos alunos, mesmo que seja uma universidade em qualidade do ensino. Nessa perspectiva, o

sujeito 2, afirma que não é a universidade, e sim o professor que influencia esse processo de saberes, conhecimento e ação política:

(...) te digo pela minha primeira faculdade que fiz de Direito, que não é a faculdade que constrói, mas sim o professor. Eu tive dois professores que tinham presença.

Nessa relação, o professor tem que se mobilizar de acordo com as necessidades em sala de aula, ou até mesmo por conta das altas mensalidades de algumas universidades privadas.

Para o sujeito 3, vai bem além disso, teve que conviver com a falta de crédito por conta das mensalidades altas, e assim criando-se um vínculo de afetividade, foi um dos elementos que influenciam esse processo de relação professor e aluno:

(...) com a expectativa de finalizar, de vencer, de fazer a transformação depois acreditando. Tive apoio de muitos amigos e professores que pagaram.

No entanto, percebe-se que essa relação professor-aluno, não acontece, quando os professores se mantêm neutros em favor do seu emprego, e assim limitando essa relação. Assim o sujeito 4, afirma: “era uma universidade que cerceava a liberdade dos estudantes”, que essa relação professor-aluno, estremecia com a interferência da universidade.

Como toda pesquisa a relação professor-aluno e universidade, vão muito além das questões aqui analisadas, pois as mudanças que ocorrem na sociedade refletem também nessa relação. Quando os professores sabem dialogar e mostram-se interessados pela discussão social em sala de aula e em formar sujeitos questionadores, o docente forma-se um sujeito político, porém quando isso falha, quando o professor exhibe uma postura mais conservadora, limitando as discussões em sala de aula, a formação desse docente acaba sendo fragilizada. Segundo o sujeito 5, “[...] da parte do professor... O posicionamento político dele mais conservador também limita muito e coloca muita fragilidade na formação questionadora do docente.”.

Já para o sujeito 6, vai muito além de um posicionamento político, visto que com a ajuda de professores e coordenadores foi possível criar uma ONG “[...] resolvemos, eu e alguns dos coordenadores e professores voluntários do curso, montar nossa própria ONG.”.

Ao discutir as possibilidades de diálogo entre o movimento social e a Universidade, o sujeito 7 acredita que “[...] da parte da Universidade privada acaba sendo muito incipiente e uma iniciativa meio que individual de grandes professores que tem uma consciência muito grande dessa necessidade [...]”. Muitas vezes as discussões dentro do ambiente universitário são reclusas, para o sujeito 8 “nos fechamos em discussões intelectualmente elitistas e acabamos por falar sozinhos.”, assim como que o sujeito 9 acredita que “[...]se faz necessário a Universidade como um todo mudar o seu olhar [...]”. O que para o sujeito 10 mostrou-se através do tratamento dos professores dentro da Universidade, que eram “[...] um pouco preconceituosos em alguns pontos [...]”, diferente para o sujeito 11 que considera a formação recebida e os professores bons, “foi uma boa formação, bons professores [...]”.

A grande carga horária também é vista como um ponto que fragiliza a relação professor-aluno. As discussões dentro da Universidade seriam muito mais amplas se houvesse tempo de estabelecer esse relacionamento, para o sujeito 12:

[...] muitos professores, pela falta que a gente tem de tempo por estar tendo muitas aulas, eles indicaram muitas coisas, instrumentos de leitura, de busca, de pesquisa pra realmente dar aquela picadinha do conhecimento na gente. E eu acho que isso quem conseguiu aproveitar, quem entendeu a importância disso em grande escala aproveitou bem mais do que eu.

E essa base profundamente teórica e científica torna-se alvo de críticas, como aponta o sujeito 13 “ficam no plano teórico e científico e não vão para a prática.”. Ao inserir os docentes no mercado de trabalho, sem a devida experiência prática e humana, o profissional encontra-se sem preparo suficiente para lidar com a realidade do mundo globalizado. Portanto, é de grande importância para o ensino que o professor dialogue sobre a realidade social, enriquecendo assim o conhecimento daquele docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Situações desafiadoras foram enfrentadas durante a trajetória desta pesquisa “A Universidade na formação dos sujeitos que participam de movimentos sociais e coletivos: dimensão, limites e possibilidades”, nos assegurando o fortalecimento da discussão sobre a formação dos sujeitos de movimentos sociais, coletivos e ativismo.

Para tal, é preciso compreender as dimensões, os limites e as possibilidades desses universitários e ex-universitários: nas dimensões dos movimentos sociais é necessária uma intervenção sistemática e contextualizada, produtora de saberes e de mobilizações sociais, entre o local e o global, inclusão e exclusão, autoritarismo, redemocratização e a democracia. Esses sujeitos de movimentos sociais revelam o desejo de uma sociedade justa.

Quanto às questões dos limites, grande parte dos sujeitos enfrentou a falta de diálogo nas universidades, com os movimentos sociais, especialmente as privadas, limitando, portanto, suas atuações nos movimentos sociais. A possibilidade veio justamente a partir da inter-relação entre a universidade e os movimentos sociais. Apesar de ser uma relação fraca, que deixa a desejar, muitas vezes é o suficiente para despertar o lado político desses sujeitos, relacionando suas lutas diárias com o aprendizado em sala de aula e voltando-o as comunidades.

É esperado que com essa pesquisa ocorram interlocuções, apontando elementos que ratifiquem a importância de fortalecer esse processo, considerando a experiência destes sujeitos e o papel da universidade. Tratando-se de universidades situadas em um contexto de globalização neoliberal discriminatória e excludente, surgem desafios muitos maiores, quando ela se propõe a ser uma matriz institucional.

Portanto, a universidade precisa dar conta da construção do conhecimento perante a formação desses sujeitos com excelente formação técnica, mas também com uma formação política e humanista para utilização deste conhecimento de forma ética. Considerando as questões ambientais, os direitos humanos, a justiça social, ou seja, a formação em seu sentido integral, buscando a formação de um ser humano pleno. Nessa perspectiva, as falas dos sujeitos enfatizam que a universidade (pública ou privada) tem a sua concepção fechada e rígida de conhecimento, e está pouco aberta ao diálogo com os Movimentos Sociais. Nesse sentido, vê-se a necessidade do fortalecimento de mais iniciativas na relação universidade-

movimentos sociais, de modo que se possa cada vez mais ampliar a perspectiva de mais experiências de produção coletiva de conhecimento.

Outro ponto percebido em nossas análises refere-se à relação do professor e aluno enquanto sujeitos envolvidos nesse processo de formação. Sobre isso, salientamos que o professor é modelo para os universitários, pois, muitas vezes, o aluno o segue sem nenhuma reflexão sobre a sua postura de docente ou enquanto pessoa, o que imprime maior responsabilidade à sua prática de mestre - parte fundamental no aprendizado. Este agirá como mediador, construindo o conhecimento em aula e fora dela. Cabe ao professor saber desafiar seus alunos à pesquisa, à investigação, na busca pelo saber, refletir e analisar. Para tanto, faz-se necessário que professor e aluno busquem na situação social em que vivem, a fim de proporcionar conhecimentos para ambos.

Contudo, tanto os movimentos sociais quanto a universidade (pública ou privada) têm como alvo o desejo de transformar a sociedade. Na perspectiva de ambos, melhorar a condição de vida das pessoas. As camadas sociais abandonadas por um modo de produção geram a desigualdade social, no limite e no autoritarismo do capital. Porém, é necessário que a universidade compreenda a primazia dos sujeitos de movimentos sociais, seja no protagonismo político, na teoria do conhecimento ou na sua história de luta, não vitimizando os sujeitos destacados, mas na afirmação dessas lutas, legitimando as conquistas e propondo novos desafios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As Práticas do Movimento Cooperativo como Lugares de Educação. In: **Revista de Didáticas Específicas**, Universidade Autónoma do México, no. 16, 2017, p. 14-26. (Disponível em: <https://revistas.uam.es/didacticasespecificas/article/viewFile/7496/8359>, acesso em 22. Set.2017).

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina. et al. (org) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In Gentili, Pablo; Frigotto, Gaudêncio (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 35-48.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **Revista Internacional de Educação Superior**, Vol. 1, nº 01, Jul./Set. de 2015, p. 86-102, Campinas, São Paulo.

BAIERLE, Sérgio Gregório. **A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre**. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina. et al. (org) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p. (Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf, 21.Mar.2018).

BRASIL. MEC. **Diferença entre Universidade, faculdade e centro universitário**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>. acesso 05.jan.2019.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

CAIXETA, J. E; SOUSA, M. A. **Responsabilidade social na educação superior: contribuições da psicologia escolar**. In: *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. v. 17, n. 1, p. 133-140, jan/jun. 2013.

CALDERÓN, A. I; **Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil**. In: *Revista da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior (ESTUDOS)*, Brasília, v. 24, n. 36, p. 8-22, jun/2006.

Disponível: <http://portal.mec.gov.br/pnlem/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13039-legislacao-da-educacao-superior>> acesso 29.dez.2018.

CANCIAN, Natalia. Só 14% dos adultos brasileiros têm ensino superior, diz relatório da OCDE: Folha São Paulo. (Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1813715-so-14-dos-adultos-brasileiros-tem-ensino-superior-diz-relatorio-da-ocde.shtml> 27.Mar.2018).

CHAUÍ, Marilena. **Universidade em ruínas**. In: TRINDADE, Helgio. **Universidade em ruínas na republica dos professores**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Unesp.2001. 205 p.

CHEROBINI, Demetrio. **Educação e política no pensamento de István Mészáros** [dissertação] : estudo introdutório / Demetrio Cherobini ; orientadora, Patricia Laura Torriglia. - Florianópolis, SC : 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005

GALVÃO, Maria Cristiane. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. In: Laércio Joel Franco, Afonso Dinis Costa Passos. (Org.). **Fundamentos de epidemiologia**.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo**. (Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400721&lng=pt&tlng=ptacessado em 27.Mar.2018).

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Novas Teorias Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Reivindicações populares urbanas**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. São Paulo: Loyola 1995.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. v. I e II Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Era das transições**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAMEL, Marcio Renan. **Revista Espaço Acadêmico**, n° 95, Abril de 2009.

JUNIOR, Gentil Cutrim Serra e ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 16, n° 02, pp. 205-213, Jul/Dez de 2013.

LEHER, Roberto. **Movimentos Sociais, padrão de acumulação e crise da universidade**. Trabalho para o GT 11. In: 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis, 16 p. (Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/movimentos-sociais-padrao-de-acumulacao-e-crise-da-universidade>). Acesso em: 22.set.2017).

LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José e CARMO, Carlos Roberto Souza. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 24, n° 62, p. 162-173, Maio/Jun./Jul./Ago, USP, São Paulo, 2013.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do e MARTINS, Tânia Barbosa. **Revista Brasileira de Educação** v. 20 n° 60, p. 31-50, Jan-Mar. 2015.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. (Capítulo 3 – p. 57/114 - Cidadania e classe social).

MARX, Karl e ENGELS. **A Sagrada Família** (1845). Ed. Mart;in Claret, 1967.

MARQUES e NOGUEIRA. **Revista Comunicação Midiática**, vol. 7, nº 02, pp. 138-161, Maio-Ago, 2012.

MÉSZÁROS, István. (1993), “**Marxismo e direitos humanos**”, in I. Mészáros, *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*, São Paulo, Boitempo.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão** / Lalo Watanabe Minto. – Campinas, SP : Autores Associados, 2006. – (Coleção educação contemporânea)

MIRANDA, Camila Maximiano; CASTILHO, Neuza Aparecida Novais e CARDOSO, Vanessa Cristina Carvalho. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, nº 1, p. 176-185, 2009.

MIRANDA, Eva Maria. **Revista de Estudos Politécnicos** (Polytechnical Studies Review), 2007, Vol. V, nº 8, 161-182.

MONFREDINI, Ivanise. **A Universidade como espaço de formação de sujeitos** [e-book] / Ivanise Monfredini (Organizadora). – Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2016.
Navarro, Z.S. Os movimentos sociais segundo o enfoque da teoria sociológica. II Reunião de Estudos: Movimentos sociais: papel a desempenhar em uma democracia. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional/Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/2014%20-%20movimentos%20sociais%20-%20seminario%20participacao.pdf>>. Acesso: 05. jan. 2019.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci / Paolo Nosella**. – 5. ed. ampl. – São Paulo : Cortez, 2016.

OLIVEIRA, Murilo Delanhesi de e TAKADA, Mário Yudi. **Revista Colloquium Humanarum**, vol. 11, nº Especial, Jul–Dez, 2014, p. 721—728.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. **Revista Eletrônica – Ciências Sociais**. Vitória : CCHN, UFES, Edição nº 09, vol. 1, Junho. 2011. pp. 144-166.

SANTOS, Patrícia Elaine Pereira dos e GABRIEL, Carmen Teresa. **Revista Didática e Prática de Ensino na relação com a Sociedade**, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, 2014.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **A Educação Superior no Brasil** / Maria Susana Arrosa Soares. – Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas, Porto Alegre, Brasil, 2002.

SOUZA, Karina Silva Molon de. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n° 1, p. 129-135, jan./mar. 2009.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** 2 ed. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VADE MECUM SARAIVA / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Juliana Nicoletti. – 22ª ed. atual. e ampl. – São Paulo : Saraiva, 2017. <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1813715-so-14-dos-adultos-brasileiros-tem-ensino-superior-diz-relatorio-da-ocde.shtml>> Acesso em: 07abril. 2018.

Apêndice 1 - Roteiro básico de questões para entrevista

- 1- Iniciar por aspectos gerais da pessoa e da sua condição de vida, como nome, idade, se trabalha, se vive com a família, Qual a graduação e etc.....
- 2- Considerando os objetivos da pesquisa é importante que o(a) entrevistado(a) identifique em qual mov. social ou coletivo ela atua;
- 3- Solicitar que o(a) entrevistado relate a sua vida considerando como e porque resolveu atuar no movimento social (ou coletivo, conforme o que ela denominar);
- 4- Tendo em vista a experiência dela, o que ela considera que é ser sujeito de movimento social (ou coletivo, conforme ela denominar)?
- 5- Caso o(a) entrevistado(a) ainda não tenha relatado, perguntar sobre sua trajetória escolar, e porque a Universidade;
- 6- Solicitar que ela fale sobre o curso, a Universidade, e como a experiência de atuação em MS ajudou ou atrapalhou a formação universitária. Como ela pode relacionar a atuação em MS e a formação universitária?
- 7- Como ela considera que a atuação em MS a formou? Essa experiência fez diferença? Em que sentido?
- 8- Você vê a Universidade dialogando com os MS? Quais as interlocuções possíveis?
- 9- A Universidade pode potencializar a construção de sujeitos políticos? Isso acontece? Como?
- 10- Quais são as fragilidades que você identifica na Universidade? Quais as suas perspectivas de superação?
- 11- As experiências de ensino, pesquisa e extensão apontam elementos que contribuem para sua formação como sujeito político?
- 12- Como você avalia a formação recebida na universidade?

Apêndice 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO DA ENTREVISTA

Eu, _____, RG. nº _____, tendo ciência dos objetivos da pesquisa intitulada: _____, concordo em ser entrevistada, no dia ____/____/____ e que os dados por mim produzidos (em via impressa ou oral) sejam utilizados na referida pesquisa. Tenho a garantia de que esses dados serão expostos mantendo-se sigilo absoluto de minha identidade. Para tanto, preencho os dados abaixo e junto com a pesquisadora, _____, RG. nº _____, assino concordando com o exposto acima:

Endereço: _____ **nº:** _____

Complemento: _____ **Bairro:** _____

Cidade: _____ **UF:** _____ **CEP:** _____

Tel.: _____ **e-mail:** _____

São Paulo, _____ de _____ de 2018.

Entrevistado

Entrevistador

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade _____, colherei o depoimento oral, em forma de entrevista, gravada em áudio e transcrita, de _____NOME DO ENTEVISTADO_____, O CARGO QUE OCUPA, na _____INSTITUIÇÃO_____. Estou ciente de que os dados coletados na entrevista, assim como os pertinentes à INSTITUIÇÃO serão utilizados e analisados na pesquisa intitulada: " _____", que resultará na minha dissertação de mestrado, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública. Comprometo-me a resguardar o sigilo absoluto tanto do nome da entrevistada(o), bem como de qualquer pessoa citada na entrevista. Assino concordando como o acima exposto junto à minha Orientadora_____.

Santos, _____ de _____ de 201_.

mestranda(o)

Profa. Dra. Ivanise Monfredini